

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas  
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA



**O mito na comunicação política moderna:  
Um estudo de caso**

Ana Margarida Madruga Parreira

Orientadora: Professora Auxiliar Agregada Doutora Paula Maria Ferreira do Espírito Santo

Lisboa, 2013

Expresso o meu agradecimento à Professora Doutora Paula do Espírito Santo pelo apoio e disponibilidade que sempre demonstrou ao longo da investigação e pela fonte de inspiração que são os seus estudos científicos.

## ÍNDICE

Introdução.....	4
Capítulo 1. O mito na comunicação persuasiva .....	6
1.1. A persuasão no seio do sistema político.....	6
1.2. A comunicação e o discurso político.....	9
1.3. As regras do discurso político.....	13
1.4. Propaganda política .....	18
1.4.1. Génese da propaganda .....	18
1.4.2. Contexto e conceitos de propaganda.....	22
1.5. O mito político .....	28
Capítulo 2. Metodologia .....	36
2.1. O campo de aplicação, funcionamento e funcionalidades da análise de conteúdo.....	37
2.2. Aplicação da análise de conteúdo nesta investigação.....	39
Capítulo 3. Análise de conteúdo das intervenções do Primeiro- Ministro na Assembleia da República .....	42
3.1. Soluções políticas .....	42
3.2. Entendimento do Ambiente Social.....	53
3.3. Justificação das decisões políticas .....	62
3.4. Síntese de resultados.....	72
Conclusão.....	75
Bibliografia.....	79
ANEXOS.....	82

## Introdução

A comunicação política nos tempos modernos, tendo beneficiado de impulsos como alterações sociais ou o desenvolvimento dos meios de comunicação e difusão, é, em termos científicos, uma das áreas mais estudadas e, em termos políticos, um dos elementos mais explorados, gerando-se hoje em seu torno um nível de especialização nunca antes experimentado. É como parte integrante desta comunicação política que a persuasão e as técnicas que a compõem, particularmente a propaganda, se impõem como aspectos fundamentais da vida política moderna, que, pela sua importância e grau de utilização, merecem um olhar mais demorado nesta investigação. Aceitando a perspectiva de Breton (1997), segundo a qual a manipulação está longe de se eclipsar das sociedades actuais, podendo até agudizar-se no seio das mesmas, contrariando as visões de um mundo “desideologizado”, sem causas a defender, procura-se entender o mito político enquanto elemento essencial da propaganda (Domenach, 1950: 11) e o papel que pode desempenhar no actual contexto político de Portugal.

O estabelecimento dos grandes mitos “que arrastam um povo e o galvanizam em torno de uma visão comum do futuro” (Domenach, 1950: 103), como o mito revolucionário em França no século XVIII ou o mito socialista e proletário do século XIX, contribuiu para que os pensadores políticos se apercebessem da força com que essas representações mitológicas se podem impregnar na alma das multidões (Domenach, 1950: 103, 104), beneficiando de uma função poética que induz “o povo a sonhar com as grandezas do passado e com amanhãs mais felizes” (Domenach, 1950: 106). Através da propaganda consegue-se fazer acreditar que é aquele estadista, aquele governo, que representa a vontade de um povo, que os interesses colectivos estão assegurados e que naqueles se podem depositar todas as esperanças. (Domenach, 1950: 107). A propaganda alimentada pelo mito demonstra que “é possível fazer um povo viver num universo mitológico inteiramente artificial, num mundo sem relações com o mundo real...” (Domenach, 1950: 111), o que é demonstrado de forma cabal pelo sucesso da propaganda nacional socialista.

Nesta investigação abordar-se-á a persuasão política como parte integrante do sistema político, aqui definido com recurso aos trabalhos de David Easton ou Almond e Powell, beneficiando sempre das contribuições de Adriano Moreira, Manuel Meirinho Martins ou Paula Espírito Santo. A contextualização da persuasão permitirá posteriormente um melhor entendimento sobre a função da comunicação política e do discurso político na disputa pela sede do poder, principal dinamizador de toda a vida política. Recorre-se nesta altura aos estudos de autores como Lasswell, Cotteret ou Albouy. Pretende-se, assim, compreender o

papel da propaganda como área da comunicação, recorrendo às teses de autores como Domenach, Breton ou Jowett e O'Donnell. Só o entendimento destes conceitos mais alargados permitirá a compreensão do mito político, com suporte nos trabalhos de Lasswell, Cassirer ou Girardet.

E porque é em momentos caracterizados por fenómenos de desequilíbrios sociais, tensões no interior das estruturas sociais ou situações de crise (Girardet: 1986: 178), que o recurso ao mito político se impõe mais fortemente, propõe-se nesta investigação verificar a possível utilização de uma comunicação política de tipo mitológica neste momento particular da vida política e económica portuguesa. Como Tchakhotine referiu em 1952<sup>1</sup> na sua obra *Le viol des foules par la propagande politique*, a revivescência dos mitos acontece pela consciencialização de que a vivência no mundo se envolve em tremendas dificuldades, dor, desilusões e inquietudes (Tchakhotine, 1952: 276).

Para alcançar o objectivo proposto busca-se verificar a existência ou não do mito político na comunicação do Primeiro-Ministro do XIX Governo Constitucional de Portugal. Para tal, empreender-se-á uma análise de conteúdo, tomando como material de análise as intervenções proferidas pelo Primeiro-Ministro na Assembleia da República, durante o seu primeiro ano de governação.

O mito político como fundador de determinada realidade, como naturalização dos factos, como transformador do caos em estruturas explicativas organizadas e compreensíveis, impõe-se como um instrumento da comunicação política impossível de ignorar por aqueles que pretendem manter ou adquirir o poder. O recurso a este instrumento possibilita a difusão de uma visão do mundo que se pretende partilhada e aceite por uma maioria significativa de pessoas. Não se pretende aqui identificar a natureza ética do mito, não se pretende julgar como verdadeiras ou falsas as visões dos factos disseminadas. Esse julgamento não é sequer um factor do qual dependa a formação ou utilização do mito. Nesta investigação pretende-se, sim, identificar a presença ou ausência de uma linha comunicativa mitológica na comunicação política do actual Primeiro-Ministro de Portugal, procurando encontrar nas suas intervenções as características formadoras do mito político.

---

<sup>1</sup> Refira-se que a obra original data de 1939, tendo sido censurada e destruída em 1940. A edição de 1952 é uma versão aumentada.

## Capítulo 1. O mito na comunicação persuasiva

### 1.1. A persuasão no seio do sistema político

Entende-se a persuasão como um subtipo de comunicação que se distingue pelo seu objectivo de influenciar e direccionar opiniões. A mensagem persuasiva contém em si um determinado ponto de vista ou comportamento que se pretende que o receptor dessa mensagem venha a adoptar de modo voluntário (Jowett, O'Donnell: 1999: 27). Admite-se a persuasão como um processo interactivo, constituído por um emissor e um receptor, que interagem através de símbolos, verbais ou não verbais, por meio dos quais o emissor procura influenciar o persuadido a adoptar determinada atitude ou comportamento (Jowett, O'Donnell, 1999: 27). Do ponto de vista de Reardon (1981), a persuasão é uma actividade baseada na tentativa de alteração do comportamento de pelo menos uma pessoa através da interacção simbólica. Este processo é consciente e surge quando os objectivos de pelo menos uma pessoa estão ameaçados pelos objectivos de outrem. O esforço de persuasão começa quando a fonte ou grau dessa ameaça é suficientemente importante (Reardon, 1981: 25).

Para uma operacionalização da persuasão mais orientada para os objectivos desta investigação, considera-se importante integrar este conceito no que se entende por sistema político. Adopta-se aqui a perspectiva sistémica do sistema político desenvolvida por David Easton, na sua obra *A System Analysis of Political Life* (1965), que permitirá explicar como se desenvolve o processo de persuasão integrado no funcionamento do sistema político. Devem referir-se também alguns contributos essenciais à compreensão desta perspectiva. O primeiro desses contributos consiste na ideia de que “um sistema é um instrumento conceptual para descrever uma porção de realidade. No mínimo compreende: *componentes*, cujos estados variam; *relações*, que são manifestas na acção de compelir a concorrência dos estados através das componentes; *transformações*, de acordo com as quais algumas relações implicam outras relações no tempo e no espaço” (Krippendorff, 1980: 35). Depreende-se daqui a existência de uma inevitável interdependência entre as partes constituintes de um sistema (Almond e Powell, 1966: 5) bem como um carácter de coesão e co-variação entre as mesmas. Isto significa que face à alteração de uma parte, todas as outras se alteram e adaptam, resultando na própria mudança do sistema (Deutsch, 1970: 137). O segundo contributo a ter em conta ao estudar a perspectiva sistémica do sistema político consiste nos estudos de Bertalanffy, que definiu o carácter isomorfológico dos sistemas. Quer isto dizer que todos os sistemas “possuem formas idênticas, do ponto de vista estrutural, ou do ponto de vista funcional, o que permite a emigração de conceitos de

uma ciência para outra” (Moreira, 1984: 98). Partindo desta teoria, estabelece-se que “todas as Ciências, independentemente do seu conteúdo, podem perspectivar os fenómenos como sendo organizados de acordo com estruturas que se desenvolveram num sistema” (Espírito Santo, 1997: 5), de onde resulta que também a actividade política pode ser descrita numa perspectiva sistémica. O terceiro e último contributo está relacionado com o papel da comunicação como elemento fundamental do sistema político, ideia muito apoiada nos estudos da cibernética. Este ramo da ciência desenvolvido por Norbert Wiener pode ser explicado pelas palavras de Paula Espírito Santo, para quem “...a cibernética considera que todas as organizações se dinamizam através da comunicação, desdobrando-se em vários sectores que se interpenetram e movem em uníssono. Aquelas possuem pólos decisores, de controlo, de manutenção, sendo que todas se manifestam através de um coordenado processo de comunicação” (Espírito Santo, 1997: 51).

Entenda-se, para efeito desta investigação, que o sistema político se baseia num conjunto de interações políticas no seio da sociedade, que são resultado directo da dinâmica constante da luta pela aquisição, manutenção e uso do poder (Moreira, 1984: 102). Este sistema integra-se num determinado ambiente (ambiente externo – à sociedade em causa; e ambiente interno – todo o tipo de sistemas independentes constituintes de uma sociedade), que por sua vez o influencia e lhe confere reacções. A relação do sistema político com o meio que o envolve ocorre sempre numa dupla perspectiva, uma vez que este afecta e é afectado pelo ambiente onde se insere e onde coexistem outros sistemas, como o económico, social ou cultural. Já ao nível externo, o sistema político de determinada sociedade interage com outros sistemas políticos, muitas vezes no que diz respeito ao comércio, diplomacia ou comunicação (Almond e Powell, 1966: 6).

Este processo de constantes trocas entre o sistema e os ambientes que o envolvem originam o que David Easton apelidou de inputs e outputs (Easton, 1965: 25), tal como se de um sistema informático se tratasse. Adriano Moreira explica que estes inputs ou entradas no sistema consistem, primeiro, nas exigências a nível interno e externo que podem ser instrumentalizadas por grupos de interesse, de pressão ou pelos próprios partidos; mas também nos apoios face à sociedade global, ao regime ou às personalidades que ocupam posições de autoridade (Moreira, 1984: 104). As exigências estão sempre subordinadas aos recursos do sistema, que refreados pelas limitações, se constituem factores de selecção das decisões do sistema (Espírito Santo, 1997: 73). Segundo Adriano Moreira, pode entender-se por outputs ou saídas do sistema o conjunto de respostas aos inputs que previamente penetraram no sistema político. Gera-se então um processo contínuo em que “toda a resposta vem a modificar o ambiente do sistema político, e por isso, a alterar o fluxo de

exigências, estabelecendo-se assim uma corrente contínua e infindável de influências, input-output-input, que se chama o efeito de retroacção (the feedback loop)” (Moreira, 1984: 104).

Almond e Powell (1966) descrevem os sistemas políticos como meios através dos quais as sociedades formulam e perseguem, de forma consciente, objectivos colectivos, tanto a nível doméstico como externo. Estes autores consideram que, em maior ou menor grau, os sistemas políticos adoptam e tentam implementar políticas desenhadas para maximizar os recursos desses dois ambientes, distribuir benefícios, regular comportamentos e garantir a segurança face a ameaças externas. Assim, os sistemas políticos são influenciados pelos ambientes nos quais operam, todos os problemas colocados pelos cidadãos e líderes sociais, os recursos disponíveis para satisfazer essas exigências, a capacidade de moldar crenças e acções colectivas, são igualmente afectados pelo ambiente externo e interno (Almond e Powell, 1966: 6).

Em suma, o “sistema implementa-se através do conhecimento que a informação possibilita às suas componentes e que é gerida por um conjunto de relações de poder, que se permitem e revalidam constantemente. O sistema político consiste no processamento e dinamização constante de um conjunto de condicionalismos internos e externos pelos mecanismos de regulação, de forma a resultar um ajustamento permanente de respostas” (Espírito Santo, 1997:52). Como esclarece Adriano Moreira, o sistema político deve ser analisado tendo em atenção “um conjunto de acções que processam o ajuste constante entre as exigências do ambiente e a capacidade de resposta do sistema” (Moreira, 1984: 103). Atendendo a que o funcionamento do sistema político é condicionado pelo poder político (Espírito Santo, 1997: 54), a renovação, manutenção ou aquisição da sede do poder é o móbil de todo o sistema, sendo o seu principal dinamizador o chamado processo de persuasão. É em sede de poder que se decide responder, ou não, às exigências formuladas pelos cidadãos e grupos de interesse, e é dessa resposta que vai depender a manutenção ou aquisição do poder (Espírito Santo, 1997: 54). As exigências têm que ser auscultadas, sendo necessário fazer um levantamento constante das entradas no sistema político. É precisamente essa acção de levantamento constante das entradas no sistema político que se define como processo de persuasão política. A persuasão estabelece-se como um elemento dinamizador de todo o sistema político, já que consiste no processo de levantamento do estado do sistema, possibilitando aos grupos políticos aspirantes ao Poder elaborar um plano estratégico de propaganda direccionado ao seu público-alvo (Espírito Santo, 1997: 54).

Admite-se, nos termos desta investigação, que “a persuasão traduz-se no conjunto de acções que permitem fazer o levantamento do estado do sistema político em determinado momento, no sentido de influenciar aquele, recorrendo para tal a técnicas como



a propaganda, que aliam soluções políticas a determinados grupos concorrentes à sede do Poder” (Espírito Santo, 1997: 49). Registe-se que a propaganda, conceito que será posteriormente aprofundado, é uma das saídas do sistema político, já “que esta constitui um instrumento de persuasão cuja aplicação apenas se torna eficaz como parte da persuasão. A propaganda constitui-se como a consecução de estratégias, respostas, que um processo persuasivo permanente pôde determinar” (Espírito Santo, 1997: 80).

## **1.2. A comunicação e o discurso político**

A perspectiva teórica seguida nesta investigação admite a comunicação política como parte integrante e indissociável do sistema político. Sublinha-se que “seja qual for a forma que a comunicação política assuma, é útil ter em conta, na sua análise, o quadro mais vasto da dinâmica de funcionamento dos sistemas políticos. É neste plano que o recurso, entre outras, à perspectiva sistémica pode ajudar a compreender a importância da comunicação no âmbito do processo de conquista e exercício do poder” (Meirinho Martins, 2006: 26). A comunicação é aqui analisada como uma condição fundamental para o funcionamento do sistema político, conforme definiu Cotteret na sua obra *Gouvernants et gouvernés* (1973). Este autor refere que “a comunicação política é para o sistema político o que a circulação sanguínea é para o corpo humano” (Cotteret, 1973: 10), ou seja, essencial, vital para o seu funcionamento.

Segundo Lasswell a comunicação política já existe em forma de linguagem do poder desde a antiguidade clássica greco-romana. O sistema democrático grego estabelecia a linguagem como um “instrumento ao serviço da verdade, meio de expressão artística e agente de persuasão” (Lasswell, 1949: 13). No entanto, a comunicação política surge nas sociedades actuais com um nível de desenvolvimento, complexidade e diversidade de funções em nada comparáveis aos existentes na antiguidade clássica.

O poder da linguagem na política não era de todo desconhecido para pensadores e estudiosos das diferentes épocas. Filo de Alexandria (século I d.C.), citado por Lasswell em *A Linguagem da Política* (1949), considerava os políticos e estadistas “homens acostumados à prestidigitação, às encantações e truques de todo o tipo, de cujas artimanhas é muito difícil escapar” (Lasswell, 1949: 16), denunciando já aqui a capacidade de persuasão passível de ser obtida através do uso da linguagem na política.

Importa aqui determinar o que distingue a comunicação política de outros tipos de comunicação, quais as características e funções próprias da comunicação política que a definem e autonomizam. Nas palavras de Cotteret, “a comunicação é política em função das

consequências directas ou indirectas, mediatas ou imediatas que ela pode ter sobre o sistema político” (Cotteret, 1973: 7). Para Lasswell, se a intenção de quem utiliza a linguagem for influenciar o poder, distingue-se desde logo uma clara função política nesse tipo de linguagem (Lasswell, 1949: 17-27).

É precisamente no âmago do poder político que se inscreve toda a problemática da comunicação política. Uma vez que a base do poder político consiste na relação de autoridade/obediência que se estabelece entre governantes e governados, a comunicação pretende legitimar essa mesma relação, focando-se na tentativa de fazer reconhecer aos governados a legitimidade dos governantes, possibilitando que os últimos possam agir sobre os comportamentos dos primeiros, sendo este o objectivo principal da comunicação política (Cotteret, 1991:10). Adoptando o pensamento de Cotteret, admite-se que a comunicação política consiste numa troca constante de informação entre governantes e governados por meios de transmissão que podem ser estruturados ou informais, e que tem como função principal assegurar o cumprimento dos objectivos de modificação ou manutenção da ordem social patentes no sistema político (Cotteret, 1973: 7-8). Por outras palavras, afirma-se que ao fazer aceitar um certo sistema, um certo quadro de valores e determinados governantes, através da comunicação, os governantes ficam em posição de impor, de modo mais ou menos autoritário, as suas decisões (Cotteret: 1973, 8). Porém, neste processo a comunicação não se limita a ter um carácter unidireccional. Os governados também procuram formular as suas necessidades através do processo de comunicação, o que confere ao processo um certo equilíbrio. A comunicação reveste-se, então, de uma bidireccionalidade que permite estabelecer um “acordo entre governantes e governados” (Cotteret, 1973: 8), que seria impossível de concretizar sem recurso à comunicação.

Entende-se que a comunicação política permite a apresentação de um conjunto de valores comuns aos diferentes actores políticos, facilitando o entendimento entre os vários agentes da sociedade. “A comunicação política assegura a adequação entre os governantes e os governados através de uma troca constante de informação: expressão das decisões soberanas dos governantes sobre os governados, ela assegura a legitimação da autoridade dos governantes pelos governados” (Cotteret, 1973: 9).

Conforme referido por Manuel Meirinho Martins, no seu estudo *Comunicação Política: uma abordagem na perspectiva sistémica* (2006), Almond e Powell defendem que a comunicação política se apresenta como um elemento essencial na relação entre governantes e governados, cuja dinâmica incide principalmente sobre a tentativa dos agentes políticos acederem a uma posição de decisores, competindo entre si pelo poder, procurando, para esse efeito, mobilizar e persuadir um grande número de pessoas (Meirinho Martins, 2006: 12).

Seguindo a perspectiva da comunicação política enquanto processo de troca, também abordada por Meirinho Martins na obra supracitada, Ranney refere que a comunicação política assume uma importância primordial na acção governativa das sociedades actuais, transmitindo significados através de mensagens políticas, sendo decisiva no processo de formação e desenvolvimento dos grupos políticos, que procuram através deste tipo de comunicação influenciar os outros (Ranney, 1990: 134). Seguindo esta lógica, o autor distingue cinco elementos vitais na comunicação política: os comunicadores, que se definem como aqueles que pretendem influenciar a política, como é o caso dos partidos, grupos de pressão e outras organizações análogas; a mensagem, composta pelos símbolos, palavras ou imagens que contêm a ideia que os comunicadores pretendem divulgar; os meios, que são os instrumentos de transmissão e divulgação das mensagens; os receptores, que são os destinatários da mensagem, o conjunto de pessoas que se pretende influenciar; e, por último, a resposta, que consiste na reacção pretendida pela comunicação das mensagens políticas, constituindo o real objectivo da divulgação de mensagens políticas (Ranney, 1990: 135).

Neste prisma, a comunicação adquire um carácter bidireccional, uma vez que todos os elementos anteriormente referidos se influenciam mutuamente. Enquanto os governantes procuram persuadir, os governados procuram, por seu lado, fazer-se ouvir, transmitindo as suas necessidades e anseios, tentando influenciar as decisões políticas. É este processo constante de comunicação que possibilita a adequação de respostas por parte da classe política às expectativas dos governados (Meirinho Martins, 2006: 24).

Existem também outras perspectivas que abordam este tipo de comunicação de uma forma unidireccional, evidenciando principalmente o poder de influência dos que governam sobre os governados. Na linha dessas perspectivas unidireccionais, a comunicação é vista como um “instrumento de procura do consenso” (Meirinho Martins, 2006: 25), muito condicionada pelos aparelhos governativos, cuja natureza é essencialmente definida pela intenção de influenciar o ambiente político, permitindo o uso da persuasão por parte dos agentes políticos sobre a audiência. Este é um quadro explorado por McNair, na sua obra *An introduction to Political Communication* (1995). A comunicação política é por ele entendida como um conjunto de relações entre três elementos básicos do processo de tomada de decisão política: as organizações políticas ou agentes políticos com meios institucionais para influenciar o processo de tomada de decisões políticas; as audiências, que são alvo de persuasão através da comunicação política; e os meios, através dos quais é difundida a comunicação política (Meirinho Martins, 2006: 25).

Outra forma de olhar a comunicação política é sob a perspectiva da comunicação como uma imagem do poder. Nesta abordagem, o objectivo central continua a ser o de

influência e persuasão, que será prosseguido através da espectacularização da acção política, através de uma lógica de comercialização da mensagem política, na qual as mensagens políticas se tornam despolitizadas e uniformes. Esta perspectiva da comunicação política “parece reforçar a dimensão da influência dos governantes sobre governados” (Meirinho Martins, 2006: 26) de forma mais marcada do que as perspectivas que admitem o carácter bidireccional da comunicação. Aqui a comunicação política tem como função a divulgação de mensagens da classe política, dirigidas aos cidadãos (governados), com uma perspectiva de mobilização social, pretendendo uma aceitação das suas opiniões ou decisões no quadro político. O seu objectivo é, pois, “influenciar, constituindo agentes influentes e determinantes para intencionalmente produzir certas reacções” (Sena, 2006: 29).

O objectivo de influenciar e de convencer patente na comunicação política origina a utilização de técnicas altamente profissionalizadas, como o marketing político ou a propaganda política. Serge Albouy, em *Marketing et Communication Politique* (1994), evidencia a importância do marketing político enquanto tipo de comunicação política persuasiva. A sua utilização prevê precisamente a existência de um objectivo previamente definido, correlacionado com um determinado projecto político (Albouy, 1994: 25). Esse objectivo centra-se em influenciar atitudes, comportamentos e opiniões com o fim de obter cada vez mais apoios, quer a nível de adesão como de financiamento de determinado candidato ou programa político, usando para tal todas as técnicas possíveis, muitas vezes decalcadas do marketing comercial, para influenciar a opinião pública (Albouy, 1994: 22-25). O autor distingue três fases distintas na estratégia do marketing político: primeiramente é necessário conhecer a audiência e a sua opinião, nos mesmo termos em que a nível comercial se estuda o mercado, tentando perceber o estado das exigências presentes na opinião pública – o estado do sistema, nas palavras de Paula Espírito Santo, (1997); a partir daí define-se a oferta em função das exigências e do ambiente concorrencial; por fim, estabelece-se a fase de comunicação, assegurando a promoção persuasiva das ofertas seleccionadas pelo poder político em função das exigências anteriormente sentidas (Albouy, 1994: 26).

Um factor a ter em conta na comunicação política, e que merece grande atenção por parte dos estudiosos da comunicação, é o facto de esta não ser apenas vital em momentos de campanha eleitoral. De facto, num sistema político em que a comunicação ocupa um lugar de destaque e em que a legitimidade das decisões não depende apenas do momento de sufrágio, os políticos têm que recorrer permanentemente a técnicas de marketing, desenvolvendo um plano de comunicação persuasiva contínuo (Albouy, 1994: 28).

Com o desenvolvimento dos meios de comunicação social, as mensagens políticas, plenas de intenção persuasiva, beneficiam de uma transmissão e divulgação mais rápida e vasta, chegando a uma audiência de massas, heterogénea e espacialmente dispersa, pelo que a argumentação e os discursos políticos persuasivos adquirem uma nova dimensão. Os meios de comunicação encontram-se actualmente no centro do processo de transmissão de mensagens políticas, sendo o elo de ligação entre governantes e governados. A agenda mediática, influenciada pela agenda política, vai dizer “o que pensar” e “como pensar”, impondo determinados conteúdos à agenda pública. “As encenações mediática e política conjugam-se na construção da informação que é dada ao cidadão comum” (Sena, 2006:33). A acção política adapta-se aos ritmos e estruturas dos media, sem renunciar ao espectáculo ou à encenação de forma a incluir as suas mensagens nas agendas mediáticas. “Os políticos, ao reconhecerem a lógica dos media, constroem de tal modo os acontecimentos, treinam os seus personagens e estudam as relações políticas, tal como ensaiam discursos, estudam argumentos com a vontade possante de estulizar o mais convincente e completo dos profissionais. Porque são profissionais da política” (Sena, 2006:33).

O discurso político deve conseguir captar a atenção da audiência e persuadi-la com os seus argumentos. Sobretudo através da televisão, os políticos fazem passar a sua mensagem construindo um jogo de palavras que vá ao encontro das expectativas que a audiência tem da sua personagem. O discurso deve ter presente um registo linguístico, icónico e imagético, e a forma como está construído deve permitir ao político recorrer a símbolos e significados de importância política (Sena, 2006: 35-36). Segundo Nilza de Sena, a construção do discurso político deverá prosseguir fundamentalmente dois objectivos: o objectivo consumatório, “que se prende com o grau de consumação ou recompensa que os políticos sentem de imediato pelo carácter eloquente da intervenção” (Sena, 2006: 35); e o objectivo instrumental, “que se prende com a possibilidade (sempre hipotética) de captação de audiências e persuasão do eleitorado” (Sena, 2006: 35).

### **1.3. As regras do discurso político**

O objectivo final da comunicação política é influenciar e direccionar opiniões pelo que se torna necessário criar condições favoráveis à prossecução desse mesmo objectivo. Neste sentido, o papel da linguística e da semiótica é essencial na estruturação de um discurso político que se pretende compreendido e apoiado pelo maior número de pessoas possível.

O primeiro aspecto a ter em conta ao proferir um discurso político, talvez o mais importante e do qual dependem todos os outros, é precisamente a capacidade de compreensão do discurso por parte da audiência. Para tal, a linguagem presente no discurso político deve estar subordinada às capacidades de interpretação da maioria dos cidadãos, conferindo eficácia à tentativa de influenciar os receptores. É esta compreensão do discurso por parte da audiência que determina a coerência e eficácia comunicacional, que possibilita a persuasão, fazendo pensar e agir numa determinada direcção (Albouy, 1994: 211). Assim, a linguagem e a retórica encontram-se revestidas de uma clara necessidade de adaptação aos públicos e aos imperativos mediáticos de determinada sociedade. Foi neste sentido que os profissionais da comunicação se sentiram obrigados a desenhar determinadas “receitas” em forma de regras discursivas, que garantissem à linguagem política aquilo que a linguagem comercial confere à própria publicidade, ou seja, um nível de influência persuasiva lograda pela proximidade linguística com a audiência que se pretende influenciar (Albouy, 1994: 213). Neste sentido, do mesmo modo que os estudos de mercado são utilizados pela publicidade com o intuito de conhecer aqueles a quem se quer convencer a consumir, também na política é indispensável um conhecimento prévio da audiência, de forma a saber quais as questões mais importantes para esta e que propostas lhe poderão parecer mais aliciantes.

Pode então afirmar-se que o discurso político tem como primeiro objectivo ser perfeitamente inteligível por parte da audiência, e, sem nunca descurar a lógica da persuasão, apresentar-se totalmente simplificado e carregado de “senso comum” perante aqueles com quem se pretende comunicar (Albouy, 1994: 214). A possibilidade do discurso ser entendido e, por isso, suscitar uma identificação por parte da audiência, será um instrumento de extrema importância no facilitar da adesão por parte dos receptores aos valores proclamados no discurso.

Neste sentido, uma regra fundamental do discurso político a ter em consideração é a utilização de uma linguagem comum e simplificada, semelhante à que se encontra na comunicação publicitária e à linguagem geralmente utilizada pela televisão, com recurso a frases simples e encadeadas logicamente, repletas de imagens explicativas, e sem recurso a vocabulário demasiado complexo ou abstracto. A utilização de um tipo de linguagem mais difícil e sofisticado, incompreensível para boa parte do público, serviria apenas para acentuar a ideia de distanciamento entre a linguagem da classe política e as necessidades do seu público, não sendo de todo esse o objectivo do discurso (Albouy, 1994: 214-224).

Relativamente à simplificação da linguagem política também Jean-Marie Cotteret (1991) enunciou algumas premissas. Segundo o autor, ao receptor da mensagem não deve ser exigido qualquer esforço para entender o que lhe é transmitido, nem ele estará disposto

a fazê-lo, pelo que se impõe que as ideias lhe sejam apresentadas de uma forma que permita a sua fácil compreensão e absorção, simplificando ao máximo o discurso. Se esta adaptação da linguagem terá que ser sempre efectuada pelo emissor e nunca exigida ao receptor, compreende-se o porquê da utilização de um vocabulário comum, fundamental, de base quotidiana para o geral da população. É com esta linguagem que deverão ser explicadas noções complexas, evitando recorrer em demasia a um vocabulário especializado (Cotteret, 1991: 40). Não obstante, e atendendo a que frequentemente a simplificação impossibilita a transmissão da informação de forma completa, é por vezes necessário integrar no discurso um vocabulário mais técnico e especializado. É neste sentido que Cotteret (1991) aconselha que o discurso político se baseie numa equação de equilíbrio entre os dois tipos de vocabulário, com proporções aceitáveis, de forma a evitar qualquer confusão entre simplificação e banalidade discursiva (Cotteret, 1991: 41). Estes dois tipos de vocabulário devem ser acompanhados por um conjunto de “tiques verbais” que permitam identificar o orador: advérbios, nomes repetidos, verbos escolhidos e adjectivos precisos, contribuem para reforçar a personalidade e distinguir a visão do orador das demais opiniões (Cotteret, 1991: 41). Cotteret estabelece para o discurso político a Regra dos quatro C: esta regra sugere que o discurso deve ser claro, para que seja acessível ao maior número de pessoas; curto, em termos de brevidade da mensagem, “fazer depressa ou não fazer de todo”(Cotteret, 1991:39); coerente, devendo apresentar adequação entre as mensagens e as expectativas do público; e credível, podendo esta condição depender do conteúdo da mensagem ou do emissor (Cotteret, 1991: 42-44).

Também Nilza de Sena (2006) se debruçou sobre as regras mais adequadas à concretização dos objectivos principais da comunicação política, principalmente no que diz respeito ao discurso político, corroborando muitas das condições discursivas referidas pelos autores tratados anteriormente. Segundo a autora, o conteúdo da mensagem política deve ser seleccionado de modo a estabelecer uma sequência lógica dos factos, argumentos e contra-argumentos, exibindo nexos e sendo facilmente inteligível. A simplificação da mensagem exige que se condensem no discurso político um máximo de 3 ideias básicas (Sena, 2006: 36-38). A autora estabelece como regras do discurso político:

- Recorrência e repetição, o mesmo tema ou assunto é referido diversas vezes, e de modo recorrente, o que lhe concede uma maior probabilidade de retenção por parte da audiência;
- Ênfase ou redundância, a um tema ou assunto é conferido um elevado grau de importância, reincidindo sobre o mesmo tema das mais variadas formas possíveis;
- Ordenamento lógico das mensagens, de forma a tornar-se familiar para a audiência. Exemplo: ordenamento cronológico, numérico, alfabético;

- Articulação dialéctica ou narrativa, devendo estar presente um estilo analógico que favoreça a compreensão e utilização de metáforas, de modo a facilitar a memorização e o raciocínio associativo;

- Dimensão estética, que direcione o foco principal para a imagem, para a forma e que leve o receptor a desconsiderar o conteúdo político-ideológico da mensagem.

Segundo Cotteret, uma das principais características da linguagem política actual reside no pensamento segundo o qual “para convencer já não é necessário demonstrar, é suficiente mostrar” (Cotteret, 1991: 38). O princípio de identificação e explicação tem sido suplantado pelo princípio da analogia, segundo o qual para convencer a audiência é apenas necessário ilustrar com analogias o que se quer dizer com palavras. O raciocínio e interpretação da mensagem política sofreram também alterações, passando-se de um método dedutivo para um associativo, destituindo o discurso da necessidade de ter um início, um fim e uma razão (Cotteret, 1991: 39).

O estilo comunicacional próprio do orador é também uma característica muito importante do discurso político, podendo ser de cariz mais racional ou emocional. O estilo racional, mais explicativo, privilegia a sintaxe e as frases bem construídas. A utilização de um discurso emocional, repleto de imagens, é normalmente mais fácil de assimilar pela audiência. Uma vez despoletada a emoção, o orador espera influenciar a opinião ou o comportamento daqueles que o ouvem (Cotteret, 1991: 45).

Paralelamente, privilegia-se no discurso político a utilização de uma linha melódica agradável, com palavras que se associem a sonoridades e se relacionem com imagens, que torna o discurso mais apelativo ao imaginário social do que às capacidades racionais dos eleitores (Albouy, 1994: 214-224).

A necessidade de estabelecer uma relação de proximidade com o receptor da mensagem deve ser colmatada pela utilização de um discurso fático, em que o emissor fala directamente para a audiência, estabelecendo contacto com ela através de frases vazias de informação mas que evidenciam a função fática (Cotteret, 1991: 47). Nesta linha, o orador deve ter em atenção o uso que faz do “eu” e do “vós”. Com o fim de aparentar proximidade com a audiência, o orador deve demonstrar uma convergência entre si próprio e aqueles a quem se dirige, ou seja, entre o “eu” e o “vós”. Usar o “nós” evidencia uma marca de unidade entre o emissor e os receptores da mensagem. Já a utilização excessiva do “eu” transmite uma intensa personalização do discurso, que pode ser vista como excessiva e patológica (Cotteret, 1991: 49). Nesta tentativa de demonstração de proximidade e unidade, o emissor pode ainda estabelecer dois tipos de relação com o receptor. O estabelecimento de uma relação de carácter simétrico ou complementar entre o interlocutor e o público deve ser determinado previamente, em coerência com o objectivo da comunicação, o estado da



opinião pública e a própria personalidade do orador. Na relação simétrica o interlocutor posiciona-se ao mesmo nível do receptor da mensagem. O emissor da mensagem política deve saber de antemão se é essa a expectativa da audiência e, normalmente, deve usar desta posição quando se tratam de coisas do dia-a-dia, de situações conhecidas pelo público e que, em conversas interpessoais, seriam igualmente defendidas pelos membros da audiência. Tratando-se de assuntos mais complexos deve ser utilizado um discurso de tipo complementar, em que o emissor tem como missão trazer ao conhecimento do eleitor aquilo que ele não sabe. Em certas situações o líder político pode assumir uma postura de inferioridade perante o auditório, fazendo um discurso de humilhação, o que só deverá ocorrer perante uma conjuntura de excepção (Cotteret, 1991: 50).

Muitas das regras discursivas acima referidas contribuem para um discurso político de carácter instantâneo, onde o que conta é a impressão rápida que a audiência pode assimilar. O orador procura apenas impressionar, promovendo actos comunicacionais carregados de registos emocionais, nos quais se privilegia o que aparenta ser mais verdadeiro à primeira vista, e que, mesmo depois de ser alvo de uma análise mais profunda, continue a revelar-se verosímil (Cotteret, 1991: 39). “Então, a linguagem discursiva não corresponde à simples expressão do pensamento livre que se coaduna com um determinado estilo e espírito partidário; a linguagem não se limita a uma simples forma de comunicar aos outros projectos ou ideias para o país; a linguagem passa a ser uma ferramenta ordinária, mas eficaz que permite aos políticos enunciar e nomear aquilo que pensam, favorecendo aquilo que o receptor deseja, através de uma estrutura lexical, sintáctica e semântica, de um jogo de signos com significados e significantes que permite um xadrez estilístico das formas discursivas que pretendem a persuasão mais do que tudo” (Sena, 2006: 40).

Na sequência das apreciações anteriores sobre o discurso político, pode dizer-se que o conjunto de regras identificado se relaciona com o conteúdo intrínseco do discurso, conforme o designa Cotteret (Cotteret, 1973: 61). No entanto, o mesmo autor identifica no discurso político um conteúdo latente, onde a relação entre significado e significante pode ser considerada ambígua, constituindo esta uma perspectiva de bastante relevo para esta investigação.

No conteúdo latente do discurso, Cotteret distingue a comunicação simbólica e a comunicação mítica (Cotteret, 1973: 69-71). A comunicação simbólica relaciona-se com o objectivo de persuasão da comunicação política: o símbolo introduz nas consciências aquilo que a censura se recusava a deixar penetrar; serve para reforçar o discurso político e favorece a comunicação, uma vez que cria um ambiente mais favorável à audiência, mais familiar ao que esta está habituada, por exemplo pelo recurso a analogias entre a vida

política e a vida familiar. As comparações e analogias servem para simplificar uma ideia que poderia ser de complexa compreensão. O símbolo é conscientemente escolhido pelo emissor e pretende facilitar a compreensão, sendo um indicador precioso do conteúdo da mensagem (Cotteret, 1973: 69-70). Não é fácil distinguir a comunicação simbólica da linguagem mítica, uma vez que as fronteiras que as delimitam são ténues e ambas recorrem ao uso de símbolos. O mito é um meio para fazer crer, sendo um excelente meio de comunicação persuasiva. A linguagem mitológica invoca a intuição, enquanto a linguagem simbólica invoca a racionalidade (Cotteret, 1973: 70). O mito é sempre uma deformação da realidade, embora nem sempre seja sustentado na mentira, ao passo que o símbolo é uma representação do real. Enquanto instrumento de comunicação, o mito deverá ser utilizado pelos governantes de forma a obter comportamentos determinados dos governados, sendo construído deliberada e racionalmente pelos governantes (Cotteret, 1973: 70-71). Este é, de resto, um conceito muito importante nesta investigação, pelo que será alvo de maior atenção adiante.

#### **1.4. Propaganda política**

##### **1.4.1. Génese da propaganda**

“Um dos fenómenos dominantes da primeira metade do século XX é a propaganda política. Sem ela, os grandes acontecimentos da nossa época, a revolução comunista e o fascismo, não seriam sequer concebíveis” (Domenach, 1950: 7). No entanto, na história das civilizações humanas podem ser encontradas formas de propaganda política, embora não cientificamente definidas nem sistematicamente organizadas, como passou a suceder a partir do século XX. Segundo Alejandro Pizarroso Quintero, “desde que na história da humanidade surgem religiões organizadas e primitivas formas de Estado, podemos falar de propaganda. Em todo o fenómeno comunicativo em que intervenham estas instituições (religiosas ou políticas) há um fundo propagandístico.” (Quintero, 1990: 33).

As primeiras técnicas que se podem definir como propaganda terão tido lugar na Civilização Grega, consistindo na utilização de “meios psicológicos para criar, orientar ou modificar a opinião de um auditório” (Quintero, 1990: 40). A eloquência dos discursos como base do poder, as teorias da persuasão desenvolvidas pelos pensadores gregos, onde se destaca a *Retórica*, de Aristóteles, e as técnicas de persuasão aperfeiçoadas pelos sofistas são alguns dos instrumentos propagandísticos característicos do período helénico, onde

também se destacam a utilização política de oráculos e mitos ou a própria cunhagem de moeda, sendo este último meio utilizado até aos dias de hoje (Quintero, 1990: 40-41). Na Roma Antiga, a propaganda foi utilizada, principalmente, como um meio de coesão interna do Império, uma forma de exportação da sua organização política, ideias e leis (Quintero, 1990: 42-43), fundada essencialmente em mitos, como o “mito da Cidade, da República acima dos grupos e partidos, o incipiente mito das origens divinas de Roma, a exaltação das virtudes de cidadania, o patriotismo em suma...” (Quintero, 1990: 42).

Não obstante, a actividade propagandística como é hoje entendida teve as suas verdadeiras bases nos períodos da Reforma, Contra-Reforma e no Estado Moderno, servindo-se dos benefícios de meios como a imprensa (Quintero, 1990: 34). Segundo Alejandro Pizarroso Quintero, Nicolau Maquiavel terá sido o “primeiro teórico da propaganda política da Idade Moderna” (Quintero, 1990: 71). Segundo Quintero, as teorias explanadas na obra de Maquiavel, *O Príncipe*, estão já imbuídas dos princípios que hoje se reconhecem na propaganda política, embora sem nunca ser referido nem definido tal termo (Quintero, 1990: 71). A propaganda, no sentido moderno, surge com a Congregação de Propaganda ou “Sacra Congregatio de Propaganda Fide”, que foi oficialmente instituída pela Igreja Católica em 1622 (Quintero, 1990: 19). Esta congregação foi então criada como um instrumento da Contra-Reforma, mas as suas acções incidiram principalmente na expansão do catolicismo (Quintero, 1990: 19). Com o intuito de expandir a fé cristã a todos os povos, a propaganda enquanto método cultivado e artificial era considerada o instrumento mais eficaz para intervir junto de povos que, noutras condições, nunca apreenderiam o cristianismo (Brown, 1963: 13).

Oriunda do latim, a palavra propaganda tem o significado de disseminar, propagar ou semear ideias (Jowett e O'Donnell, 1999: 12). Pode ser considerada como um “processo comunicativo que dissemina, dá a conhecer, promociona ideias” (Quintero, 1990: 16). A esta definição simples e neutral foi acrescentada ao longo da história um carácter negativo. Para tal contribuiu decisivamente o conhecimento público da utilização desta técnica durante a Primeira Guerra Mundial. A consciência por parte da população do recurso à propaganda como arma de guerra, bem como a mentiras e subterfúgios políticos, gerou nas pessoas um sentimento de repulsa face à propaganda, levando a que, a partir desse momento, passasse a estar associada a palavras como mentira, distorção, manipulação, controlo psicológico ou lavagem cerebral (Brown, 1963: 13).

A primeira acção de carácter reconhecidamente propagandístico levada a cabo por um governo moderno teve lugar durante a Primeira Guerra Mundial, mais precisamente em 1916, nos Estados Unidos da América, durante a presidência de Woodrow Wilson. Esta consistiu na orientação da opinião pública no sentido de uma posição favorável ao

envolvimento do país no conflito. Através de uma comissão criada para o efeito, a Comissão Governamental de Propaganda, ou Comissão Creel, como ficou mais conhecida, conseguiu-se transformar uma “população pacífica numa população histérica e sedenta de guerra” (Chomsky, 1991: 13).

O desenvolvimento da propaganda enquanto técnica de comunicação é, pois, indissociável do século XX e dos eventos que nele tiveram lugar. Foi nesta época que se compreendeu o tipo de influência a que pode ser submetida a opinião pública e os comportamentos individuais (Jowett e O'Donnel, 1999:1). Foi depois da Primeira Guerra Mundial, por volta dos anos 30, que começaram a surgir estudos sobre propaganda, muito apoiados nos trabalhos sobre opinião pública, meios de comunicação de massas, psicologia social ou estudos das atitudes (Quintero, 1990: 28). Segundo Alejandro Pizarroso Quintero, a primeira reflexão teórica sobre propaganda é da autoria de Harold Lasswell e data de 1927, com o nome de *Propaganda Technique in the World War*, onde o autor discorre sobre o grande poder da propaganda (Quintero, 1990: 28).

Entre os vários estudos que contribuíram para a delimitação da propaganda como uma técnica de comunicação destacam-se as primeiras obras na área da manipulação comportamental, desenvolvidas nos anos 30 do século XX, que derivaram dos trabalhos de Pavlov e da sua teoria dos reflexos condicionados. Foi a partir destes estudos que se percebeu a possibilidade de construir comportamentos de raiz e de provocar reacções determinadas. Nos anos 50 do mesmo século, surgiram os estudos baseados na teoria da psicanálise de Freud e na pesquisa das motivações, que foram contributos importantes para a exploração de atitudes e hábitos de consumo. Nos anos 80 do século XX a pesquisa em propaganda incidiu principalmente sobre as técnicas de comunicação, e foi nesta altura que as ciências da comunicação influenciaram decisivamente a elaboração das teorias na área da propaganda. A cibernética e behaviorismo surgem como pedras basulares destes estudos e a ideia estabelecida de que tudo é comunicação e de que a existência de um sistema de inputs e feedback possibilita a alteração de comportamentos e contribui para elevar a propaganda ao estatuto de principal arma de manipulação numa cultura de instrumentalização própria das sociedades modernas (Breton, 1997: 179-188).

Talvez tenha sido o seu crivo manipulador que concedeu ao conceito de propaganda um rasto negativo, um carácter pejorativo (Jowett e O'Donnel, 1999: 2), que levou o mundo ocidental a evitar o uso do termo depois da Segunda Guerra Mundial (Quintero, 1990: 19). De facto, ao longo do século XX, a propaganda ficou muitas vezes associada a “certo tipo de projectos sinistros, mentirosos, nos quais todos os esforços empreendidos têm por objectivo enganar e manipular as opiniões em proveito próprio” (Brown, 1963: 13).

Alejandro Pizarroso Quintero entende que “a propaganda política é uma realidade que se vem manifestando no decorrer da história sob múltiplas formas: através de meios escritos em geral e da imprensa em particular, da palavra falada, da imagem (símbolos, pintura, escultura, arquitectura), da acção, etc.” (Quintero, 1990: 15) e, de facto, em todo o processo de desenvolvimento da propaganda, destaca-se a contribuição dos meios de comunicação social. Na verdade, os meios de comunicação de massa foram um forte apoio para o desenvolvimento da comunicação persuasiva, amplificando o êxito da propaganda, o que por sua vez modificou por completo a comunicação política, tornando-a uma ciência amplamente estudada e utilizada na esfera política. A imprensa de grande tiragem, a rádio, a fotografia, o cinema, a televisão, e mais recentemente a internet, permitiram a expansão universal da propaganda política, tornando possível a cada vez mais generalizada difusão de mensagens políticas.

Para Breton, que define o século XX como “o século do convencer” (Breton, 1997: 70), a grande importância dos contributos tecnológicos para o desenvolvimento da propaganda, não os torna os únicos dinamizadores da sua expansão. Para o autor, a propaganda moderna surge como resposta a um importante evento, a alfabetização. É que o século XX foi também o século da escolarização e educação, factor que tornou premente o enveredar de esforços no sentido de uma maior tecnicização da palavra. A ideia é que com mais e melhor formação a população poderia compreender e ajuizar racionalmente determinadas situações, o incremento do conhecimento público torna mais difícil a acto de manipulação. Terá sido também com o objectivo de fazer face a esta nova conjuntura e conseguir mais flexibilidade e maleabilidade à manipulação, que se empreenderam esforços no aperfeiçoamento de técnicas como a propaganda (Breton, 1997: 80). De facto, “à medida que as pessoas se tornam mais instruídas e, pelo menos aparentemente, mais civilizadas, a palavra escrita passa a desempenhar um papel cada vez mais decisivo na difusão de opiniões e na criação de atitudes emocionais” (Brown, 1963: 15).

O desenvolvimento da propaganda usufruiu também de outros factores de desenvolvimento da sociedade, que, segundo Domenach (1950), foram bastante importantes na sua implementação. Foi graças à “desarticulação de antigos quadros, ao progresso dos meios de comunicação, à formação de aglomerados urbanos, à insegurança industrial, às ameaças de crise e de guerra e a factores de uniformização da vida moderna” (Domenach, 1950: 15) que a propaganda se pôde desenvolver e expandir como técnica. Isso deve-se, na opinião de Domenach, ao facto de todos estes factores favorecerem a criação de “massas ávidas de informações, influenciáveis e susceptíveis de brutas reacções colectivas” (Domenach, 1950: 15).

#### 1.4.2. Contexto e conceitos de propaganda

Para entender o conceito de propaganda importa, antes de mais, assinalar a sua autonomia e independência face ao que se entende por publicidade. A difícil destrição entre estes dois conceitos deve-se ao facto de que ambos “caminharam e desenvolveram-se paralelamente ao longo dos anos, partilhando muitos processos e características” (Domenach, 1950: 19-20). Domenach considera que a propaganda “se inspira na publicidade copiando um estilo que, segundo se julga, agrada ao público” (Domenach, 1950: 20).

Admita-se a definição de Pizarroso Quintero, que integra a propaganda no campo da comunicação e a relaciona com processos de informação e persuasão. Para o autor, “a propaganda, no campo da comunicação social, consiste num processo de disseminação de ideias através de múltiplos canais com a finalidade de promover no grupo ao qual se dirige os objectivos do emissor, não necessariamente favoráveis ao receptor; implica, pois, um processo de informação e um processo de persuasão. E podemos interpretá-la do seguinte modo: controlo do fluxo de informação, direcção da opinião pública e manipulação – não necessariamente negativa – de comportamentos e, principalmente de modelos de comportamento” (Quintero, 1990: 18). Esta é uma definição de propaganda bastante completa e adequada a este estudo. Aqui está já definido o campo de actuação, a sua base em processos determinados e o seu recurso a certos meios ou canais.

A visão de Quintero sobre os processos de informação e persuasão que envolvem a propaganda é também partilhada por Jowett e O'Donnel, que por sua vez estabelecem a propaganda como uma subcategoria da persuasão. Estes autores definem a propaganda como uma forma de comunicação que consiste na tentativa de obtenção de um feedback, de uma resposta determinada. Se bem utilizada, a propaganda deverá produzir o conjunto de respostas mais adequadas e coerentes com os objectivos previamente definidos pelo propagandista (Jowett e O'Donnel, 1999: 6). A propaganda foca-se, então, num determinado processo comunicativo e na finalidade desse mesmo processo e define-se como uma tentativa deliberada e sistemática, logo intencional, de moldar percepções, manipular conhecimentos e direccionar comportamentos, por forma a instigar a audiência à reacção desejada pelo propagandista (Jowett e O'Donnel, 1999: 6). O carácter intencional da propaganda é um ponto muito destacado por estes autores, que descrevem esta comunicação persuasiva como voluntária e premeditada, já que implica um longo estudo e consideração de todas as possibilidades, baseando-se numa estratégia cuidadosamente pensada e colocada em acção com grande organização e visão estratégica, de forma que os objectivos delineados sejam alcançados (Jowett e O'Donnel, 1999: 3).

A delimitação do objectivo final da propaganda é, efectivamente, o ponto-chave para a compreensão deste conceito. É o elemento que requer mais atenção e ênfase em qualquer estudo relacionado com a propaganda. Para Jowett e O'Donnel o objectivo da propaganda é criar um certo estado no seio da audiência a que se dirige. Segundo os autores esse estado poderá ser perceptivo, cognitivo, comportamental ou todos os três (Jowett e O'Donnell, 1999:6). A tentativa deliberada de influenciar comportamentos tem como fim alterar ou manter um certo equilíbrio de poder, que será o mais vantajoso para o propagandista. Assim, o objectivo último da propaganda está directamente relacionado com a promoção de uma ideologia ou pensamento determinados (Jowett e O'Donnel, 1999: 3). Recorre-se a símbolos manipulados ou pré-fabricados, cuidadosamente organizados e articulados de forma a favorecerem o atingir dos objectivos, reforçando ou modificando atitudes e comportamentos no seio de determinada audiência (Jowett e O'Donnel, 1999: 3).

É precisamente este carácter próprio da propaganda que tantas vezes a relaciona com manipulação ou lavagem cerebral. Na opinião de Brown, “a sensação de constrangimento de muitas pessoas em face da propaganda, de que está sendo feita uma tentativa para manipulá-las por métodos escusos, é assaz justificada. Quase sempre há algo oculto pelo propagandista. O que ele encobre pode ser seu verdadeiro fim para empenhar-se na campanha, os meios (sugestão e outras técnicas psicológicas) empregados, o facto de haver opiniões alternativas além da dele, ou o facto de quando estas são mencionadas o serem de forma deturpada. É inteiramente irrelevante se o material apresentado é verdadeiro ou falso, o operador sincero ou insincero, e seus fins bons ou maus. O que caracteriza a propaganda de comportamento é a maneira pela qual o material é apresentado, tanto quanto o seu conteúdo” (Brown, 1963: 22).

Na perspectiva de Jowett e O'Donnel, a propaganda enquanto processo baseia-se na manipulação das percepções, já que é a partir desta que se consegue criar artificialmente os conhecimentos. Esta manipulação consegue-se a partir da utilização de certo tipo de linguagem e imagens, pelo recurso a slogans, posters, e outros símbolos susceptíveis de influenciar a forma como o indivíduo percebe a realidade. A partir da percepção, o indivíduo cria a sua rede de associações, interpretações e base de julgamento, o que faz com que o controlo sobre a forma como se percebe possibilita o direccionamento comportamental, a criação de crenças, a influência sobre atitudes, de forma a gerar na audiência a reacção mais favorável ao propagandista (Jowett e O'Donnel, 1999: 9). Pode, então, afirmar-se que “o propagandista limita-se a evocar ou estimular as atitudes adequadas a seu fim entre todas as outras existentes em seu público, atitudes essas que podem ser inatas, porém mais usualmente são socialmente adquiridas. Como todas as motivações básicas do homem são condicionadas emocionalmente, o especialista recorrerá

amplamente ao amor, raiva, medo, esperança, culpa, e quaisquer outros sentimentos, emoções e impressões úteis ao que tem em vista. Via da regra ele desejará despertar um desejo por algum objectivo, para posteriormente alvitrar ser ele o único que possui o meio de satisfazer aquele desejo; pode, porém, igualmente, tirar partido dos sentimentos de inadequação ou culpa do seu alvo a fim de induzi-lo a querer “fazer a coisa certa” (Brown, 1963: 24-25). É também nesta perspectiva que Lasswell descreve a propaganda como um poderoso instrumento na manipulação de sentimentos como a agressividade, culpa, fraqueza ou afeição, uma vez que se alimenta desses sentimentos e procura ao máximo exteriorizá-los (Lasswell, 1936: 36).

Em observância destas definições de propaganda, adoptar-se-á em seguida uma perspectiva que permita entender a propaganda integrada no sistema político, bem como empreender um olhar mais alargado sobre o verdadeiro objectivo das acções propagandísticas. Neste sentido, recorre-se aqui à perspectiva de Paula Espírito Santo, em que estabelece uma ponte entre o sistema político e a propaganda. Para a autora, a propaganda política é parte integrante e indissociável do sistema político, já que é resultado daquilo que neste se designa por processo de persuasão. A propaganda não é mais do que a “etapa promocional da persuasão empreendida pelos agentes que pretendem conquistar (ou manter) o Poder” (Espírito Santo, 1997: 31). Sendo uma técnica de persuasão, “a propaganda pressupõe um trabalho (de persuasão) que meça as necessidades, os apoios, as exigências dos cidadãos e faça destas uma meta a alcançar, a promover” (Espírito Santo, 1997: 32).

Na perspectiva da análise sistémica do sistema político, a propaganda é, tal como ficou atrás definida, uma saída do sistema, resultante do processo de persuasão e “traduz a adequação mediática da estratégia política para o concurso à sede do Poder” (Espírito Santo, 1997: 89). Paula Espírito Santo define como objectivo último da propaganda no seio do sistema político a conquista ou manutenção do poder e dos processos de decisão, servindo-se para isso da circulação de mensagens persuasivas adequadas ao estado do sistema, que necessariamente terá sido anteriormente auscultado (Espírito Santo, 1997: 91).

O foco da propaganda não é mais que a afirmação de determinada força política em detrimento das demais (Espírito Santo, 1997:91). É precisamente por isto que Breton defende que o objectivo final da propaganda é suprimir a possibilidade de escolha, pilar da democracia. A fórmula difundida pela propaganda pretende que o receptor se torne incapaz de encontrar outras soluções sobre um mesmo assunto, colocando-se desde logo em total acordo com a ideia propagada (Breton, 1997: 78). Também Brown discorreu sobre este assunto, evidenciando que “...a liberdade de escolha pressupõe plena apreciação de todas as alternativas em jogo, e um aspecto comum a toda a propaganda é ela tentar limitar nossa



escolha propositadamente, seja evitando discussão (a afirmação indisfarçada de um ponto de vista com a exclusão dos demais), seja pela crítica emocional e não objectiva do outro lado e de suas opiniões pela utilização de caricaturas, estereótipos e outros meios...” (Brown, 1963: 22).

Em suma, e como definição adoptada nesta investigação, “a propaganda constitui-se como um meio que procura influenciar a comunidade civil no sentido de possibilitar o acesso ao poder por parte de determinado grupo político. No entanto, para que esse objectivo seja consequente, tem de se pressupor a persuasão no sentido de englobar um conjunto de procedimentos inerentes ao dinamismo do próprio sistema.” (Espírito Santo, 1997: 90).

Após fixado o conceito de propaganda, qualificando-se a mesma como uma técnica de comunicação persuasiva, deverá agora ser objecto de estudo o conjunto de regras de utilização que fazem deste tipo de comunicação um instrumento tão explorado e utilizado a nível político. Assim, para efeitos de enumeração e definição dessas mesmas regras, evocam-se aqui as ideias de J. Martins Lampreia (s.d.) que se destaca como um dos autores que mais profundamente as estudou e classificou.

Em primeiro lugar, distinguem-se as mais básicas e essenciais regras da propaganda: a simplificação e a repetição. Tal como Domenach referiu, e já anteriormente foi destacado, a publicidade e a propaganda partilham alguns processos e características (Domenach, 1950: 19-20), sendo estas duas regras exemplo disso mesmo, já que são postulados comuns às duas áreas da comunicação. A ideia base destas leis é que a mensagem que se quer transmitir ao receptor, que se pretende que determinada audiência apreenda, deverá ser o mais clara e simplificada possível, já que esse tipo de linguagem é bastante mais eficaz junto do público do que uma mensagem complicada ou dúbia. Clarificar e simplificar a mensagem torna-a mais eficaz mas é ainda necessário um certo grau de repetição da mesma para que ela seja profusamente apreendida pela audiência. E quando aqui se diz “um certo grau” de repetição, significa que essa repetição não deve ser cansativa no que se refere aos seus estímulos, susceptível de gerar saturação.

A regra da orquestração, também importante para evitar a saturação da mensagem, relaciona-se com a articulação variada de meios onde a mensagem pode ser repetida de forma diversificada. Goebbels, o grande teórico da propaganda nazi, tinha bem presente esta necessidade de diversificação dos meios de divulgação da mensagem. Citado por Domenach, Goebbels defendia que “fazer propaganda é falar de uma ideia por toda a parte, até nos autocarros. A propaganda é ilimitada nas suas variações, na sua flexibilidade de adaptação e nos seus efeitos” (Domenach, 1950: 56).

Já a regra do contágio prende-se com a ideia de que uma opinião partilhada por figuras públicas ou de algum relevo social, pessoas a quem seja reconhecida uma

determinada credibilidade e notoriedade, irá contagiar a restante audiência, tornando-a mais receptiva à mensagem e aos argumentos nela apresentados, deixando-se, por isso, convencer mais facilmente. A justificação para este fenómeno está relacionada com o conformismo humano e com a tendência para aceitar opiniões já formuladas sem ter de construir opiniões próprias (Lampreia, s.d.: 69).

A regra da unanimidade também é uma regra que se revela muito importante na estratégia propagandística. Na sua base está a “tentativa de ilusão do receptor da generalização de comportamentos ou atitudes por parte do emissor” (Espírito Santo, 1997: 125). Isto significa que uma ideia face a determinada mensagem, descrita como unânime no seio da sociedade, torna menos provável que se levantem vozes discordantes em torno da mesma.

A regra da derivação ou transfusão consiste em aproveitar uma opinião já existente, derivando-a para outros fins que se adequem aos objectivos do propagandista. Esta lei explora os “receios, opiniões, tendências, que possam ser levantadas dentro do processo de persuasão” (Espírito Santo, 1997: 124).

De acordo com a regra da insinuação, a mensagem deverá ser construída de forma a gerar uma desconfiança sobre o adversário. Com recurso ao humor ou à ironia, lançam-se suspeitas, levantam-se hipóteses que se deixam à interpretação livre da audiência, ou então ridiculariza-se ou desprestigia-se o pensamento do adversário.

A regra da concentração consiste em encontrar um foco contra o qual se dirige toda a campanha. Cria-se um “bode expiatório”, individualizando um adversário. É uma lei muito semelhante à que Paula Espírito Santo (1997), tal como José Júlio Gonçalves (1961), definem como lei do inimigo único. Esta regra baseia-se também no canalizar de todas as hostilidades contra um único adversário, responsabilizando-o e culpando-o de situações menos favoráveis (Espírito Santo, 1997: 125). Pode ainda dizer-se que esta lei tem outro efeito, que é retirar os demais adversários do centro da discussão política, já que só um deles é constantemente referido e é contra esse que se faz a verdadeira campanha.

Distinguem-se também as regras de contrapropaganda, que é “a propaganda de combate às teses do adversário” (Domenach, 1950: 92). Estas regras foram definidas tanto por Domenach (1950) como por J. Martins Lampreia (s.d.). Temos, pois, como primeira regra da contrapropaganda definida por Domenach o assinalar dos temas do adversário, desmontando a sua propaganda, isolando os temas do oponente, reduzindo o seu instrumento verbal e simbólico ao conteúdo lógico, muitas vezes pobre e até contraditório, sendo por isso mais fácil de atacar individualmente. Em seguida deve-se atacar os pontos fracos da propaganda adversária e jamais atacar frontalmente a propaganda adversária quando for poderosa. Outra regra a ter em conta na contrapropaganda é que o argumento

peçoal é mais eficaz que o racional, por isso, deve-se atacar e desconsiderar o adversário. Deve-se recorrer à realidade dos factos que possam contradizer a propaganda adversária, esse é um forte ponto de descredibilização, trata-se de colocar a propaganda do adversário em contradição com os factos. Faz também parte destas regras o acto de ridicularizar o adversário, imitando o seu estilo ou argumentação, recorrendo ao escárnio, bem como fazer predominar o seu “clima de força”, impondo a sua linguagem e símbolos, o seu poderio face ao adversário, impedindo que este se superiorize (Domenach, 1950: 92-97).

Já Lampreia (s.d: 70-72) distingue diferentes leis da contrapropaganda, assinalando a lei da antecipação, que consiste em explorar os assuntos antes que os adversários o façam; a lei da refutação, que na sua vertente directa se baseia no comentar, rebater, e desmentir a propaganda adversária, e que, quando indirecta, se funda na contradita dos factos alegados pela propaganda adversária, por meio do uso de métodos sub-reptícios; a lei da diversão, que consiste no desviar da atenção do público daquilo que é essencial; a lei da reciprocidade, que determina que se responda a uma acusação com outra acusação, recorrendo aos mesmos métodos usados pelo adversário; a lei da minimização, pela qual se desvaloriza os argumentos adversários, sendo o seu expoente máximo a lei do silêncio, onde nada se diz da propaganda adversária. Finalmente, Lampreia refere a lei do curto-circuito, que determina o recurso à divulgação generalizada de temas a que o adversário recorreu perante um só grupo social, criando desconforto em outros grupos aquando do conhecimento dessa informação.

Para além de todas estas regras que, em última análise, permitem a maximização dos efeitos da propaganda, deve ter-se sempre em conta um factor de extrema importância na obtenção das reacções desejadas pelo propagandista. Este é o factor multidão, que torna os indivíduos mais vulneráveis à sugestão e ao convencimento. Segundo Brown, “as pessoas são mais sugestionáveis em uma multidão, quando a sua credulidade individual tende a reduzir-se ao mínimo denominador comum...” (Brown, 1963: 25). E ao utilizar o termo “sugestionáveis”, Brown revela outra característica do processo propagandístico. A principal forma de influência da propaganda é, precisamente, a sugestão. Esta leva à aceitação de factos não necessariamente fundamentados ou sequer discutidos, a ideia é aceite sem apelo à razão ou à lógica (Brown, 1963: 26).

É ainda de referir que para que estas técnicas resultem e a estratégia de propaganda seja produtiva é necessário que esta se adapte ao quadro de atitudes preexistentes na audiência, bem como à sua própria composição. O conhecimento da audiência vai permitir a utilização de elementos de linguagem, como por exemplo estereótipos e preconceitos, que façam sentido naquele momento para aquela audiência, levando, assim, a uma reacção da mesma (Brown, 1963: 29).

O poder e eficácia revelados pela propaganda e a sua utilidade e flexibilidade na prossecução de objectivos políticos leva Lampreia a considerar que “a fórmula «o fim justifica os meios» poderia muito bem ser o lema da propaganda. Com efeito, nesta técnica de comunicação, praticamente tudo é permitido, não estando sujeita a quase nenhuns parâmetros, códigos de ética ou leis próprias, a não ser às do código penal vigente (Lampreia, s.d.: 72).

### **1.5. O mito político**

Depois de relacionado o funcionamento do sistema político e processo de persuasão com a comunicação política, da qual propaganda é parte integrante, torna-se possível abordar o mito na sua vertente política. É que o mito político é um elemento presente em todo o tipo de propaganda política, como evidencia a obra *A Linguagem Política* de Harold Lasswell (1949). Albert Venn Dicey, jurista inglês do século XIX, definiu que “todo o conjunto de crenças existente em determinada época geralmente pode ser referido a algumas premissas fundamentais, as quais, naquele momento, quer sejam verdadeiras ou falsas, são universalmente aceites como verdadeiras, e com tanta confiança que nem mesmo parecem manter o seu carácter de premissas” (Lasswell, 1949: 19). Assim, Lasswell refere que “o mito compõe-se destas “premissas fundamentais” sobre assuntos políticos. Consiste ele em símbolos invocados não apenas para explicar, mas também para justificar práticas específicas de poder.” (Lasswell, 1949: 19).

Esta é uma das definições de mito político mais importantes para esta investigação. No entanto, não se pode falar de mito político sem antes perceber o que é o próprio mito e de que forma este se relaciona com a história e pensamento políticos. Assim, dirigindo os seus estudos numa perspectiva semiológica, Roland Barthes considera que “o mito é uma fala”, “um sistema de comunicação, uma mensagem” e deixa claro que este não pode ser definido como “um objecto, conceito ou ideia”, mas sim como um “modo de significação, uma forma” que, conforme se verá posteriormente, tem um contexto e limites próprios (Barthes, 1957: 181). Também Cassirer, na sua abordagem ao fenómeno mitológico, define que “entre a linguagem e o mito não existe somente um estreito parentesco, mas uma real solidariedade” (Cassirer, 1961: 34). Este autor admite ainda que o mito, sendo um fenómeno originado pelo progresso da linguagem, não provém de uma componente de sabedoria da própria linguagem, mas sim de uma grande parte de loucura que esta também engloba, não sendo mais do que “a sombra negra projectada pela linguagem no mundo do pensamento humano” (Cassirer, 1961: 37). Cassirer toma toda a mitologia como uma patologia, já que

apesar de se fundar em determinados métodos racionais, é como uma doença ou infecção proveniente da linguagem que depois se difunde por todos os aspectos da civilização humana (Cassirer, 1961: 37).

Admitindo que o mito é uma fala, como sugere a abordagem de Barthes acima referida, pode considerar-se que todo o discurso é susceptível de ser transformado em mito. O objecto onde se difunde a mensagem nada importa ao mito, é a sua forma, a maneira como se enuncia, que adquire uma importância extrema no que se refere à difusão de mensagens pela fala mítica. É a um nível formal que o mito encontra os seus próprios limites, a substância ou conteúdo não são, de todo, um factor determinante na existência do mito (Barthes, 1957: 181). Esta característica faz do mito um fenómeno nunca restringido ou limitado por factores decorrentes do tipo de materiais. Qualquer discurso escrito ou oral e todo e qualquer tipo de representação são campo privilegiado para o desenvolvimento e fixação do mito. Como refere Barthes, “O discurso escrito, mas também a fotografia, o cinema, a reportagem, o desporto, espectáculos, publicidade – tudo é susceptível de servir de suporte à fala mítica.” (Barthes, 1957: 182) Cassirer esclarece, acerca das ilimitadas possibilidades de difusão do mito, que “tal como a poesia e a arte, o mito é uma forma simbólica, e é característica comum a todas as formas simbólicas serem aplicáveis a quaisquer objectos. Nada existe que lhes seja inacessível ou impermeável; o carácter peculiar de um objecto não afecta a sua actividade.” (Cassirer, 1961: 54)

Na abordagem da estrutura semiológica do mito, Barthes segue a linha de pensamento saussuriana, integrando o mito na “grande ciência dos signos, como um dos seus fragmentos” (Barthes, 1957: 184) e assim considera ser este dotado de um sistema semiológico tradicional que engloba um significado (conceito), um significante (imagem acústica) e um signo (relação entre conceito e imagem – palavra). Não obstante, o mito constrói-se a partir de um sistema semiológico primeiro, já existente, tornando-se ele próprio um sistema semiológico segundo. O produto do significado e significante, ou seja, a palavra, proveniente do primeiro sistema semiológico adquire um papel de puro significante quando se considera o sistema semiológico segundo, o mito. Quer isto dizer que “as matérias da fala mítica (língua propriamente dita, fotografia, pintura, cartaz, rito, objecto, etc.), por diferentes que sejam como ponto de partida, desde que sejam apreendidas pelo mito reduzem-se a uma pura função de significante: o mito vê nelas apenas uma mesma matéria-prima; a sua unidade reside em que são todas reduzidas ao simples estatuto de linguagem” (Barthes, 1957: 186). Depois de apreendido o primeiro sistema semiológico numa mensagem, o que segundo Barthes é feito de forma sensorial, é descortinado ainda outro, o mito, que para o autor se apreende de forma psíquica. Isto permite uma apreensão dupla por parte do receptor da mensagem. O mito transforma o primeiro sentido do sistema

semiológico em simples forma, afastando o leitor dessa primeira interpretação e empurrando-o para uma outra apreensão, baseada no segundo sistema semiológico de que se apercebe, o próprio mito. Todo este processo de duplo sentido, de sobreposição de um sentido apreendido psiquicamente em relação ao sentido básico e visível, não acontece de forma arbitrária, o conceito mítico é histórico e intencional, “é o móbil que faz proferir o mito” (Barthes, 1957: 189).

O conceito mítico perde em realidade, “é um saber confuso, formado por associações moles, ilimitadas” (Barthes, 1957: 190). A coerência apresentada pelo mito é determinada sobretudo pela sua função. De facto, uma das características que Barthes associa ao mito é a adequação. O conceito mítico tem de corresponder à função para o qual é designado, e esta não é esconder mas sim deformar. A sua profunda ubiquidade permite-lhe recorrer a uma infindável quantidade de significantes para a função pretendida, essencialmente a todos os que a História permitir. É a própria História que influencia a vida do mito. É a História que faz com que os mitos possam aparecer, desaparecer, moldar-se ou transformar-se, adequando-se sempre aos momentos e contingências históricas que o enquadram. (Barthes, 1957: 190). Também Cassirer defende que “o mito não se limita a estar distante desta realidade empírica; encontra-se, em certo sentido, em flagrante contradição com ela. Parece construir um mundo inteiramente fantástico. Apesar disso mesmo, o mito tem um certo aspecto objectivo e uma função objectiva definida.” (Cassirer, 1961: 67).

Uma das características mais importantes do mito reside no facto de ele ser polimórfico. Isto significa que a mesma imagem pode ser transmitida e relacionada com diversos aspectos de diferentes formas, possibilitando múltiplos significados e incitando às mais diversas reacções. As referências temáticas fornecem um infindável mundo de hipóteses de representação, limitadas apenas à possibilidade de reversibilidade das imagens, símbolos ou metáforas utilizadas. Nesse sentido, Girardet refere a ambivalência e fluidez da fala mítica e identifica uma certa lógica no discurso mítico. Este discurso não é arbitrário, tem regras e fórmulas que lhe permitem corresponder às suas funções (Girardet, 1986: 14-17).

Carregado de intencionalidade e dirigindo-se ao leitor de forma interpelativa (Barthes, 1957: 195), o mito faz eclodir várias questões éticas já que a fala mítica recorre a uma “falsa natureza” (Barthes: 1957: 196). Apoiando-se na diversidade das formas significativas, a fala mítica confere uma aparência natural e inevitável aos factos e desenvolvimentos históricos. Na verdade, o mito tem uma função muito particular, que passa por fundar uma “intenção histórica enquanto natureza, uma contingência enquanto eternidade” (Barthes, 1957: 205). Essa intencionalidade que caracteriza o mito poucas vezes é desmistificada pelo leitor do

mito, que ao receber a mensagem toma-a enquanto natureza, parecendo-lhe plenamente justificada. Perde-se a história das coisas e a memória de como elas apareceram e os acontecimentos disseminam-se pela natureza das coisas, com pouca significância humana (Barthes, 1957: 210). Pode dizer-se que o mito opera uma transformação na forma como se acolhe o mundo, torna-o um mundo simplificado, sem contradição de opiniões, sem necessidade de pensamento complexo, o óbvio acalma o espírito humano e torna as justificações claras e aceitáveis. A realidade mítica não pode ser negada ou criticada, explica Cassirer, ela deve ser aceite passivamente (Cassirer, 1961: 69). O indivíduo “perde a curiosidade; aceita as coisas como se lhe apresentam” (Cassirer, 1961: 347).

A intencionalidade da fala mítica é indissociável da sua eficácia e poder. O mito não é apenas uma fantasia, ele pode ser manipulado para o bem e para o mal. Não sendo intrinsecamente nem bom nem mau, o mito assume, em termos éticos, o posicionamento que os seus objectivos determinarem (Durand, 1982: 32-35). A mitologia torna-se, assim, uma arma poderosa para a difusão propagandística. Segundo Barthes, esta característica de naturalidade que o mito invoca torna-o um instrumento essencial para a inversão ideológica (Barthes, 1957: 209). Isto acontece porque existe um nível de recepção do mito, definido pelo autor como acomodação, que permite ao leitor apreender o mito em toda a sua forma e sentido. É um tipo de recepção dinâmica, que leva o leitor a viver o mito como uma história que se desenrola naturalmente, não discernindo o real do imaginário (Barthes, 1957: 198).

Na sua obra *Mythes et Mythologies Politiques* (1986), Girardet sustenta que a cultura política está profundamente marcada por histórias, conexões, anúncios proféticos que parecem não usufruir de racionalidade aparente, mas que fazem parte de uma cultura mitológica efervescente e irreduzível que acompanhou as convulsões políticas dos últimos séculos (Girardet, 1986: 11). É que “o mito é um dos mais antigos e poderosos elementos da civilização humana” (Cassirer, 1961: 40) e isso deve-se ao facto de ser inseparável da linguagem, estando assim ligado à multiplicidade das actividades humanas. Girardet, enumera alguns exemplos históricos que revelam a presença do mito nos diferentes processos políticos. As denúncias de conspiração que permitem submeter o povo ao domínio de forças ocultas e perversas; a imagem de uma idade de ouro perdida no tempo que deve ser reencontrada; a felicidade trazida pela revolução, que permitirá à humanidade participar no fim da história e promover a justiça; e o apelo ao chefe salvador, restaurador da ordem, conquistador da grandeza colectiva (Girardet, 1986: 11) são temas usuais de encontrar, de forma mais ou menos agudizada, nas grandes construções doutrinárias do último século, mesmo naquelas que proclamam o carácter científico das suas teses. Estes conjuntos mitológicos expandem-se na sociedade humana como sistemas de crenças

coerentes e completas, relativamente aos quais não se questionam nem legitimidade nem lógica (Girardet, 1986: 13). O seu desenvolvimento reveste-se da naturalidade referida por Barthes e a sua presença é detectável em símbolos, imagens e na própria linguagem dos que difundem o mito.

Nos diferentes ramos das Ciências Sociais podem ser encontradas diversas definições de mito. Para antropólogos e historiadores da religião, o mito é visto como uma história com valor explicativo, que justifica vários acontecimentos e formas de organização social. Noutras tentativas de explicação do fenómeno mitológico existe uma certa confusão de mito com mistificação, em que a ilusão e o fantasmagórico contradizem a razão lógica. Aqueles que baseiam as suas teorias na abordagem de Sorel admitem o mito como um propulsor de movimento e de incitamento à acção (Girardet, 1986: 13). Para Girardet, todas estas diferentes formulações contribuem para formar a noção de mito político, definindo-o como “fabulação, deformação ou interpretação do real censurável no que respeita à objectividade” (Girardet: 1986: 13). De certo modo, o mito pode também ser considerado explicativo, servindo como chave da compreensão do presente, fornecendo um quadro no qual se inscrevem os eventos, evitando o caos dos acontecimentos. O papel de mobilização também está presente no mito político, sendo um veículo de dinamismo e apelo à unidade (Girardet, 1986: 13).

À semelhança das formulações doutrinárias religiosas, o mito político alimenta o terror institucionalizado, promove o combate ao impuro, a exorcização do mal ou a busca pela redenção. O que está omisso na história, o que não confere identificação, pode ser preenchido e transformado pelo mito. O imaginário político substitui desde logo a especulação por uma construção ideológica que se enquadre nas contingências do momento particular (Girardet, 1986: 176). O facto de o mito se apresentar como revelador da verdade, justificando as crises mais profundas ou constantes como resultado de certo tipo de cultura ou civilização, faz Girardet admitir que, “a denúncia da solidão do homem moderno, a nostalgia das antigas sociedades desaparecidas, a visão de uma comunidade que reconquista as mentes e os corações, em diferentes níveis e formas, a busca doutrinal conduzida em nome da unidade, sacralizando os fantasmas mais elementares, alimentada pela sombra ameaçadora do complot, a permanência de uma ordem de preocupações que estão por trás dos sonhos do imaginário colectivo continuam a ser questões com muito significado” (Girardet, 1986: 177). Deste modo, o mito pode servir de resposta a certos fenómenos de desequilíbrio social, a tensões no seio da estrutura social. É por esse motivo que os quadros mitológicos surgem mais activamente em períodos de crise, quando ocorra uma aceleração abrupta dos processos de evolução histórica, rupturas súbitas do contexto social e cultural e quebra das solidariedades tradicionais ou da ordem colectiva. Estas são



situações que despoletam angústias, inquietações e consequente contestação. Nestes períodos o mito encontra campo para se afirmar e a consciência colectiva recebe-o instantaneamente, principalmente quando envolvam alterações dos factores económico-sociais, redução da qualidade de vida ou ameaças à situação social tradicional. A partir de um certo trauma social, o mito desencadeia uma reconstrução mental. (Girardet, 1986: 178-180). Conforme revela Cassirer, nem nas sociedades primitivas, em que mito ocupava um lugar central nos sentimentos e episódios quotidianos do Homem, ele se estabelece ou desenvolve da mesma forma. Quando o poder do mito se exhibe mais intensamente é sempre em situações em que o homem enfrenta o desconhecido ou qualquer tipo de perigo (Cassirer, 1961: 338).

Os mitos políticos da sociedade contemporânea não se distinguem, na sua essência, dos mitos religiosos das antigas sociedades. Agora, como antes, estabelecem-se e infiltram-se na sociedade como leituras imaginárias de um determinado momento histórico. É a mitologia que torna perceptível o que na história não estava claro, organizando o caos e impondo a sua ordem iminente. O “desconhecido”, o ininteligível, passa a ser lido a partir de um certo padrão, tornando-se algo que é possível entender e dominar. A fala mítica fornece novos elementos de compreensão e adesão, aquilo que estava perdido é reconquistado, constroem-se novas certezas e crenças para suprir o que estava incerto no espírito humano. (Girardet, 1986: 181). Para o autor, é precisamente este carácter narrativo/explicativo que torna o mito um factor de mobilização. Nascendo em momentos de ruptura do contexto histórico, vai desenvolver-se no vazio social, apoderando-se desse espaço e facultando a reconquista de uma identidade perdida, construindo uma nova realidade social (Girardet, 1986: 181). É neste sentido que o apelo à adesão se faz sentir fortemente no seio dos grupos descontentes, consciencializando-os da sua posição enquanto grupo e prometendo-lhe uma nova etapa na sua vida social.

O mito é determinado pela realidade, depende dela, mas a partir do momento que encontra na realidade a possibilidade de se fundar e expandir, age sobre ela, tornando-se determinante. Aparece ao mínimo sinal de desintegração do tecido social e prontamente o reconstrói (Girardet, 1986: 182). Compreende-se, assim, que as grandes mitologias políticas contemporâneas dependem em grande parte da situação política, social ou cultural de determinado momento histórico. As condições mais propícias ao seu desenvolvimento estão intimamente ligadas a rupturas, fenómenos de marginalização, alteração dos valores e desintegração da própria organização social. No entanto, Girardet considera que até mesmo nas sociedades ditas mais equilibradas, ou seja, onde as tensões internas estão mais ou menos adormecidas, pode ser encontrada a presença de uma linguagem mítica (Girardet, 1986: 185). Nesta situação, a função do mito é bem distinta, adoptando os papéis de

controlador e regulador, canalizando e integrando sentimentos menos favoráveis ao sistema estabelecido, prevenindo situações de revolta (Girardet: 1986, 186).

Também Cassirer discorreu sobre este momento propulsor do mito. Segundo ele, “em situações desesperadas o homem socorreu-se sempre de meios desesperados – e os mitos políticos actuais foram os tais meios desesperados. Se a razão nos abandona, resta sempre a última ratio, o poder do miraculoso e do misterioso” (Cassirer, 1961: 339). A racionalidade humana não consegue sobrepor-se ao mito em situações críticas, permitindo que ele volte sempre e se imponha no momento em que mais nenhuma força unificadora da sociedade o consegue fazer, trazendo consigo a única solução possível, fazendo aceitar um novo rol de concepções míticas (Cassirer, 1961: 340).

Para que o Homem acredite numa solução mítica é necessário que esta integre um determinado grau de racionalidade que a justifique e lhe confira credibilidade, transformando-a numa verdadeira crença. A partir do momento em que o mito se torna credível e capaz de responder às necessidades colectivas da sociedade, esta irá acolhê-lo na busca de satisfazer os seus desejos (Cassirer, 1961: 342). É neste momento que o político deve utilizar uma estratégia delineada racionalmente de modo a tirar o máximo partido do mito. Para beneficiar dessa “magia” mítica torna-se necessário praticar todas as suas acções com método e rigor estruturado, já que se dispõe a fazer crer num conjunto de teses carregadas de contornos dificilmente racionalizáveis. Por aqui se compreende que a irracionalidade não tem lugar na estruturação, difusão e imposição de um mito. Tudo é pensado ao pormenor, preparado e premeditado. O mito é produzido seguindo um plano bem definido, não surge nem se desenvolve casual e livremente. Pelo contrário, os mitos são completamente artificiais e fabricados de acordo com os objectivos e funções que se propõem a prosseguir (Cassirer, 1961: 343).

Sobre esta etapa de difusão do mito, há ainda que clarificar que ela não se faz apenas pela linguagem, é necessário fazer corresponder novos ritos aos novos mitos políticos. Assim se explica o facto de cada acção política ter o seu ritual próprio. Mas não só a vida política é profusamente invadida por tais ritos, também a vida privada de cada um passa a sê-lo. O objectivo de tal acção é adormecer qualquer força activa da sociedade, retirar ao indivíduo o seu poder de pensamento crítico, subtraindo-lhe a personalidade e identidade próprias, tornando os pensamentos constantes e uniformes na celebração dos ritos introduzidos (Cassirer, 1961: 345). Esta situação é mais notória, pela sua força e efervescência, nos sistemas políticos de cariz totalitário.

Invadidos pelo mito e empenhados nos ritos, os indivíduos não se apercebem que vão deixando de ser agentes livres. “Realizando os mesmos mitos, começam a sentir, a pensar e a falar da mesma forma. Os seus gestos são vivos e violentos; contudo, isto não

passa de uma vida artificial. De facto, são movidos por uma força exterior. Actuam como fantoches num teatro de bonecos – e nem mesmo sabem que as cordas que os movem e que movem toda a vida social e individual dos homens são manobradas pelos chefes políticos” (Cassirer, 1961: 347). A actividade política sempre se caracterizou pelo recurso a métodos de compulsão e supressão, mas com os mitos actuais deixaram de ser indispensáveis as acções violentas ou repressivas, usam-se outros meios que não a proibição ou a obrigação. A partir do momento em que moldam o pensamento da humanidade, passam a regular e controlar todos os actos humanos (Cassirer, 1961: 348). Em vez de se reprimirem os pensamentos, passa-se a estimulá-los e moldá-los em seu benefício.

Na base de todas as construções mitológicas está aquele que é considerado o grande mito da humanidade, a ideia da inevitabilidade (Cassirer, 1961: 352). O inquestionável e a crença inabalável no destino faz com que o pensamento mítico seja aceite com uma certa passividade, precisamente pelo seu carácter natural e insusceptível de pôr em causa, conforme referido por Barthes, Girardet ou Cassirer.

Gilbert Durand, na sua obra *Mito, Símbolo e Mitodologia* (1982) defende que, a partir do século XIX, se iniciou um processo de remitologização, um regresso do mito. Depois de uma desmitificação abrangente operada no século das luzes, o autor reconhece que no século XIX se verificou o regresso de uma grande carga imaginária, intimamente relacionada com o crescimento dos meios de comunicação e difusão de imagem. O culto da personalidade de uma figura política exponenciada pelos media é um exemplo da eficácia muitas vezes ameaçadora do mito (Durand, 1982: 15-17). Em contradição com uma linha de pensamento em que os aspectos do imaginário foram recalcados, principalmente na sociedade ocidental, que foi das mais desmistificadoras durante o iluminismo, ressurgem os velhos mitos (Durand, 1982: 35). Segundo Gilbert Durand este fenómeno dá-se por pura saturação de uma visão do mundo; o abandono da epistemologia clássica e o aparecimento da antropologia, que trouxe uma abertura da ciência a fenómenos até então ignorados pela comunidade científica (Durand, 1982: 22-24). Admitiu-se, assim, o poder da imagem e do símbolo. A antropologia veio demonstrar que o mito, a fantasia, a projecção utópica são elementos indispensáveis à vida do homem. (Durand, 1982: 30).

## Capítulo 2. Metodologia

A técnica da análise de conteúdo destaca-se como a mais adequada para a investigação aqui realizada, quer pelos seus objectivos próprios, quer pelas suas características. Efectivamente, a análise de conteúdo assume grande importância nos estudos em áreas como a Comunicação, Sociologia ou Ciência Política, em função da sua reconhecida capacidade de sistematização e redução de informação, concedendo um carácter funcional aos dados, condição essencial para a sua compreensão e interpretação (Espírito Santo, 2010: 65).

A análise de conteúdo tem sido reconhecida como uma técnica pertinente na investigação de âmbito jornalístico, político e, particularmente, na área da propaganda. Segundo Paula Espírito Santo, entre os autores que mais têm contribuído para o reconhecimento científico desta técnica encontram-se nomes como Berelson ou Lazarsfeld, que ao aplicarem a análise de conteúdo aos campos acima referidos, concederam a esta técnica um maior nível de desenvolvimento e aperfeiçoamento (Espírito Santo, 2010: 66).

Tendo sempre presente que o objectivo desta investigação se consubstancia na identificação da presença ou ausência do mito político enquanto elemento da comunicação persuasiva nos discursos políticos do actual Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, na Assembleia da República, a análise de conteúdo evidencia-se como a técnica metodológica mais adequada para esta investigação, em virtude de se tratar de um *corpus* de análise constituído integralmente por intervenções políticas de carácter comunicativo. As características do corpus de análise são um dos factores a ter em conta quando se procede à selecção da técnica metodológica no campo das Ciências Sociais. No entanto, nunca se deverá deixar de empreender uma real tentativa de conciliação entre os objectivos da própria técnica e aqueles que são estabelecidos para a investigação científica. Nesta investigação entende-se que a análise de conteúdo responde a estas exigências, assumindo um nível de funcionalidade e adequação que permitirá atingir o rigor científico que se pretende.

A análise de conteúdo, enquanto técnica metodológica das Ciências Sociais, pode ser caracterizada pela sua aplicação ao estudo de “materiais de natureza escrita ou oral (...), pictórica (...), audiovisual, radiofónica, de entre outras. (...) A partir do pressuposto em que haja comunicação é possível aplicar a análise de conteúdo a qualquer *corpus* ou material de análise” (Espírito Santo, 2010: 70).

Esta técnica é reconhecida como um método de pesquisa que “fornece meios precisos para descrever o conteúdo de qualquer tipo de comunicação – jornais, programas de rádio, filmes, conversações quotidianas, associações livres verbalizadas, etc.” (Lasswell,

1949: 63). Nas palavras de Andrés Romero, esta “consiste na utilização de métodos, técnicas e instrumentos que, indistintamente, são usados pelos investigadores da informação e da comunicação para analisar e explicar objectiva, sistemática, quantitativa e qualitativamente as formas e significados das ideias, palavras, imagens e factos actuais que, protagonizados e difundidos pelo homem, podem provocar – e realmente provocam – reacções sociológicas e psicológicas nas audiências, que são receptoras daquelas ideias, palavras, imagens e acontecimentos, através de mensagens que são difundidas por qualquer meio de comunicação social” (Romero, 1991: 15). As suas próprias características permitem-lhe “... classificar os sinais que ocorrem em uma comunicação segundo um conjunto de categorias apropriadas. Os resultados indicam a frequência da ocorrência de sinais em cada categoria, de acordo com o esquema de classificação” (Lasswell, 1949: 63).

No que se refere à sua aplicação, Paula Espírito Santo, que enquanto investigadora social recorre frequentemente a esta técnica nas suas obras de referência, estabelece que “...a análise de conteúdo é uma técnica que visa a sistematização de informação, de acordo com a aplicação de processos de codificação, categorização e inferência permitindo um alcance analítico de natureza quantitativa e/ou inferencial, consoante os objectivos e técnicas de análise. Na análise categorial, procedimento mais frequente e antigo, para além da categorização e da inferência, a análise de conteúdo faz recurso de instrumentos conceptuais como as hipóteses, as categorias, os indicadores e as unidades de análise.” (Espírito Santo, 2010: 66).

É este tipo de análise de conteúdo, o categorial, que será utilizado no processo de análise das intervenções políticas que compõem o *corpus* de análise desta investigação. Para tal, serão previamente definidas hipóteses de análise, formuladas categorias e indicadores que possibilitem a extracção de unidades de contexto presentes no conteúdo do material de análise, de forma a fazer inferências que confirmem ou desmintam as hipóteses anteriormente formuladas.

## **2.1. O campo de aplicação, funcionamento e funcionalidades da análise de conteúdo**

A análise de conteúdo enquanto conjunto de técnicas de análise de actos comunicativos tem um âmbito de aplicação bastante alargado. Quer isto dizer que esta técnica pode ser aplicada a qualquer tipo de comunicação e que “qualquer transporte de significações de um emissor para um receptor controlado ou não por este, deveria poder ser descrito, decifrado pelas técnicas de análise de conteúdo” (Bardin, 1977: 32). O seu funcionamento assenta em “procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do

conteúdo das mensagens” (Bardin, 1977: 34). Berelson refere na sua obra *Content Analysis in Communication Research* que o objectivo de interpretação da comunicação preconizado pela análise de conteúdo só é possível porque esta se baseia na “descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações.” (Berelson, 1952: 18)

Ao abordar a análise de conteúdo categorial, importa ter em conta que esta obedece a um quadro de regras de utilização, em que à sistematização objectiva da comunicação devem corresponder categorias de fragmentação, validando deste modo a análise. Estas categorias devem caracterizar-se pela homogeneidade, exaustividade, exclusividade, objectividade, pertinência e adequação ao conteúdo e objectivos. Destas categorias e do *corpus* de análise em si deverão também resultar indicadores que sirvam de orientação para a recolha de unidades de análise. Estas unidades podem ser de registo ou contexto, dependendo das categorias previamente definidas e do próprio conteúdo do material de análise. As unidades de registo poderão ser palavras, frases, minutos, entre outras. No caso das unidades de contexto elas são normalmente mais abrangentes e preenchem a necessidade de adquirir as unidades pelo seu contexto, recusando a ambivalência linguística (Bardin, 1977: 36).

Todo este processo encontra-se resumido nas palavras de Bardin, que refere que a análise de conteúdo categorial “...pretende tomar em consideração a totalidade de um «texto», passando-o pelo crivo da classificação e do recenseamento, segundo a frequência de presença (ou de ausência) de itens de sentido. Isso pode construir um primeiro passo, obedecendo ao princípio de objectividade e racionalizando através de números e percentagem, uma interpretação que, sem ela, teria de ser sujeita a aval. É o método das *categorias*, espécie de gavetas ou rúbricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivos da mensagem” (Bardin, 1977:37).

Apesar da análise de conteúdo permitir a descrição do conteúdo da mensagem comunicativa, esse não é o seu único propósito, não sendo sequer o mais importante. Onde se revela a verdadeira importância da análise de conteúdo é na possibilidade de tratamento da informação que esta confere, permitindo identificar características e padrões comunicativos que, por sua vez, contribuem para novas interpretações e conclusões. Assim, “ a intenção da análise de conteúdo é a *inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção)*, inferência esta que recorre a indicadores (*quantitativos ou não*).” (Bardin, 1997: 38).

Nesta linha de pensamento, Bardin (1977) sugere a existência de um paralelismo entre o analista e o arqueólogo. Os vestígios do analista consistem na “manifestação de estados, de dados e fenómenos” presentes nos documentos de que trata (Bardin, 1977:39). Assim, “...o analista tira partido do tratamento das mensagens que manipula, para *inferir*

(deduzir de maneira lógica) conhecimentos sobre o emissor da mensagem ou sobre o seu meio, por exemplo.” (Bardin, 1977: 39).

A descrição da informação é, deste modo, apenas uma etapa da análise de conteúdo, mas o objectivo final desta técnica é a interpretação através de inferências fundamentadas (Bardin, 1977: 39). As inferências vão permitir relacionar a estrutura linguística com as condições psicológicas ou sociológicas que a influenciaram. Estas podem ser, por exemplo, a tentativa de influência em termos de condutas ou atitudes ou a difusão de determinada ideologia (Bardin, 1977: 41).

Em função destas características, é possível estabelecer uma relação de identificação entre os objectivos da análise de conteúdo e os objectivos da investigação aqui desenvolvida. É esta postura defendida por Bardin que é adoptada no âmbito desta investigação: a recepção da comunicação pelo analista ou investigador social deve pautar-se por duas fases distintas: primeiramente recebê-la como qualquer outro receptor normal, pelo seu sentido; mas logo em seguida, desviar o olhar na direcção da sua significação, ver o sentido subjacente ao que foi claramente dito, olhar através da aparente transparência linguística (Bardin, 1977: 41).

Neste sentido, Paula Espírito Santo considera que a análise de conteúdo “tem objectivos genéricos de investigação diversificados que traduzem-se na sistematização ou no encontrar de tendências, intenções, conteúdos manifestos ou não manifestos, regularidades, singularidades da comunicação, quer aos níveis do estilo ou forma e/ou quer ao nível dos conteúdos comunicacionais.” (Espírito Santo, 2010: 69). Em suma, pode definir-se a análise de conteúdo como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.” (Bardin, 1977: 42).

## **2.2. Aplicação da análise de conteúdo nesta investigação**

Define-se como objectivo geral da presente investigação a verificação da utilização (ou não) do mito político, enquanto elemento da propaganda política, no discurso do actual Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho. Para tal, reuniram-se as 17 intervenções<sup>2</sup> discursivas efectuadas pelo Primeiro-Ministro na Assembleia da República, durante o seu

---

<sup>2</sup> Serão denominadas intervenções e não discursos uma vez que se integram no debate político parlamentar e se constituem não só por uma parte discursiva mas também pelas respostas ou réplicas face às interpelações dos deputados do círculo parlamentar.

primeiro ano de governação. Este limite temporal foi seleccionado por se mostrar suficientemente extenso para os objectivos da análise de conteúdo e, ainda assim, compatível com os limites formais e estruturais da investigação.

Tendo em vista tal objectivo define-se a seguinte hipótese directriz de toda a investigação: O mito político está presente na comunicação política do Primeiro-Ministro referente às intervenções na Assembleia da República durante o primeiro ano do seu governo.

Partindo desta hipótese geral, estabelecem-se as seguintes sub-hipóteses:

- O discurso do Primeiro-Ministro sugere que só a linha política seguida pelo seu governo é viável, existindo apenas um caminho para governar, uma única alternativa para os destinos do país.
- Só uma atitude consensual e um clima de unanimidade em torno das decisões políticas do governo poderão ser considerados como responsáveis e aceitáveis.
- As práticas de poder são explicadas e justificadas com base numa única realidade determinante das decisões políticas.

Tal como foi desenvolvido anteriormente, e sempre de acordo com a definição de mito político formulada por Harold Lasswell (1949), admite-se que os pontos-chave deste conceito se prendem com a crença numa ideia/realidade única que é difundida e repetida sem, no entanto, ser alvo de argumentação, recorrendo à utilização de símbolos mitológicos com a finalidade de criar uma determinada realidade social e justificar as práticas de poder e decisões políticas. A sua principal função será, assim, difundir uma crença, propagar uma ideia, que será aceite em consenso e unanimidade, levando a um estado de concordância geral com as decisões políticas. Foi em conformidade com este pensamento que se formularam as sub-hipóteses acima enumeradas. Uma vez que o objectivo último da análise é constatar a presença ou ausência do mito político nos discursos do Primeiro-Ministro, o que se pretende com estas sub-hipóteses é isolar na comunicação as características definidoras do mito político. Atendendo a estas sub-hipóteses e com base neste pensamento de Lasswell foram definidas as categorias a utilizar na análise de conteúdo das intervenções do Primeiro-Ministro. Essas categorias são: a leitura das soluções políticas; o entendimento do ambiente social; e a justificação das decisões políticas.

A primeira categoria, «leitura das soluções políticas» relaciona-se com o elemento de difusão de uma ideia/realidade única inerente ao mito. Permite uma análise da posição do Primeiro-Ministro face às soluções e alternativas políticas consideradas. Os indicadores inerentes a esta categoria são:

- Único caminho



- Abertura ao diálogo
- Desvalorização da oposição
- Valorização da oposição
- Consequências das políticas do governo
- Consequências de políticas alternativas

Quanto à categoria «entendimento do ambiente social» está relacionada com o papel do mito na criação de uma realidade ou ambiente social. Permite avaliar a interpretação da realidade por parte do Primeiro-Ministro, destacando as atitudes que este considera benéficas e essenciais à sua acção governativa. Definem-se como indicadores:

- Ideia de unanimidade
- Necessidade de consenso social
- Necessidade de responsabilidade política
- Consequências da instabilidade política
- Necessidade de espírito de sacrifício

A categoria «justificação das decisões políticas», relativa ao aspecto justificativo das práticas de poder do mito político, incide sobre uma visão da realidade que fundamenta e justifica as decisões governativas. Os indicadores aqui utilizados são:

- Situação económica
- Decisões políticas anteriores
- Compromissos externos
- Opções governativas
- Quadro europeu
- Factores externos

**Quadro 1.** Categorias e Indicadores definidos

Leitura das soluções políticas por parte do PM	Entendimento do ambiente social por parte do PM	Justificação das decisões políticas
Único caminho	Ideia de unanimidade	Situação económica do país
Abertura do diálogo	Necessidade de consenso social	Decisões políticas anteriores
Desvalorização da oposição	Necessidade de responsabilidade política	Compromissos externos
Valorização da oposição	Consequências da instabilidade política e social	Opções governativas
Consequências da política do governo	Necessidade de espírito de sacrifício	Quadro Europeu
Consequências de outras políticas		Factores externos

Com recurso a estas categorias e indicadores pretende-se analisar a presença do mito na comunicação política do Primeiro-Ministro, já que nelas se encontra reflectida a essência do mito político. A existência ou não de unidades de contexto que integrem estas categorias e indicadores será decisiva para a análise sobre a presença ou não do mito político nos discursos de Pedro Passos Coelho, disponibilizando material para inferência que permitirá uma base sólida para as conclusões.

### **Capítulo 3. Análise de conteúdo das intervenções do Primeiro-Ministro na Assembleia da República**

#### **3.1. Soluções políticas**

Com o objectivo de analisar a estratégia de comunicação do Primeiro-Ministro do XIX Governo Constitucional, Pedro Passos Coelho, admitiu-se como material de análise as suas intervenções nas sessões plenárias da Assembleia da República, compreendidas no período temporal do primeiro ano de governação. Tendo o governo actual tomado posse a 21 de Junho de 2011, a primeira intervenção analisada data de 30 de Junho de 2011 e a última de 15 de Junho de 2012. Importa realçar que a intervenção de 30 de Maio de 2012, pelo tipo de conteúdo que apresenta – discussão do caso de fugas de informação nos serviços secretos – carece de adequação ao tipo de análise definida.

Ao estabelecer a categoria “leitura das soluções políticas” procurou-se identificar a perspectiva do Primeiro-Ministro sobre os factos políticos actuais, de forma a verificar qual linha política que defende e difunde na sua comunicação política. Foram identificadas unidades de contexto correspondentes a esta categoria em todas as 17 intervenções analisadas.

Quando analisado o corpus de análise face aos indicadores que constituem a categoria “leitura de soluções políticas”, verificou-se que a ideia de “único caminho” está presente na maior parte das intervenções proferidas durante o primeiro ano de governo, mais precisamente em 15 das 17 totais, sendo excepções as intervenções de 30 de Março de 2012 e 30 de Maio de 2012. Relativamente ao total de unidades de contexto correspondentes à “leitura de soluções políticas”, a percentagem referente ao indicador “único caminho” é mais elevada nas intervenções de 29 de Julho de 2011, com 55%, 6 de

Janeiro de 2012, com 52% e 7 de Março de 2012 com 48%. Atendendo às unidades de contexto reunidas, constata-se que os objectivos acordados com a tróica são de carácter obrigatório e isso não deixa qualquer alternativa à forma de actuação do Governo, “existe apenas uma forma de fazer face a este desafio, sem precedentes na nossa história democrática...”, e essa é a receita que o Governo está a seguir. Não há outras respostas para os problemas além das do governo, não há discussão possível sobre o que deve ser feito. O governo é inflexível no entendimento de ser esta a “trajectória adequada para garantir o resultado” (30 de Junho 2011). A austeridade é tida como necessária, sendo “...um processo que sabemos que não vai ser pacífico nem fácil, mas que é indispensável assegurar”. Sobre o Memorando de Entendimento, “tentaremos, a cada dia, concretizar o melhor possível os objectivos que lá vêm inscritos, não apenas porque não temos alternativa, ou seja, o oposto seria pior...” (29 de Julho 2011). Mesmo nas intervenções em que esta ideia é menos explorada (14 de Setembro de 2012 com 12% e 28 de Setembro 2011 com 17%) ainda se pode identificar em afirmações como “...estamos convencidos de que esse é o Programa que precisa de ser aplicado em Portugal”. A ideia de única alternativa compreende-se claramente na convicção “...que, se essa imposição não resultasse do Memorando de Entendimento, teríamos de a cumprir na mesma...” (10 Novembro de 2011) ou “o caminho que aqui estamos a seguir não é imposto por ninguém; apesar de ter sido negociado e de ser obra, portanto, da necessidade, teria de ser percorrido em qualquer circunstância, quer Portugal tivesse chegado a uma espécie de rotura de pagamentos, ou não” (16 de Dezembro de 2011). A inevitabilidade do discurso está patente na ideia de que este caminho é “exactamente aquilo que é suposto um governo de um país honrado fazer”. Este caminho vai “salvar Portugal” (3 Fevereiro 2012). A determinação na sua posição é notória: “O caminho que estamos a seguir, o caminho que estamos a trilhar, é o caminho correto! O caminho que estamos a trilhar é o caminho de reganhar independência fiscal e orçamental para Portugal.”; “...vamos sair desta situação! E vamos fazê-lo, Sr. Deputado, porque o Governo será inabalável a cumprir o seu programa!” (7 de Março de 2012). Sobre o “único caminho” o Primeiro-Ministro argumenta ainda que o caminho que o Governo segue, apesar de difícil e não totalmente livre de riscos, é a fórmula obrigatória que qualquer governo, de qualquer área política, qualquer que seja a sua ideologia, não poderia divergir grandemente, “Essa é a única maneira de defender Portugal e os portugueses...” (15 de Junho de 2012).

A informação recolhida do estudo do material de análise evidencia o carácter de única alternativa na comunicação do Primeiro-Ministro. É transmitida uma ideia de inevitabilidade e predestinação da actuação governativa. Nada poderia ser feito de forma diferente, nenhuma alternativa poderia dar resultado. Sejam quais forem as consequências

deste caminho, o desvio do mesmo seria sempre muito pior. Esta é uma ideia que ganha mais força quando relacionada com a “desvalorização da oposição”, que será referida adiante.

Quanto ao indicador “abertura ao diálogo”, aqui estudado em contraposição com uma visão fechada a um “único caminho”, este pode ser encontrado em 11 das 17 intervenções analisadas. Com efeito, do total de unidades de contexto referentes à categoria “leitura das soluções políticas”, a percentagem mais elevada de unidades correspondentes à “abertura ao diálogo” encontra-se nas intervenções do início do período analisado, chegando a 42% na intervenção de 10 de Novembro de 2011. No entanto, a presença desse indicador foi-se diluindo ao longo do primeiro ano de governação encontrando-se menos frequentemente nas intervenções de Janeiro a Junho de 2012. Passos Coelho refere que as suas decisões políticas estão “abertas ao debate democrático, e devem ser discutidas por todos”. São destacadas acções de colaboração e cooperação como benéficas para a estruturação, reformulação e implementação das medidas apresentadas pelo Governo (30 de Junho de 2011). O diálogo social é referido como elemento indispensável à execução das transformações que se impõem como necessárias à sociedade portuguesa e este Governo caracteriza-se pela vontade de dialogar, de forma construtiva, com todas as oposições, na tentativa de encontrar soluções dentro do Parlamento (29 de Julho de 2011). Para Passos Coelho, o diálogo social distingue-se como uma fase importante na tomada de decisões e factor de sucesso na execução das reformas, mostrando-se disponível para debater no Parlamento todas as questões que os deputados queiram ver discutidas (16 de Dezembro de 2011).

Assim, percebe-se que na prossecução de um “único caminho” existe, ainda assim, uma “abertura ao diálogo”, considerada pelo Governo essencial para o sucesso das suas decisões políticas. Tal situação parece contraditória, mas deve ser tido em conta que as propostas que Passos Coelho se compromete a discutir são unicamente as que não ponham em causa os objectivos, metas e disposições estratégicas que o Governo não deixará de cumprir (10 Novembro de 2011).

A “desvalorização da oposição”, conforme foi anteriormente referido, é um padrão comunicativo muito ligado à ideia de “único caminho”, e está muito presente na comunicação do Primeiro-Ministro. Este indicador pode ser identificado em todas as 17 intervenções analisadas. De facto, verifica-se que do total de unidades de contexto pertencentes à categoria “leitura das soluções políticas”, uma grande percentagem é dedicada à “desvalorização da oposição”. Destacam-se as intervenções de 6 de Janeiro de 2011 com 50%, de 17 de Fevereiro com 56%, 30 Março com 82%, 13 de Abril com 64% e 15 de Junho com 56%. A alternativa de renegociação ou reestruturação da dívida

portuguesa não é considerada pelo Governo: “Quero dizer-lhe, portanto, que o pressuposto deste Programa é que tudo faremos para evitar que, algum dia, o Governo tenha de ser confrontado com essa necessidade, pela simples razão de que entendemos que esta é a melhor maneira de defender os portugueses e o País.” (30 de Junho 2011). As alternativas políticas são consideradas uma visão completamente desfasada da realidade, e até em confronto com a mesma. São medidas impossíveis tendo em conta os condicionalismos económicos (28 de Setembro de 2011). Essa ideia pode observar-se na afirmação: “...Sr.<sup>a</sup> Deputada Heloísa Apolónia que é um direito constitucional que assiste a cada português viver a realidade virtual que entender. A Sr.<sup>a</sup> Deputada vive a sua e gosta de nos fazer partilhar essa realidade virtual nestes debates, mas não a posso acompanhar nessa sua fantasia.” Esta ideia está intimamente ligada à regra da contrapropaganda que consiste em colocar os argumentos dos adversários em contradição com a realidade, de modo a descredibilizá-los (Domenach, 1975: 95). A desvalorização passa também pela acusação feita à oposição de usar narrativas repetitivas e “perguntas de pacotilha”, considerando as suas propostas iguais às que conduziram o País à situação de crise em que se encontra (16 de Dezembro de 2011). Passos Coelho repudia ainda o que diz ser a atitude do Partido Socialista na discussão política, não concordando com medidas que no passado já defendeu só por ter sido o Governo a tomá-las: “Os Srs. Deputados ignoram que aquilo que consideravam muito importante no passado foi agora concretizado, mas, como não foi concretizado pela sua mão, já não é relevante” (17 de Fevereiro de 2012). Refere-se às opiniões da oposição como superstições que já se provaram erradas, afirmando que os únicos que não compreendem os condicionalismos a que o País está sujeito são os que só ouvem o “disco riscado” (30 de Março 2012).

Frequentemente, a “desvalorização da oposição” por parte do Primeiro-Ministro é conseguida através da crítica da forma, sem referência ao conteúdo das questões. Exemplo disso é o momento em que Passos Coelho esclarece o líder do Partido Socialista de que não é por falar mais alto ou em determinado tom que traz a si a razão (14 de Setembro 2011) ou o momento em que se dirige ao líder do Partido Comunista Português: “...Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, o senhor utiliza e tem vindo a utilizar, crescentemente, no nosso debate parlamentar, imagens que não posso acompanhar nem subscrever. Não me leve a mal, mas não creio que a utilização de expressões como «roubo», «mentira» sejam expressões dignas de um trabalho parlamentar.” (6 de Janeiro de 2012). Esta crítica da forma é mais uma vez utilizada quando Passos Coelho adverte para o tom em que os seus adversários políticos debatem, dizendo que não são as palavras fortes que constroem um ponto de vista político, nem sequer as expressões demagógicas ou questões que só servem para colorir as intervenções (13 de Abril 2012). A forma como o PS se dirige ao Governo é

também criticada, diz Passos Coelho que não é assim que se ganha credibilidade (27 de Abril de 2012).

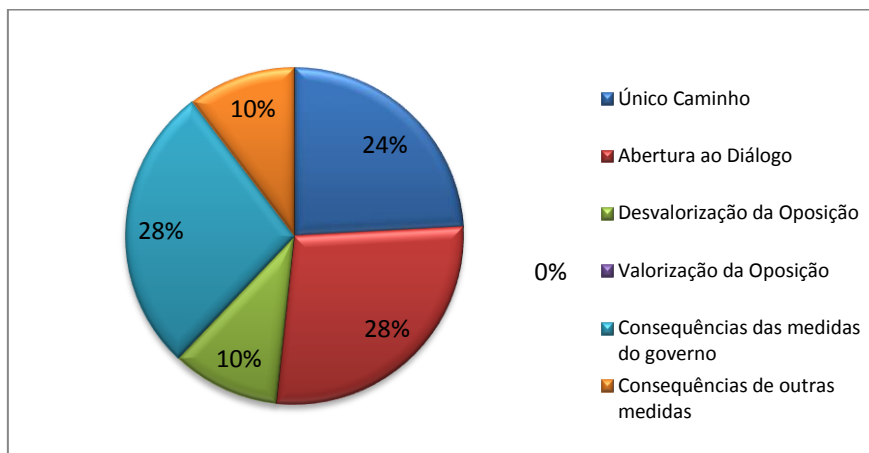
A “valorização da oposição” é muito importante para entender o equilíbrio comunicativo entre a posição do Primeiro-Ministro e a consideração que este demonstra face à posição dos seus adversários políticos. Da análise da valorização das propostas alternativas por parte de Passos Coelho resultará uma ideia mais fidedigna da sua circunscrição à ideia de “único caminho”, que, como se viu anteriormente, ocupa uma posição de destaque na comunicação do Primeiro-Ministro. A “valorização da oposição” aparece apenas em 6 das 17 intervenções analisadas. Assinala-se que a intervenção de 28 de Setembro de 2011 é a que revela maior percentagem de unidades de contexto correspondentes a este indicador, face ao total de unidades correspondentes à categoria “leitura das soluções políticas”, sendo exactamente a mesma (33%) do que a correspondente ao indicador “desvalorização da oposição”. De resto, a percentagem deste indicador nas restantes intervenções é bastante baixa, ultrapassando os 10% apenas uma vez. Ao afirmar que vai considerar uma proposta da oposição, cujos princípios lhe parecem correctos (28 de Setembro 2011) ou quando relembra que no debate sobre uma proposta do PS, ele próprio a enalteceu (6 de Janeiro 2012), Passos Coelho está a valorizar os contributos da oposição. Mostra ainda um sinal de concordância com o PS quanto ao papel do Banco Central Europeu e reconhece o facto apontado pela oposição de ser esta a maior carga fiscal de sempre (11 de Maio de 2012). Regista-se também a presença deste indicador na intervenção de 30 de Maio de 2012, relativa aos serviços de informações portuguesas, na qual o Primeiro-Ministro concorda com a necessidade de melhorar o sistema de informações. Já no caso da intervenção de 20 de Janeiro de 2012, esta valorização da oposição é feita apenas pelo reconhecimento da possibilidade de existirem opiniões diversas das do Governo.

O indicador “consequências das medidas do governo” revela a perspectiva que o Primeiro-Ministro tem sobre os resultados das medidas adoptadas pelo seu governo. É um bom indicador para perceber o porquê da forte aposta na ideia de “único caminho”, já referida anteriormente. Observa-se a presença deste indicador em 7 das 17 intervenções. Não é um indicador referido muito profusamente nas poucas intervenções em que está presente, variando entre 28% em 30 Junho 2011 e 4% em 20 de Janeiro de 2012. Segundo Passos Coelho, a acção deste governo contribuirá para “preservar a honra da nossa democracia, para poupar o País a um desastre que colocaria em causa a sua segurança e a dos seus cidadãos, e tornaria vãos todos os sacrifícios já feitos”. As medidas adoptadas pelo governo conseguirão “inverter este ciclo e contribuir para restaurar a confiança na nossa economia” (30 de Junho de 2011). Passos Coelho refere que as suas políticas convergem

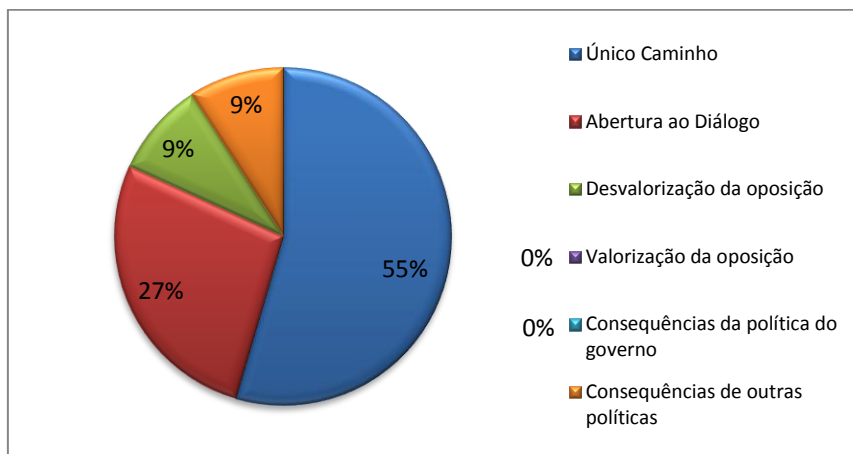
para a salvação do Estado Social e para o crescimento do País (14 de Setembro de 2011). São estas medidas que defendem os portugueses da crise (3 de Fevereiro 2012). Sempre que Passos Coelho se refere ao resultado das suas políticas é de forma positiva, mesmo que seja um caminho difícil, será sempre o caminho que trará resultados.

No que respeita ao indicador “consequências de outras políticas”, neste se revela o contraponto entre a visão de futuro que Passos Coelho tem sobre as medidas do governo e o resultado das propostas alternativas apresentadas pela oposição. Este indicador encontra-se presente em 13 das 17 intervenções estudadas, destacando-se nas intervenções de 14 de Setembro com 38%, 28 de Setembro com 17% ou 6 de Janeiro com 14%. Passos Coelho classifica as propostas políticas alternativas como negativas, catastrofistas e desadequadas à realidade actual. Um caminho menos ambicioso do que aquele com que o Governo se comprometeu seria apenas “um factor de perturbação e de agravamento da crise” (30 Junho 2011). Para o Primeiro-Ministro o caminho alternativo às suas políticas é deixar tudo como está, como tem sido feito em Portugal durante anos, e que conduziu à situação de crise económica que hoje se vive, é o caminho do “fazer de conta” que leva ao défice, destrói a reputação do País e atribui mais sacrifícios aos portugueses (14 de Setembro 2011). As políticas alternativas colocariam Portugal numa situação ainda mais frágil em termos de confiança (10 de Novembro de 2011), atribuindo ao País uma imagem de falta de credibilidade e desatino face aos compromissos (6 de Janeiro de 2012), condenando o País à adversidade e à dependência externa (20 de Janeiro de 2012). Associa às medidas alternativas consequências como injustiça, austeridade e sacrifício, por muito mais tempo do que obrigarão as medidas do governo (3 de Fevereiro de 2012). As propostas da oposição só poderão contribuir para o crescimento de uma pobreza sistémica insustentável (17 de Fevereiro de 2012). As “consequências das outras políticas” são tão graves como o desabamento e derrame de toda a credibilidade e esperança que foi sendo adquirida com os esforços do governo (30 Março 2012). Todo o caminho alternativo envolve-se num carácter negativo e só poderá conduzir ao caos e à catástrofe.

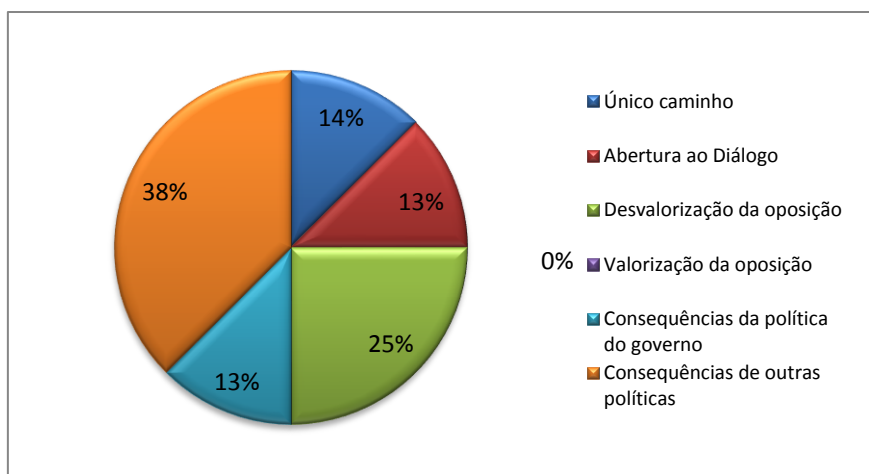
**Gráfico 1.** Percentagem de unidades de contexto por indicador face ao total de unidades referentes à categoria “leitura das soluções políticas” na intervenção de 30 de Junho de 2011.



**Gráfico 2.** Percentagem de unidades de contexto por indicador face ao total de unidades referentes à categoria “leitura das soluções políticas” na intervenção de 29 de Julho de 2011.

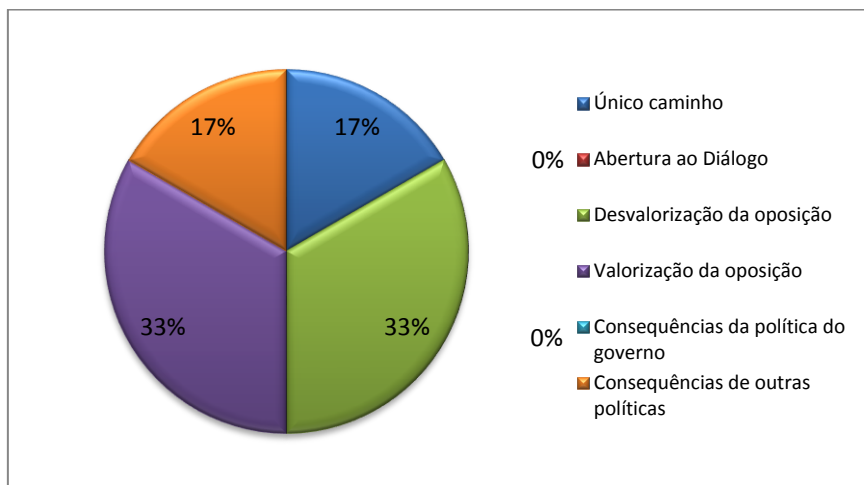


**Gráfico 3.** Percentagem de unidades de contexto por indicador face ao total de unidades referentes à categoria “leitura das soluções políticas” na intervenção 14 de Setembro de 2011.

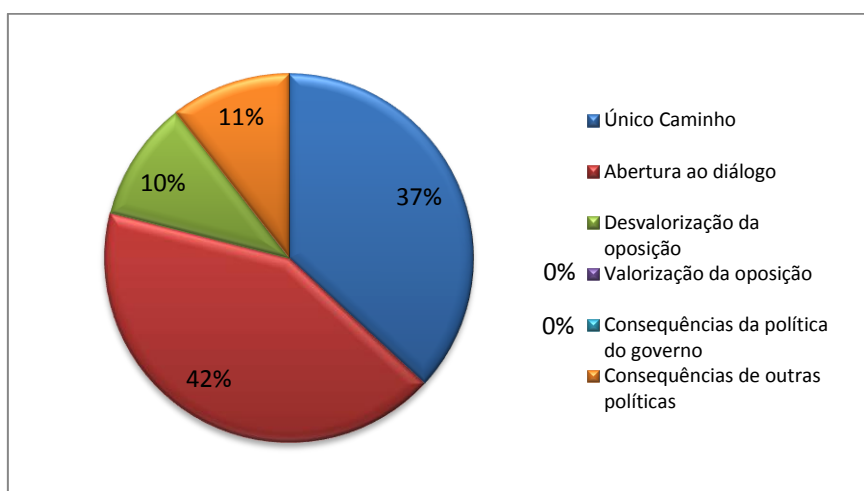




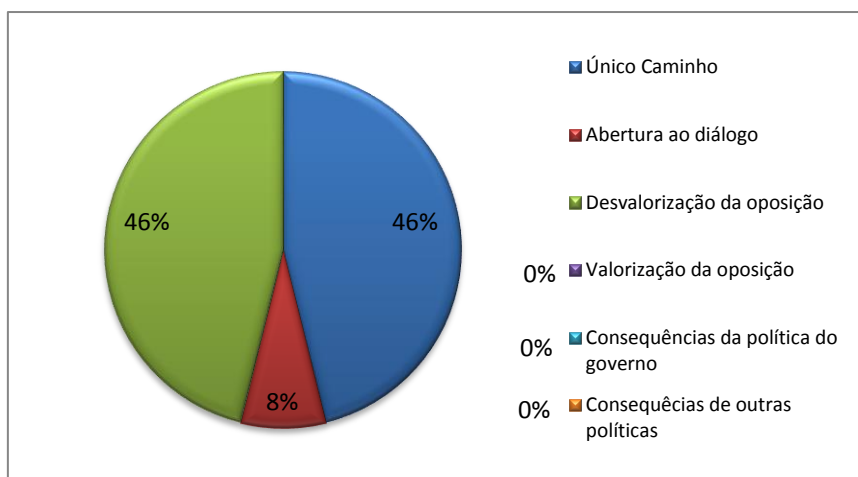
**Gráfico 4.** Percentagem de unidades de contexto por indicador face ao total de unidades referentes à categoria “leitura das soluções políticas” na intervenção 28 de Setembro de 2011.



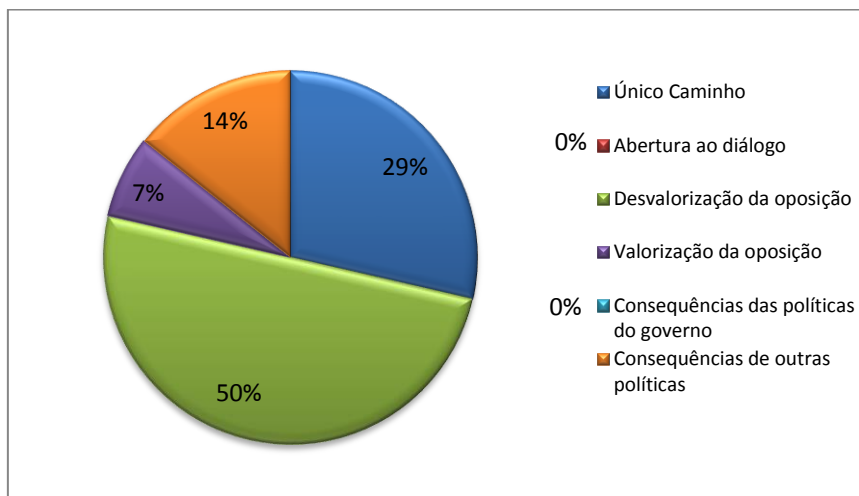
**Gráfico 5.** Percentagem de unidades de contexto por indicador face ao total de unidades referentes à categoria “leitura das soluções políticas” na intervenção de 10 de Novembro de 2011.



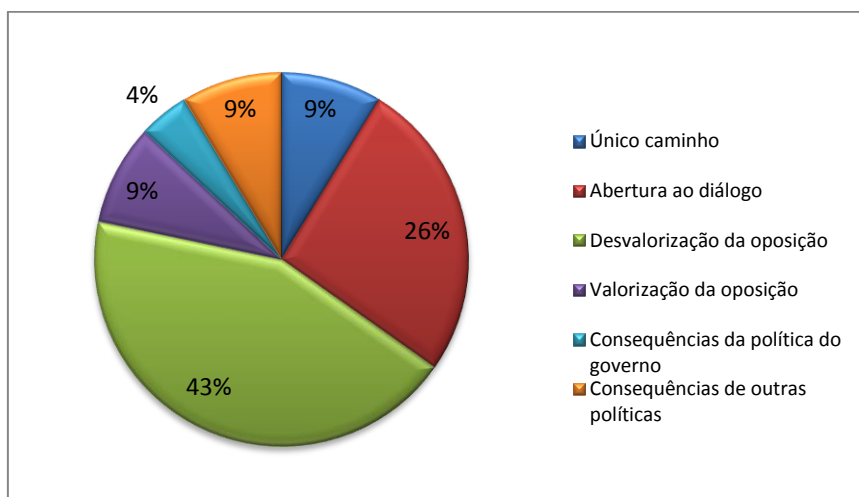
**Gráfico 6.** Percentagem de unidades de contexto por indicador face ao total de unidades referentes à categoria “leitura das soluções políticas” na intervenção de 16 de Dezembro de 2011.



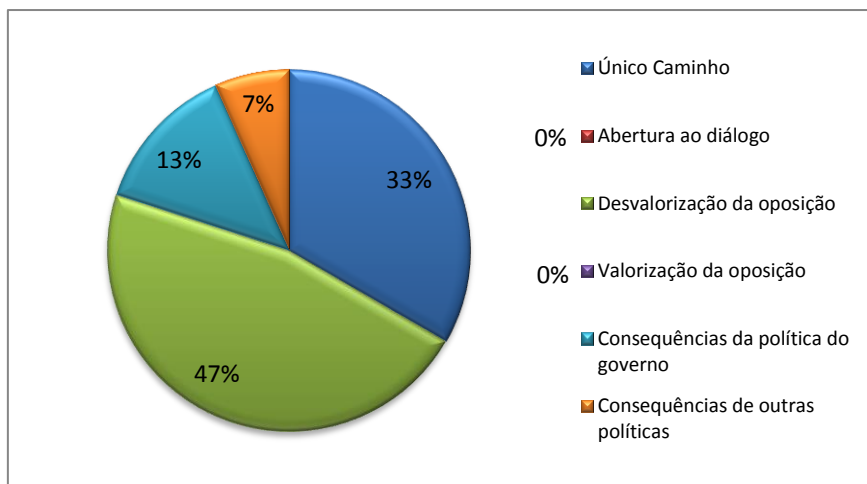
**Gráfico 7.** Percentagem de unidades de contexto por indicador face ao total de unidades referentes à categoria “leitura das soluções políticas” na intervenção de 6 Janeiro de 2012.



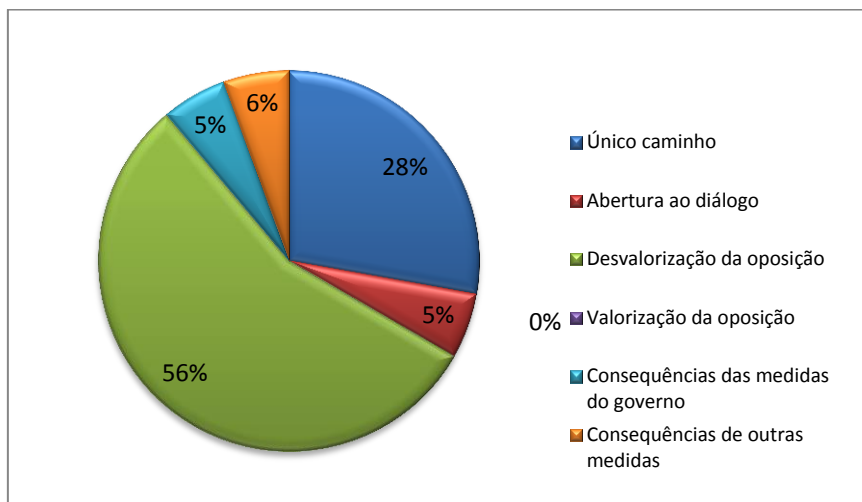
**Gráfico 8.** Percentagem de unidades de contexto por indicador face ao total de unidades referentes à categoria “leitura das soluções políticas” na intervenção de 20 de Janeiro de 2012.



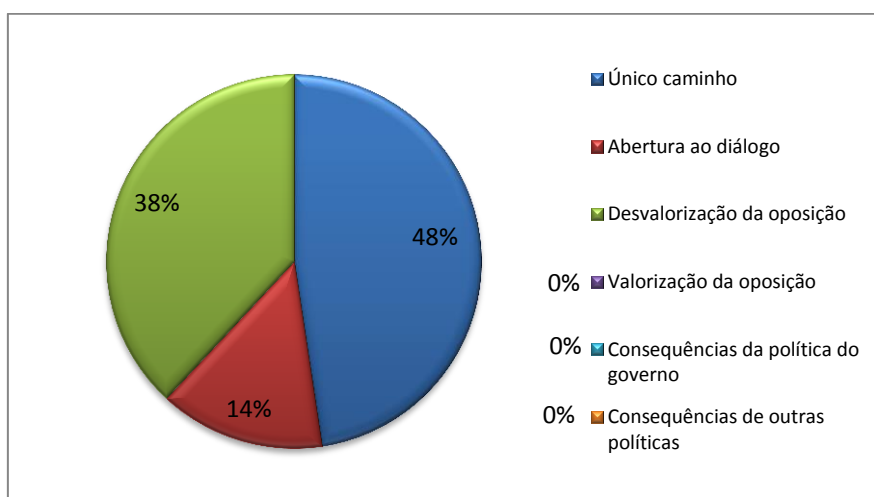
**Gráfico 9.** Percentagem de unidades de contexto por indicador face ao total de unidades referentes à categoria “leitura das soluções políticas” na intervenção de 3 de Fevereiro de 2012.



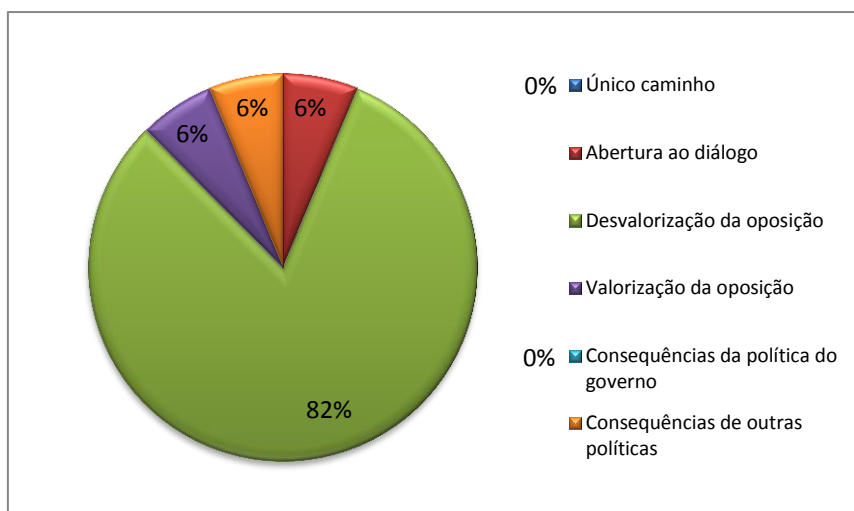
**Gráfico 10.** Percentagem de unidades de contexto por indicador face ao total de unidades referentes à categoria “leitura das soluções políticas” na intervenção de 17 de Fevereiro de 2012.



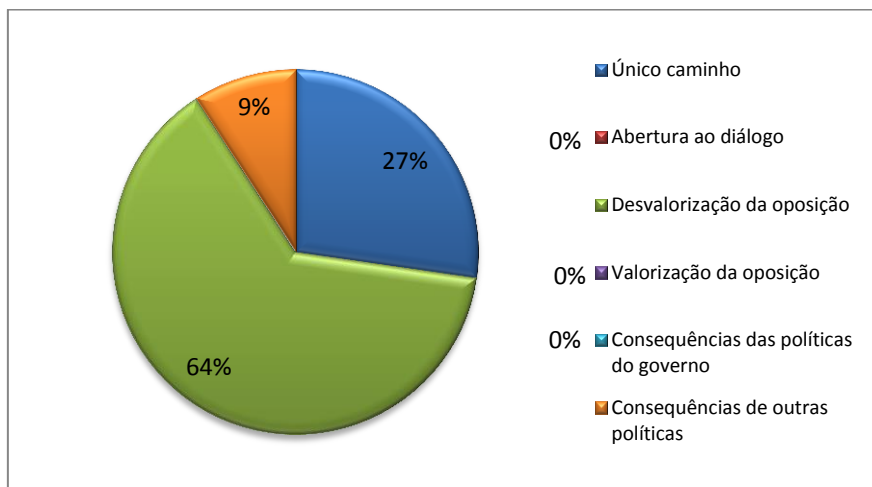
**Gráfico 11.** Percentagem de unidades de contexto por indicador face ao total de unidades referentes à categoria “leitura das soluções políticas” na intervenção de 7 de Março de 2012.



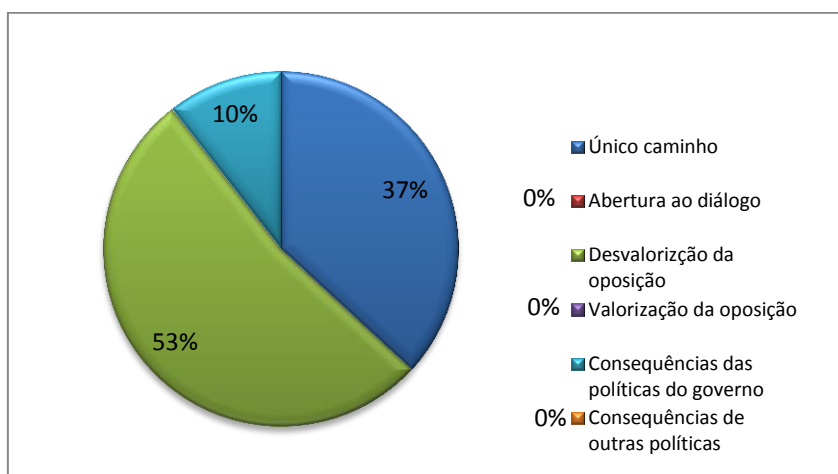
**Gráfico 12.** Percentagem de unidades de contexto por indicador face ao total de unidades referentes à categoria “leitura das soluções políticas” na intervenção de 30 de Março 2012.



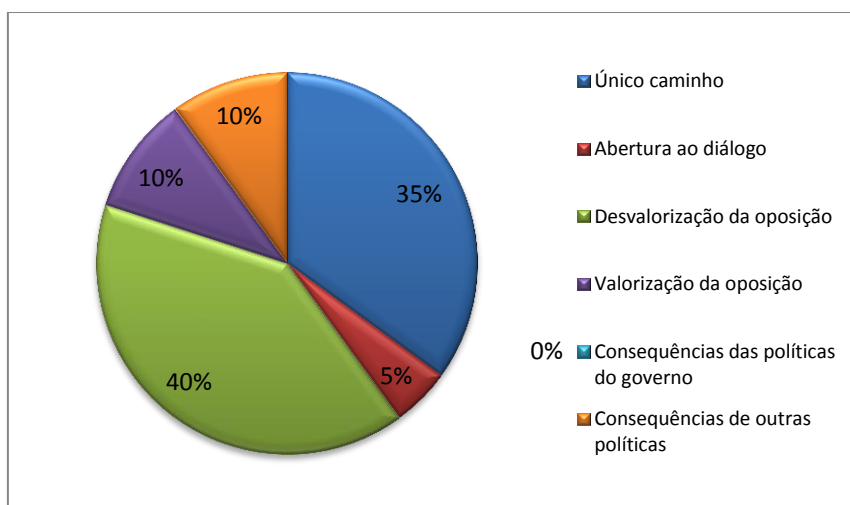
**Gráfico 13.** Percentagem de unidades de contexto por indicador face ao total de unidades referentes à categoria “leitura das soluções políticas” na intervenção de 13 de Abril de 2012.



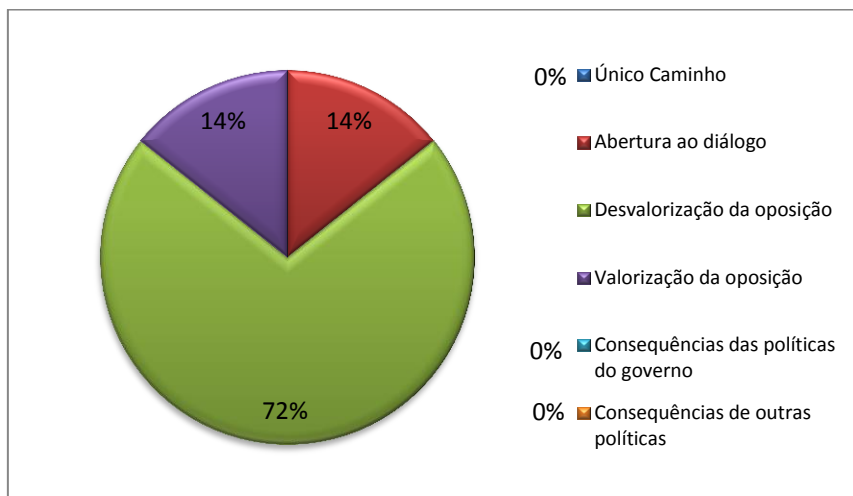
**Gráfico 14.** Percentagem de unidades de contexto por indicador face ao total de unidades referentes à categoria “leitura das soluções políticas” na intervenção de 27 de Abril 2012.



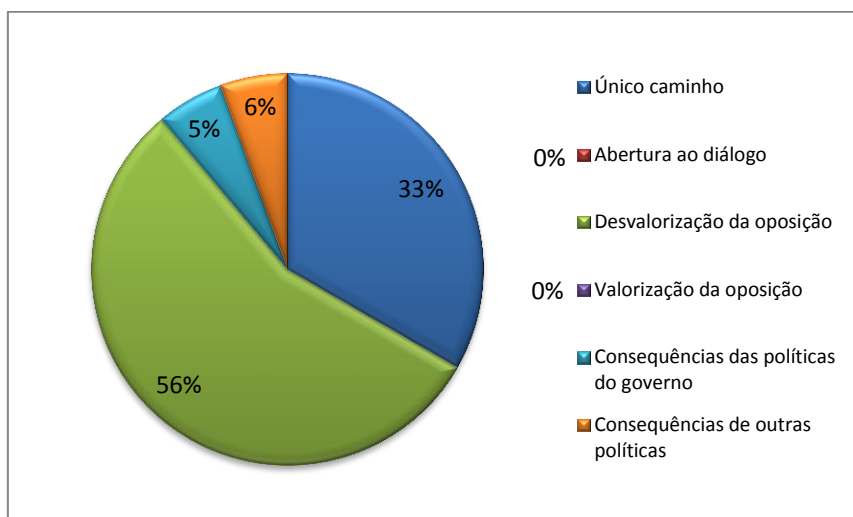
**Gráfico 15.** Percentagem de unidades de contexto por indicador face ao total de unidades referentes à categoria “leitura das soluções políticas” na Intervenção de 11 de Maio de 2012.



**Gráfico 16.** Percentagem de unidades de contexto por indicador face ao total de unidades referentes à categoria “leitura das soluções políticas” na intervenção de 30 de Maio de 2012.



**Gráfico 17.** Percentagem de unidades de contexto por indicador face ao total de unidades referentes à categoria “leitura das soluções políticas” na intervenção de 15 de Junho de 2012.



### 3.2. Entendimento do Ambiente Social

No domínio da análise da categoria “entendimento do ambiente social”, constata-se que esta está presente em todas as intervenções analisadas, embora num grau mais baixo do que ocorre na categoria “leitura das soluções políticas” anteriormente analisada. Ao individualizar esta categoria, pretende-se compreender se Passos Coelho aponta determinado ambiente social como o necessário para a concretização dos objectivos do governo, dependendo desse contexto o sucesso das suas medidas.

O primeiro indicador a analisar é a “ideia de unanimidade” na comunicação de Passos Coelho. Este indicador permite entender se é de algum modo criada uma ideia de que os portugueses partilham uma opinião comum e generalizada sobre a situação do País e as acções do Governo. Está presente em 15 das 17 intervenções, sendo um indicador bastante explorado. Na intervenção de 3 de Fevereiro de 2012 observa-se que 100% das referências correspondentes ao “entendimento do ambiente social” se focam na “ideia de unanimidade. Nas de 17 de Fevereiro de 2012 e 15 de Junho de 2012 verifica-se um valor de 67%, e nas de 7 e 30 de Março de 2012 a percentagem é de 50%. Este indicador pode ser relacionado com a regra de unanimidade que consta das regras da propaganda definidas por Jean-Marie Domenach. Seguindo esta regra, pretende-se reforçar ou criar uma ideia de unanimidade (Domenach, 1975: 79), criando a ilusão de que não existem opiniões discordantes (Lampreia, s.d.: 125).

A “ideia de unanimidade” reflecte-se, no discurso de Pedro Passos Coelho, no acto de sufrágio que elegeu este governo, presumindo a aceitação por parte dos portugueses das medidas e escolhas políticas do governo que elegeram (30 de Junho de 2011). Passos Coelho está convicto de que os portugueses conhecem a situação do País e que por isso não esperam respostas demagógicas do seu Governo, “...o País inteiro sabe que só é possível corrigir os excessos desta maneira” (29 de Julho de 2011). O Primeiro-Ministro recorre constantemente a expressões que apontam para a “ideia de unanimidade”. Exemplos disso são: “Não é isso que o País espera, não foi isso que o País escolheu...”; “...entre o eleitorado, há grande consenso quanto ao caminho que quer seguir”; “Foi a agenda que o País escolheu...”. Ao afirmar ser o seu caminho aquele que os portugueses desejam, mostra-se convicto de que os cidadãos estão disponíveis para mais sacrifícios, em nome da esperança de sair da crise, de forma a resgatar a dignidade e o futuro do País (14 Setembro de 2011). As medidas do governo são válidas porque os portugueses acreditam nelas e continuarão a ser implementadas reformas sustentadas nesse apoio dos portugueses, porque, segundo Passos Coelho, o País inteiro quer lutar contra a adversidade e vencer (20 de Janeiro de 2012). Passos Coelho afirma que “...o País não quer seguir um caminho de «deitar a toalha ao chão», de dizer que não pagamos e que vamos reestruturar a dívida”, por isso essas alternativas não são sequer válidas (3 Fevereiro 2012). A ideia de consenso e unanimidade que Passos Coelho admite existir em Portugal é comprovado pela frase: “...há hoje, em Portugal, alguns sectores que querem conduzir, com artificialidade, a um clima de confrontação e de conflitualidade que não existe” (7 de Março de 2012).

Através da forte utilização desta ideia de unanimidade na comunicação, Passos Coelho defende que o seu Governo actua em conformidade com as exigências dos

portugueses, sabendo quais são os seus interesses e decidindo em conformidade com os mesmos.

O indicador “necessidade de consenso social” destina-se a registar se na comunicação de Passos Coelho existe um apelo ao consenso social, insistindo na sua importância na promoção da unidade em torno de objectivos comuns. Essa ideia está presente na estratégia comunicativa em 7 das 17 intervenções analisadas, destacando-se a intervenção de 27 de Abril de 2012, em que 50% das referências sobre o “entendimento do ambiente social” são relativas à “necessidade de consenso social”. Esta ideia está patente no momento em que Passos Coelho diz que “venceremos estas dificuldades juntos ou não as venceremos” ou quando afirma que o acordo e a concertação social são essenciais para o sucesso das medidas do Governo (30 de Junho de 2011). Passos Coelho investe na ideia de que a transformação social que o Governo pretende executar carece do empenhamento de toda a sociedade (29 de Julho 2011) e que a situação de desequilíbrio da economia portuguesa só poderá ser corrigida num ambiente de paz social (15 de Junho 2012).

O indicador “necessidade de responsabilidade política” tem um papel importante para entender se existe, na comunicação do Primeiro-Ministro, um apelo à responsabilidade política face à situação do País, quer seja esta responsabilidade associada a obrigações políticas ou uma forma de pressionar as tomadas de decisão dos restantes partidos do círculo parlamentar. Este indicador está presente em 9 das 17 intervenções analisadas, correspondendo a 50% das referências relativas ao “entendimento do ambiente social” na intervenção de 30 de Junho de 2011 e a 53% na intervenção de 27 de Abril de 2012. Para Passos Coelho, responsabilidade política significa estar à altura das expectativas do País, reconhecendo os compromissos externos previamente assumidos. Esta é uma atitude que, para o Primeiro-Ministro, deve ser cultivada por todos os agentes políticos, numa relação de entendimento e confiança que se sobreponha a quaisquer divergências políticas (30 de Junho de 2011). Assim, para Passos Coelho “...os tempos exigem de todos um sentido apurado das responsabilidades”, “as dificuldades obrigam a que a discussão desta proposta do Orçamento seja marcada pela responsabilidade...” (10 de Novembro de 2011). É na mesma linha da responsabilidade que o Primeiro-Ministro apela para uma forma de agir com honestidade política, reconhecendo o sucesso das medidas ou admitindo que já as defenderam no passado (17 de Fevereiro de 2012). Passos Coelho faz um convite ao maior partido da oposição para se associar ao esforço de reforma estrutural que conduzirá ao crescimento económico e emprego, garantindo que “era importante que o PS acreditasse nesta agenda. Não é uma questão ideológica, é uma questão pragmática” (11 de Maio de 2011).

A identificação deste indicador na linha discursiva do Primeiro-Ministro parece reflectir uma certa pressão sobre os partidos da oposição, que são chamados à responsabilidade no sentido de criar condições para que se cumpram as metas orçamentais. Assim, pode extrair-se das palavras de Passos Coelho um dever geral de concordância com o caminho seguido pelo Governo, para o bem do País, deixando as divergências de parte, em nome de um objectivo, o bem comum.

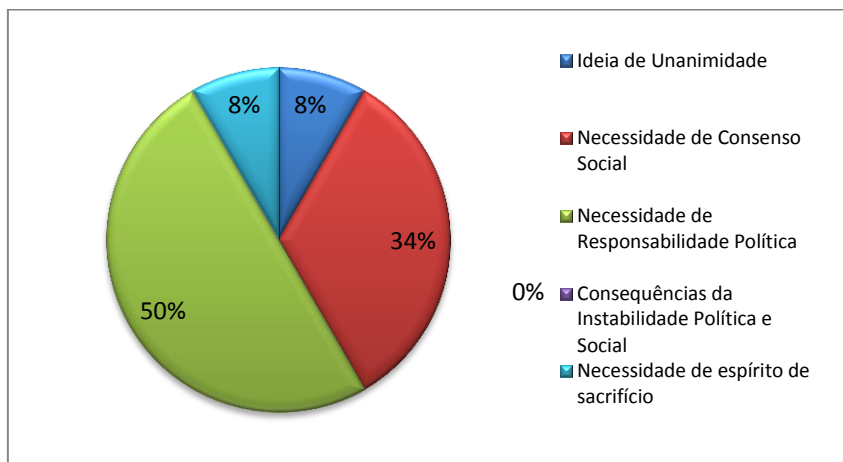
No que concerne ao indicador “consequências da instabilidade política”, é de realçar que em nenhuma das 17 intervenções que compõem o corpus de análise este foi identificado na estratégia comunicativa do Primeiro-Ministro.

Quanto ao indicador “necessidade de espírito de sacrifício”, serve para analisar em que termos são explicados os sacrifícios aos portugueses enquanto condição essencial para o sucesso das medidas que conduzirão à recuperação económica do País. Este encontra-se em 10 das 17 intervenções constituintes do *corpus* de análise, atingindo na maioria delas percentagens muito elevadas. É o caso das intervenções de 28 de Setembro de 2011 e de 16 de Dezembro de 2011 com 100%, ou nas intervenções proferidas a 7 e 30 de Março de 2012 com 50%. Os sacrifícios valerão a pena por serem o caminho para a recuperação económica (29 de Julho de 2011). Esses sacrifícios e dificuldades não são de modo nenhum ignorados pelo governo (14 de Setembro), mas são eles que possibilitarão o sucesso económico, este “mau bocado” será recompensado pelo crescimento económico, emprego e competitividade, são os sacrifícios que permitirão ao País recuperar a sua dignidade e soberania, e, por piores que sejam, são indispensáveis na superação das dificuldades (28 de Setembro de 2011). Como explica Passos Coelho, os sacrifícios são o contributo que todos os portugueses têm que prestar ao País para conseguir ultrapassar esta situação de emergência, exigindo do governo uma atitude de missão na prossecução do interesse comum (10 Novembro 2011).

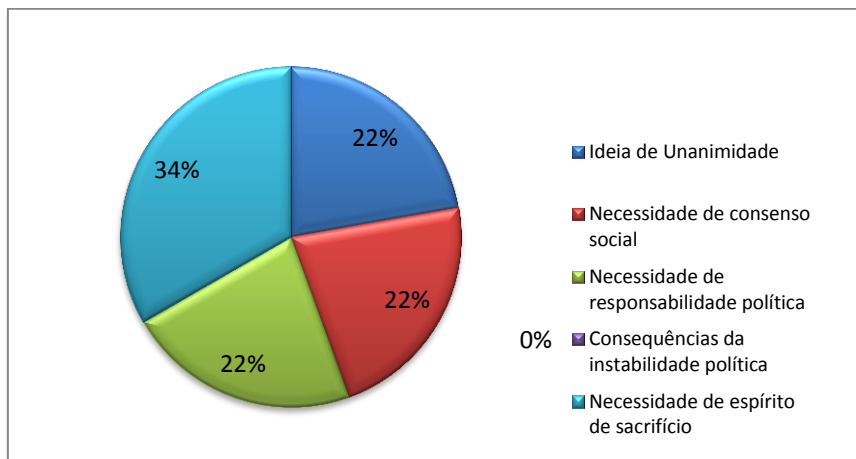
Este recurso à ideia de necessidade de sacrifício impõe uma noção de obrigatoriedade aos portugueses, uma visão de inevitabilidade que se pretende que os portugueses adoptem. Deste modo, o cidadão comum é também responsabilizado, e a sua responsabilidade reside nos sacrifícios a fazer para resgatar o País da situação de crise. A necessidade de os portugueses entenderem e aceitarem essa situação é muito grande, já que esses sacrifícios fazem parte do caminho difícil que terá de ser trilhado para que se cumpram as metas definidas pelo governo. Esta ideia está intimamente relacionada com o consenso social e com a unanimidade que, conforme ficou exposto, são apontados como condições essenciais para o sucesso das medidas do Governo.



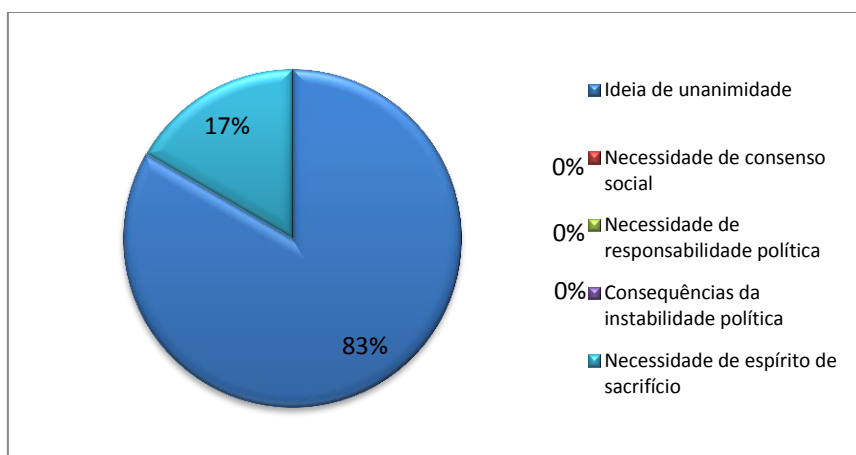
**Gráfico 18.** Percentagem de unidades de contexto por indicador face ao total de unidades referentes à categoria “Entendimento do ambiente Social” na intervenção de 30 de Junho de 2011.



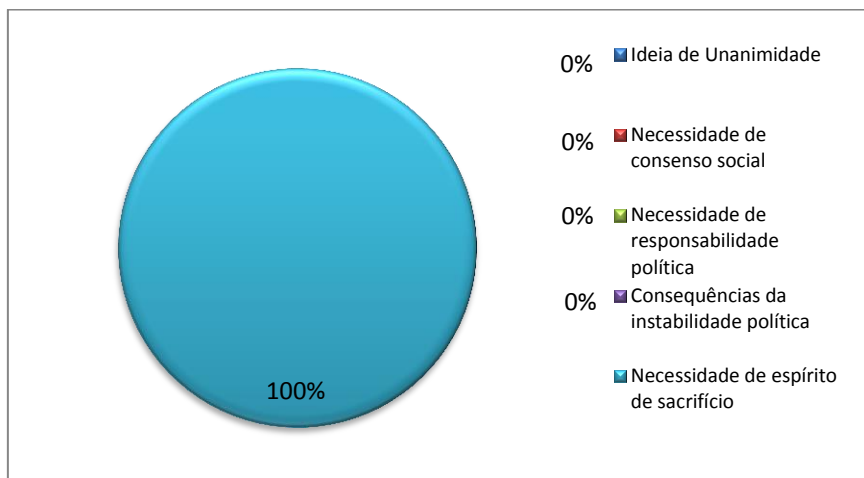
**Gráfico 19.** Percentagem de unidades de contexto por indicador face ao total de unidades referentes à categoria “Entendimento do ambiente Social” na intervenção de 29 de Julho de 2011.



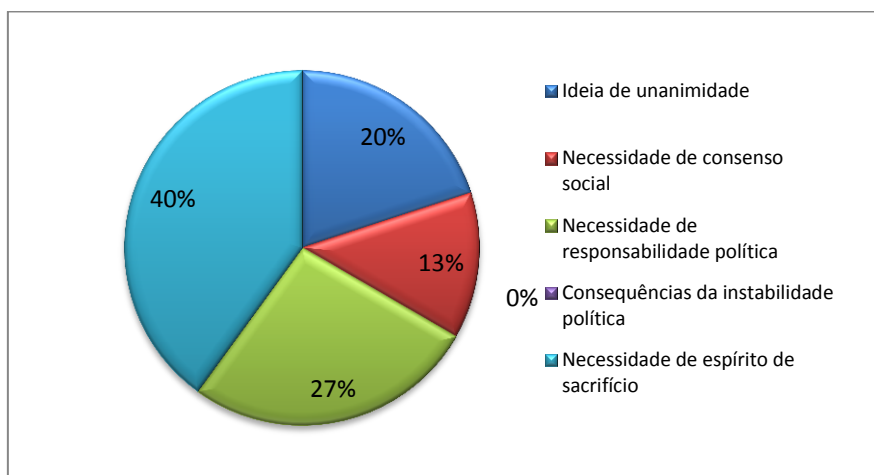
**Gráfico 20.** Percentagem de unidades de contexto por indicador face ao total de unidades referentes à categoria “Entendimento do ambiente Social” na intervenção de 14 de Setembro de 2011.



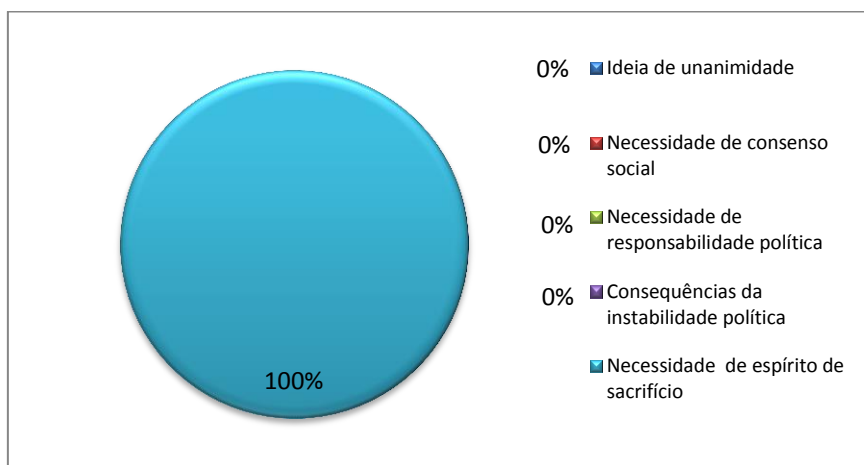
**Gráfico 21.** Percentagem de unidades de contexto por indicador face ao total de unidades referentes à categoria “Entendimento do ambiente Social” na intervenção de 28 de Setembro de 2011.



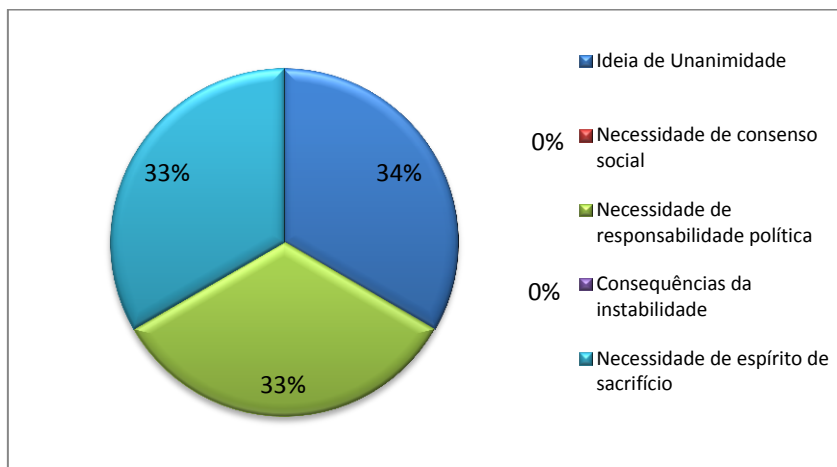
**Gráfico 22.** Percentagem de unidades de contexto por indicador face ao total de unidades referentes à categoria “Entendimento do ambiente Social” na intervenção de 10 de Novembro de 2011.



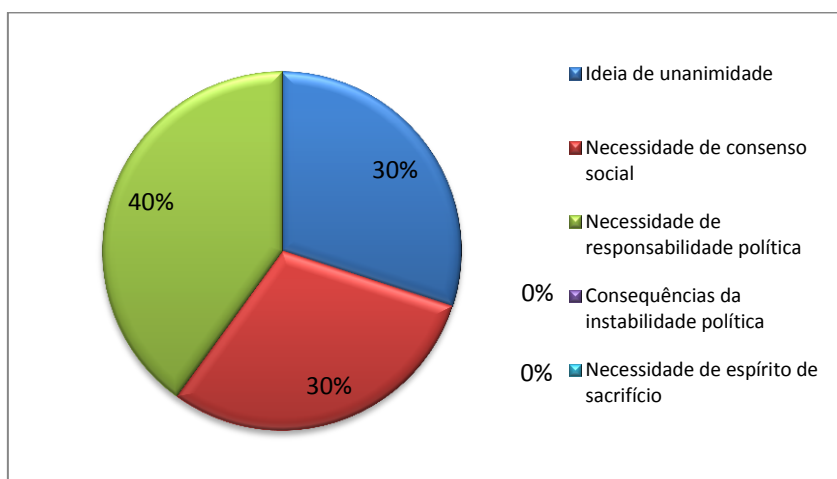
**Gráfico 23.** Percentagem de unidades de contexto por indicador face ao total de unidades referentes à categoria “Entendimento do ambiente Social” na intervenção de 16 de Dezembro de 2011.



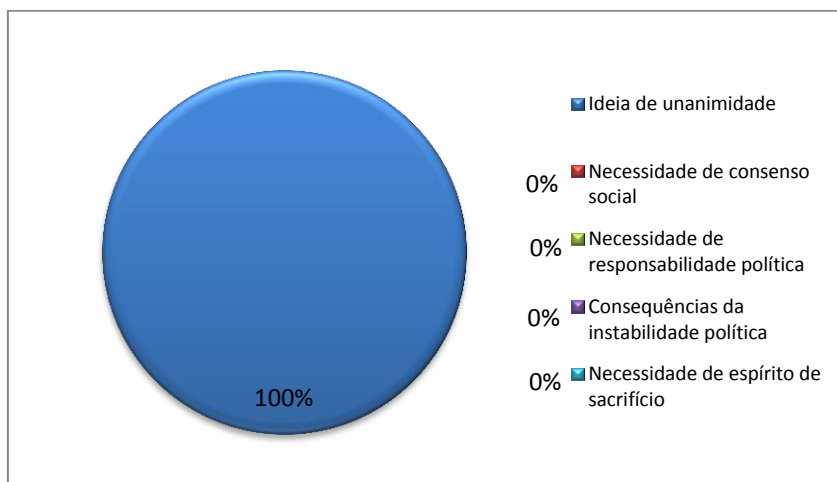
**Gráfico 24.** Percentagem de unidades de contexto por indicador face ao total de unidades referentes à categoria “Entendimento do ambiente Social” na intervenção de 6 de Janeiro de 2012.



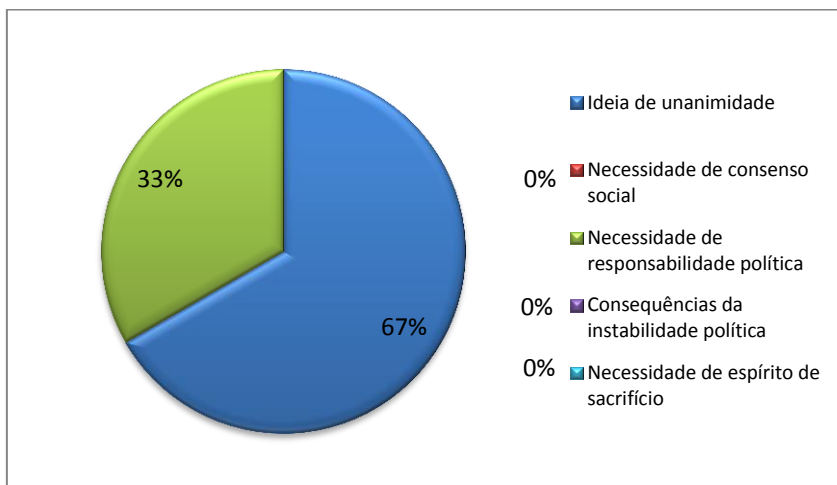
**Gráfico 25.** Percentagem de unidades de contexto por indicador face ao total de unidades referentes à categoria “Entendimento do ambiente Social” na intervenção de 20 de Janeiro de 2012.



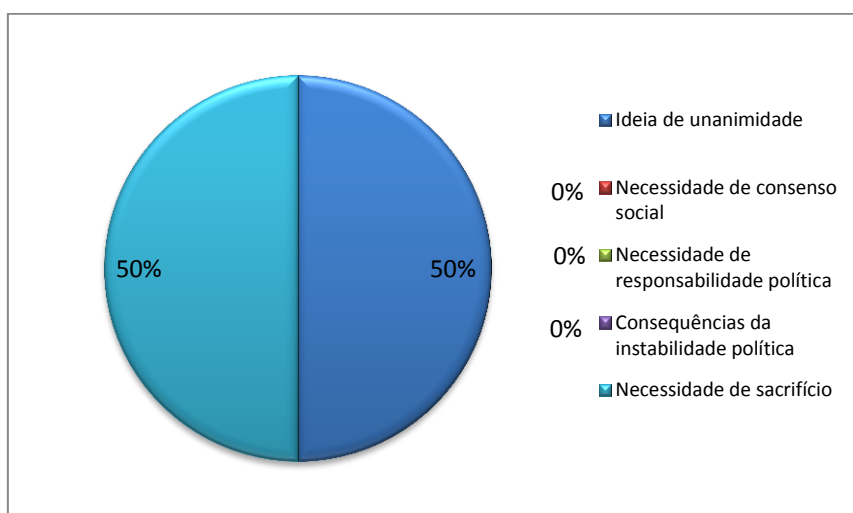
**Gráfico 26.** Percentagem de unidades de contexto por indicador face ao total de unidades referentes à categoria “Entendimento do ambiente Social” na intervenção de 3 de Fevereiro de 2012.



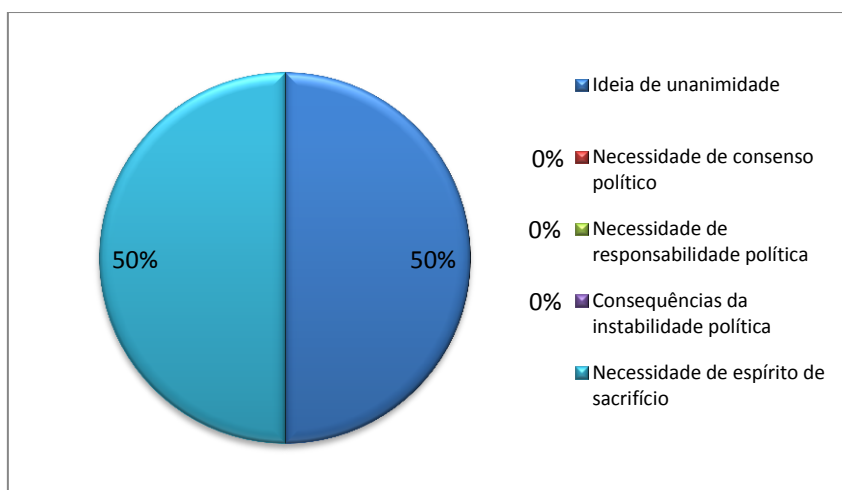
**Gráfico 27.** Percentagem de unidades de contexto por indicador face ao total de unidades referentes à categoria “Entendimento do ambiente Social” na intervenção de 17 de Fevereiro de 2012.



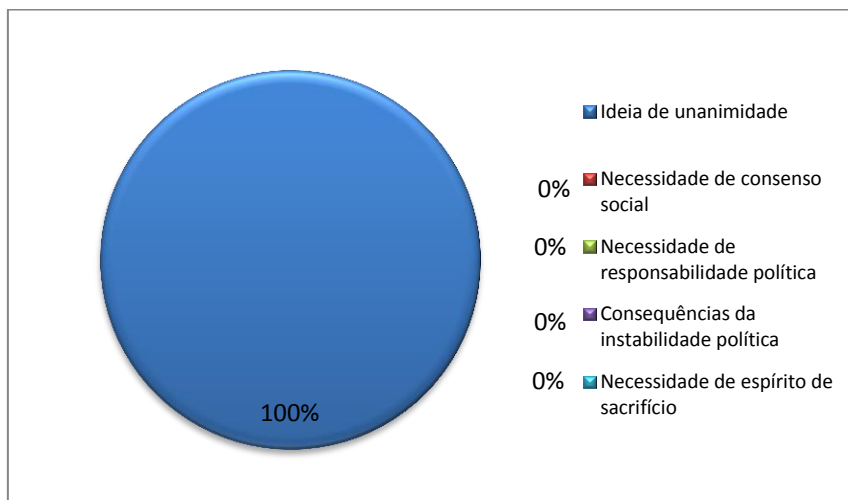
**Gráfico 28.** Percentagem de unidades de contexto por indicador face ao total de unidades referentes à categoria “Entendimento do ambiente Social” na intervenção de 7 de Março de 2012.



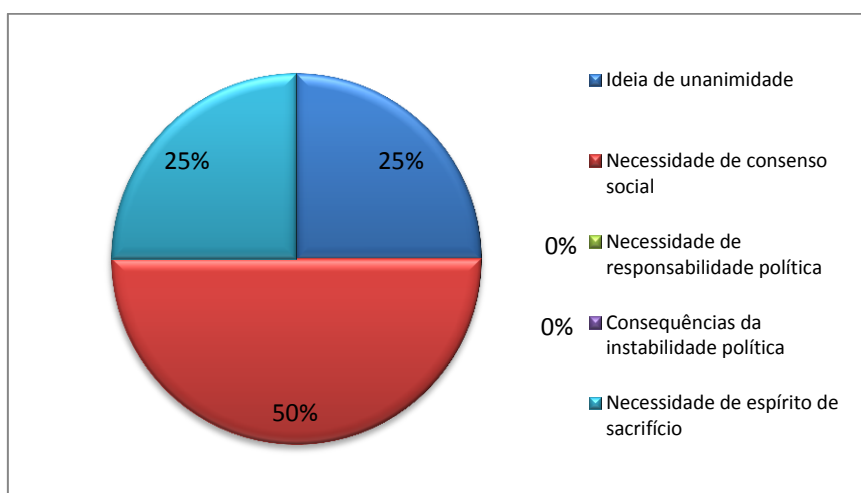
**Gráfico 29.** Percentagem de unidades de contexto por indicador face ao total de unidades referentes à categoria “Entendimento do ambiente Social” na intervenção de 30 de Março de 2012.



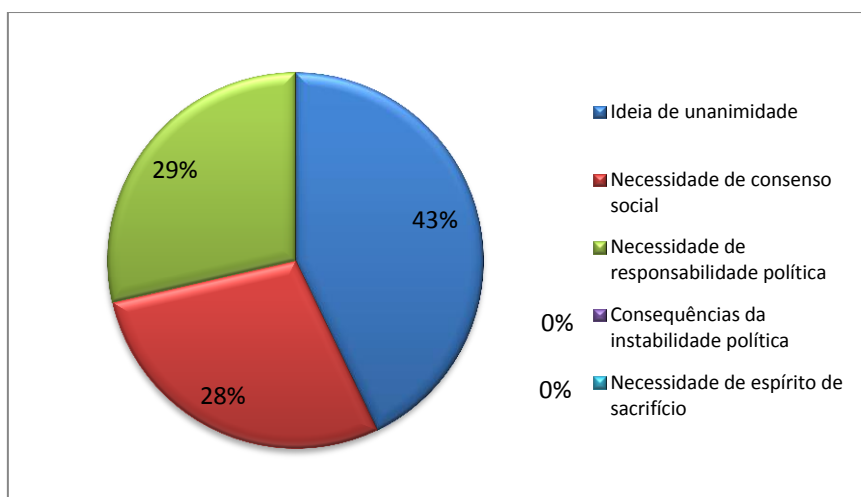
**Gráfico 30.** Percentagem de unidades de contexto por indicador face ao total de unidades referentes à categoria “Entendimento do ambiente Social” na intervenção de 13 de Abril de 2012.



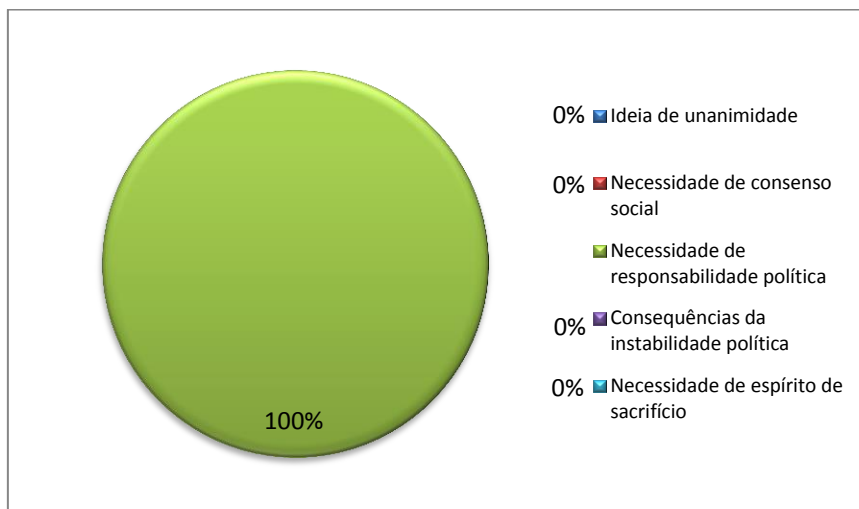
**Gráfico 31.** Percentagem de unidades de contexto por indicador face ao total de unidades referentes à categoria “Entendimento do ambiente Social” na intervenção de 27 de Abril de 2012.



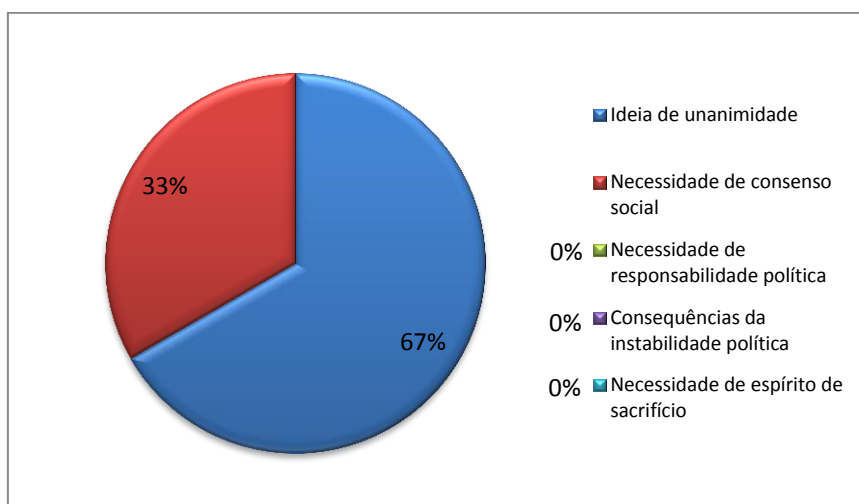
**Gráfico 32.** Percentagem de unidades de contexto por indicador face ao total de unidades referentes à categoria “Entendimento do ambiente Social” na intervenção de 11 de Maio de 2012.



**Gráfico 33.** Percentagem de unidades de contexto por indicador face ao total de unidades referentes à categoria “Entendimento do ambiente Social” na intervenção de 30 de Maio de 2012.



**Gráfico 34.** Percentagem de unidades de contexto por indicador face ao total de unidades referentes à categoria “Entendimento do ambiente Social” na intervenção de 15 de Junho de 2012.



### 3.3. Justificação das decisões políticas

No que se refere à categoria “justificação das decisões políticas”, esta é útil para entender quais as premissas em que se fundam as decisões do governo, ou seja, quais os elementos presentes na comunicação de Passos Coelho que justificam as opções governativas. Esta categoria pode ser identificada em todas as intervenções analisadas, com excepção do caso específico, já anteriormente referido, da intervenção de 30 de Maio de 2012.

Observa-se que em 6 das 17 intervenções analisadas, o Primeiro-Ministro realça a “situação económica do país”, contextualizando e justificando, assim, as suas decisões políticas. Na intervenção de 30 de Junho de 2011, do total de unidades de contexto da

categoria “justificação das decisões políticas”, 42% são relativas a este indicador, sendo este valor mais reduzido nas restantes intervenções em que se encontra presente. O indicador “situação económica do país” identifica-se nas referências ao grande impacto da crise, e às dificuldades que hoje se vivem em Portugal, que compõem um cenário desfavorável para o qual é necessário adoptar medidas de correcção. O mesmo se passa na intervenção de 29 de Julho de 2011, em que Passos Coelho justifica a austeridade com o difícil contexto económico, sem paralelo na história do País, afirmando que “...o País está muito mal!”, o que repete na intervenção de 10 de Novembro de 2011, alegando um contexto de emergência financeira. O Primeiro-Ministro refere-se também a este período difícil nas intervenções de 6 de Janeiro de 2012 e 3 de Fevereiro de 2012, sempre como “tempos adversos”, “período de dificuldades sérias” ou “tempo de emergência nacional”.

As “decisões políticas anteriores” são outro indicador destinado a justificar as práticas de poder. Pode encontrar-se correspondência a este indicador na maioria das suas intervenções, não sendo identificado em apenas 3 das 17 intervenções que compõem o *corpus* de análise. Destaca-se a intervenção de 28 de Setembro de 2011 com 59% das unidades de contexto referentes à “justificação das decisões políticas” correspondentes ao indicador “decisões políticas anteriores”, bem como a de 27 de Abril de 2012, onde esse valor é de 53%. Nas restantes intervenções o valor varia entre os 7% em 14 de Setembro de 2011 e os 31% em 30 de Março de 2012. Depois de referir na intervenção de 30 de Junho de 2011, que “...este governo (...) não andarà a desculpar-se com a herança recebida, mas não pode ignorar a situação existente”, as políticas do passado são descritas, por Passos Coelho, como “fugas à realidade” ou “impasses antigos” (30 Junho 2011). As más políticas do passado geraram a situação actual, conduzindo à assinatura do Memorando de Entendimento (29 de Julho). Os desvios orçamentais anteriores justificaram as medidas tomadas para os suprir (14 de Setembro de 2011). Tanto a 28 de Setembro de 2011 como a 10 de Novembro de 2011 são referidos os desequilíbrios financeiros e económicos originados por anos de políticas erradas, e a sua repercussão nestes tempos de emergência nacional. E estes não são com certeza problemas criados nos seus anos de governo, afirma Passos Coelho (17 de Fevereiro de 2012). As políticas que ignoraram os problemas, de carácter facilitista, criaram o problema que o actual governo tem que solucionar (17 de Fevereiro de 2012). Passos Coelho justifica que as medidas de austeridade impõem-se em resultado da acumulação de desequilíbrios ao longo dos anos e à irresponsabilidade política dos governos anteriores (7 Março 2012). Foi a falta de disciplina financeira e económica que destruiu a economia portuguesa (30 Março de 2012), promovida por governos que quiseram moldar a realidade à sua visão (13 Abril de 2012). Em suma, considera o Primeiro-Ministro

que na antecâmara da austeridade estão os anos de más políticas e os erros do passado, uma vez que sempre foi ignorada a necessidade de mudanças estruturais.

Também o indicador “compromissos externos” surge como um elemento de justificação das decisões políticas. Ao analisar as 17 intervenções que compõem o *corpus* de análise verifica-se que este indicador está presente em 16 delas, sendo a sua ausência na intervenção de 31 de Maio de 2012 justificada pela própria temática, relativa aos serviços secretos, abordada nessa sessão parlamentar. Destaca-se a particular incidência deste indicador, que justifica as decisões políticas com os “compromissos externos” a que o país está obrigado, nas intervenções de 14 de Setembro, na qual representa 53% das unidades de contexto pertencentes à categoria “justificação de decisões políticas”, na de 17 de Fevereiro com 73%, na de 7 de Março com 54% e na de 13 de Abril com 55%. Pela presença deste indicador na comunicação de Passos Coelho percebe-se a intenção de reforçar a existência de compromissos externos resultantes da situação económica actual que obrigam ao cumprimento de uma série de directrizes estipuladas pelas instâncias internacionais. Por isso, muitas decisões políticas estão subordinadas à necessidade de cumprimento do acordo com a tróica e ao papel determinante que o Memorando de Entendimento tem na definição das políticas. Passos Coelho refere que os compromissos internacionais assumidos pelo anterior governo são tomados como seus e, por isso, a sua política está condicionada pelo plano de cortes exigidos no Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) vigente no País. As medidas tomadas vão no sentido do cumprimento desse programa como forma de retribuição da solidariedade e confiança demonstrada pelas instâncias internacionais relativamente a Portugal (14 de Setembro de 2011). Algumas frases que ilustram esta ideia são: “...o que ficou estipulado no Memorando...”; “...num programa económico que está monitorizado no Memorando de Entendimento...”; ou, “...para que os compromissos externos sejam honrados” (28 de Setembro de 2011). É muitas vezes referida a estratégia definida pelo Memorando de Entendimento e a necessidade de a mesma ser seguida, apesar desse caminho ser passível de conduzir a adversidades. Não obstante, é este o Programa que tem de ser cumprido (6 de Janeiro de 2012). Assim, o Programa do Governo foi concebido em total consonância com os objectivos do PAEF, e a reforma estrutural em que o Governo está empenhado é condição essencial para cumprir os compromissos aí estipulados (27 de Abril 2012).

A identificação do indicador “opções governativas” tem como propósito reunir os elementos presentes na comunicação do Primeiro-Ministro que indiquem escolhas próprias do governo, feitas com base na sua ideologia ou na sua visão política. São medidas que não são justificadas por outros indicadores. Assim, este indicador verifica-se em 6 das 17 intervenções aqui analisadas, que são as seguintes: 30 de Junho de 2011 (7%); 29 de Julho



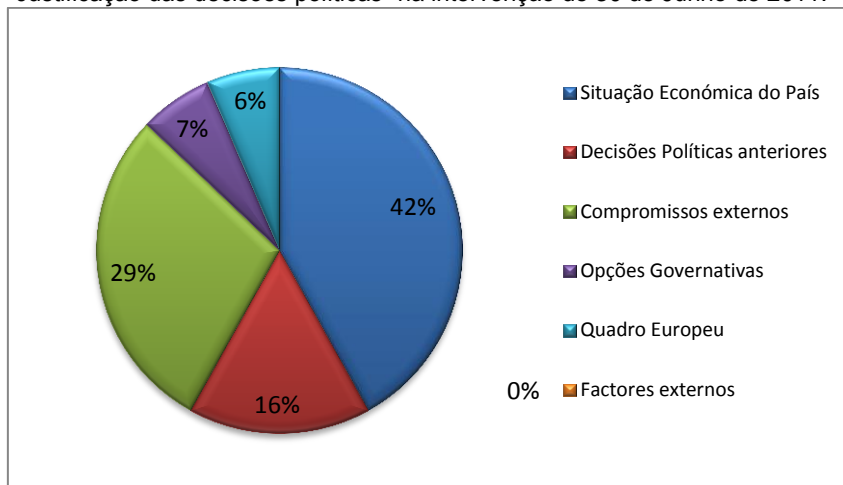
de 2011 (5%); 14 de Setembro de 2011 (20%); 10 de Novembro de 2011 (4%); 27 de Abril de 2012 (5%); 15 de Junho de 2012 (29%). Como se pode verificar, a percentagem de unidades de contexto que justifica as decisões políticas por “opções governativas” é bastante baixa em qualquer das intervenções onde está presente, sendo um pouco mais relevante nas de 14 de Setembro de 2011 e 15 de Junho de 2012. As “opções governativas” correspondem a referências de Passos Coelho acerca do cumprimento do programa do seu governo, que foi sufragado pelos portugueses nas eleições (30 de Junho de 2011) ou relativas ao mérito atribuído ao trabalho de governo independentemente do contexto de dificuldades (29 de Julho de 2011). A vontade própria do Governo transparece em frases como: “O Governo decidiu fazê-lo de uma vez. Foi uma opção política...” ou “Foi uma opção do Governo...” (14 de Setembro de 2011). A alusão às opções políticas deste governo está também patente na ideia de que apesar de o ponto de partida não ter sido escolhido pelo governo, já as políticas que conduzirão ao sucesso económico são da sua inteira responsabilidade (10 de Novembro de 2011), bem como na referência a medidas que não estando previstas no Memorando de Entendimento foram tomadas por iniciativa do Governo (27 de Abril de 2012). Passos Coelho refere ainda que as reformas estruturais a adoptar são um exemplo de opções governativas que vão muito além do Memorando de Entendimento na sua essência (15 de Junho de 2012).

No que respeita ao indicador “quadro europeu”, este difere dos “compromissos externos”, uma vez que se refere à integração permanente de Portugal no contexto da União Europeia e na União Económica e Monetária, e não unicamente à situação conjuntural. Este indicador referente ao contexto europeu influi sobre as decisões políticas agora, como possivelmente influiu nos governos anteriores, desde que Portugal integra as Comunidades Europeias. Este indicador está presente em 13 das 17 intervenções, tendo sido alvo de especial enfoque na intervenção de 16 de Dezembro, em que corresponderam a este indicador 55% das unidades de contexto da categoria “justificação das decisões políticas”, bem como na de 11 de Maio, onde esse valor atingiu os 57%. O “quadro europeu” é utilizado para justificar a necessidade que o governo sente de incluir Portugal no caminho de mudança que se está a desenvolver na zona euro (30 de Junho de 2011). Passos Coelho exorta à tomada de decisões contra a crise económica pelo conjunto dos países que compõem a zona euro bem como a necessidade de aproximar Portugal da média europeia (29 de Julho de 2011). Este quadro evidencia-se também na referência às Cimeiras Europeias e às medidas nelas adoptadas para auxílio dos países em dificuldades, como é o caso de Portugal, defendendo o aprofundamento político da União Europeia (14 de Setembro de 2011). Quando o Primeiro-Ministro se refere a “Nós, Portugal e a Europa...” realça a integração do país numa zona política alargada e, por isso, as consequências da

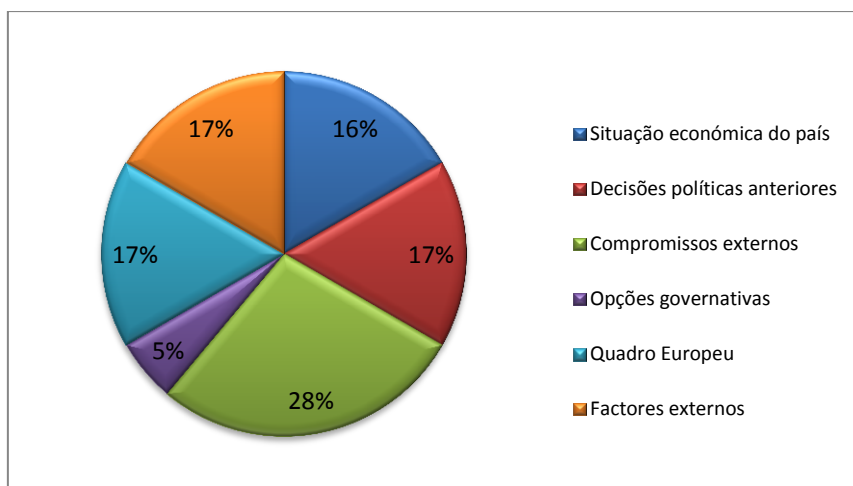
crise económica em Portugal repercutem-se também nos restantes países da União (10 de Novembro de 2011). Nessa perspectiva de “quadro europeu”, Passos Coelho refere que o sucesso da recuperação económica em Portugal depende também da eficácia das respostas empreendidas contra a crise a nível europeu (26 de Dezembro de 2011), sem deixar de sublinhar a confiança e respeito que a Alemanha tem demonstrado pelo trabalho de recuperação que está a ser desenvolvido em Portugal (17 de Fevereiro de 2012). É também por Portugal estar integrado no “quadro europeu” que as notícias que referem a Grécia como um país em estado ingovernável, acrescentam dificuldades à já complicada situação do país (11 de Maio de 2012).

O indicador “factores externos” remete para todo o contexto exterior ao país e à zona euro passível de influir nas medidas políticas adoptadas em Portugal. Verifica-se o recurso a este indicador em 9 das 17 intervenções analisadas. Estas apresentam quase sempre uma percentagem relativamente reduzida de unidades de contexto referentes a este indicador, exceptuando-se as intervenções de 6 e 20 de Janeiro de 2012 com 30% e 21%, respectivamente. Passos Coelho releva a importância dos factores externos quando diz que “...nem tudo depende da vontade do governo ou do País. Todo o condicionamento externo é relevante, mas nunca o invocámos para a nossa acção”. No entanto, a imagem externa de Portugal e as ideias negativamente exageradas sobre o País condicionam a tomada de decisões (17 de Julho de 2011). A situação de “intempérie internacional” traz consequências a Portugal (10 de Novembro 2011), bem como a desconfiança dos mercados face ao país (16 Dezembro de 2011), uma vez que Portugal precisa de conseguir investimentos externos e de aumentar as exportações (6 de Janeiro de 2012). A imagem de Portugal a nível internacional, de instabilidade e insegurança económica, é ainda mais prejudicada pela descida do rating do país pela agência internacional Standard & Poor’s (20 de Janeiro de 2011). Percebe-se então que a nível interno também se sentem os efeitos da degradação das condições económicas externas (30 de Março 2012).

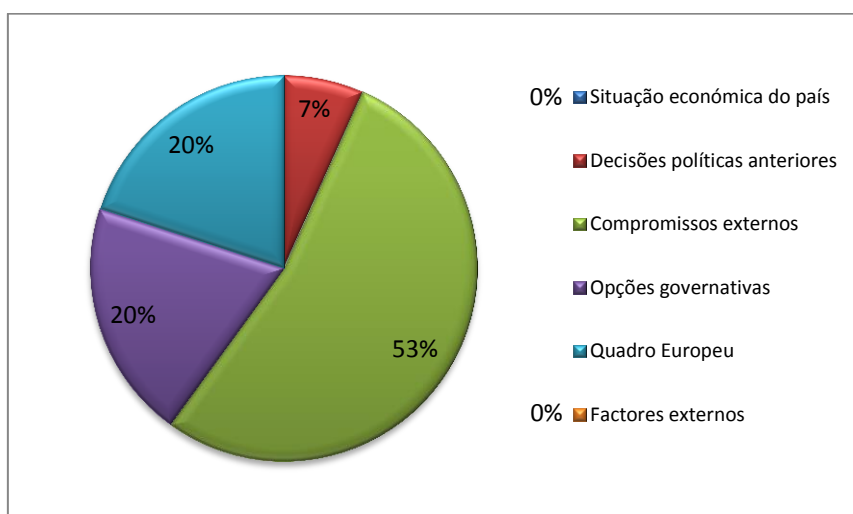
**Gráfico 35.** Percentagem de unidades de contexto por indicador face ao total de unidades referentes à categoria “Justificação das decisões políticas” na intervenção de 30 de Junho de 2011.



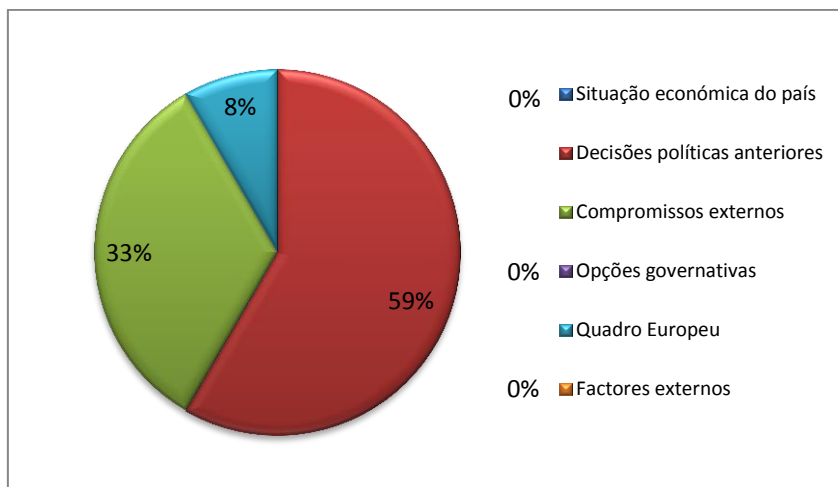
**Gráfico 36.** Percentagem de unidades de contexto por indicador face ao total de unidades referentes à categoria “Justificação das decisões políticas” na intervenção de 29 de Julho de 2011.



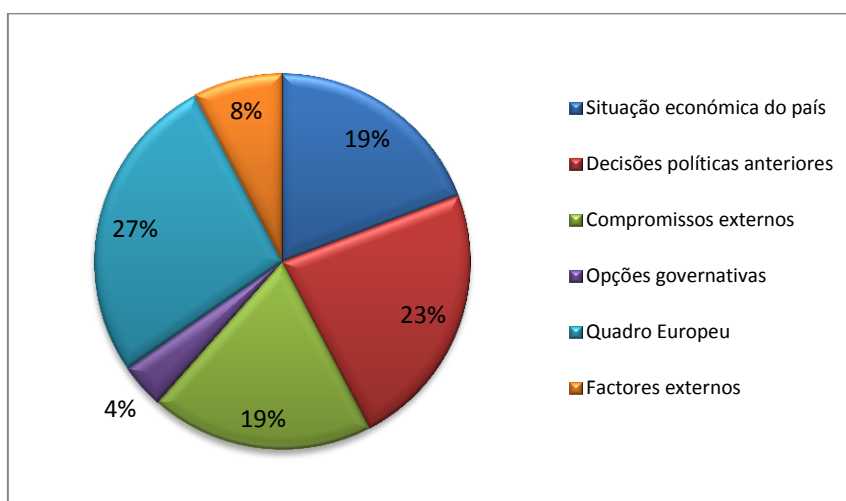
**Gráfico 37.** Percentagem de unidades de contexto por indicador face ao total de unidades referentes à categoria “Justificação das decisões políticas” na intervenção de 14 de Setembro de 2011.



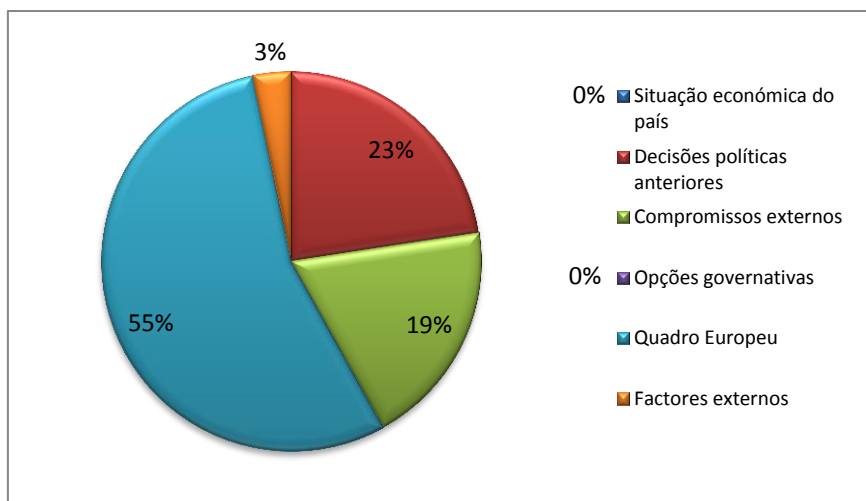
**Gráfico 38.** Percentagem de unidades de contexto por indicador face ao total de unidades referentes à categoria “Justificação das decisões políticas” na intervenção de 28 de Setembro 2011.



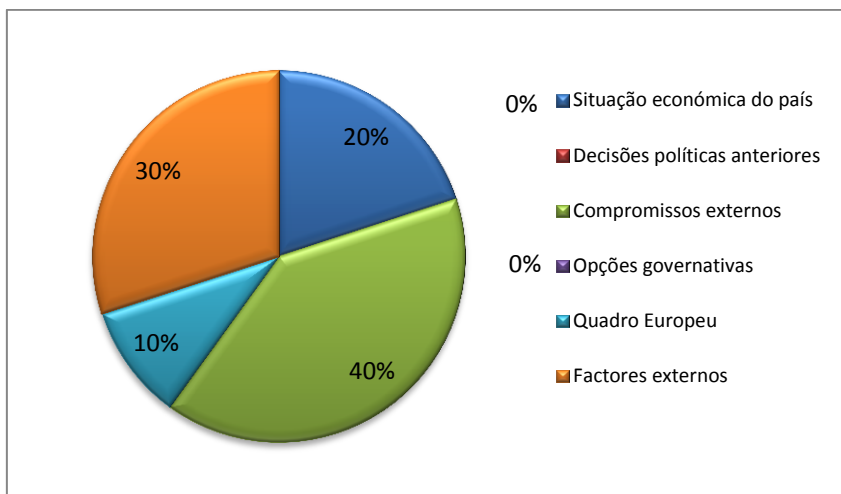
**Gráfico 39.** Percentagem de unidades de contexto por indicador face ao total de unidades referentes à categoria “Justificação das decisões políticas” na intervenção de 10 de Novembro de 2011.



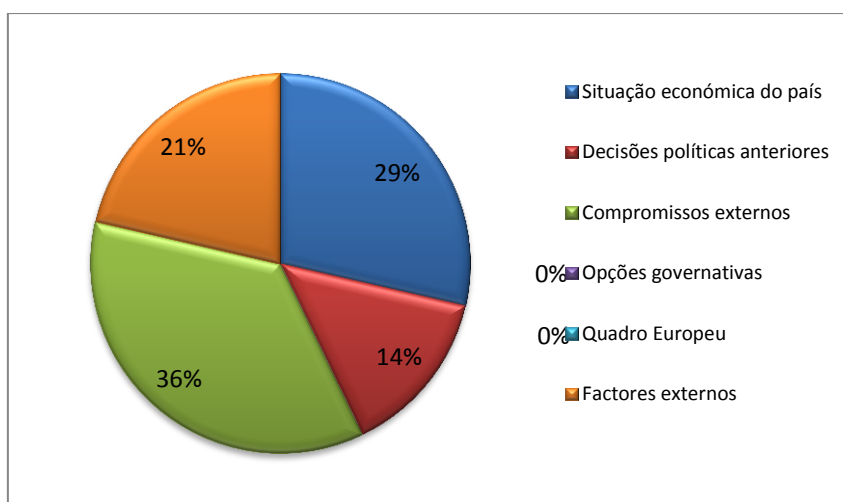
**Gráfico 40.** Percentagem de unidades de contexto por indicador face ao total de unidades referentes à categoria “Justificação das decisões políticas” na intervenção de 16 de Dezembro de 2011.



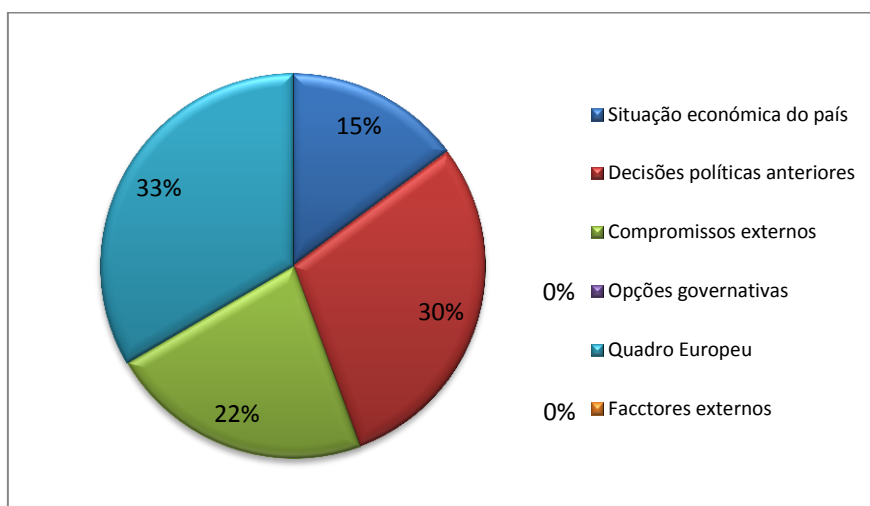
**Gráfico 41.** Percentagem de unidades de contexto por indicador face ao total de unidades referentes à categoria “Justificação das decisões políticas” na intervenção de 6 de Janeiro de 2012.



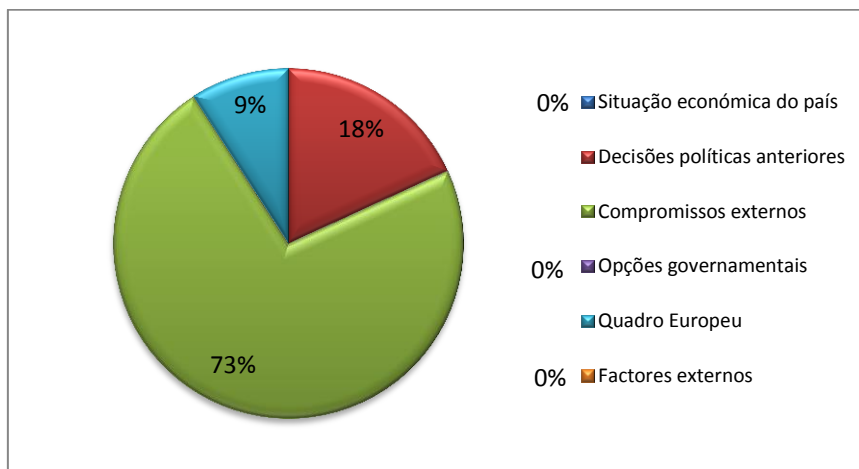
**Gráfico 42.** Percentagem de unidades de contexto por indicador face ao total de unidades referentes à categoria “Justificação das decisões políticas” na intervenção de 20 de Janeiro de 2012.



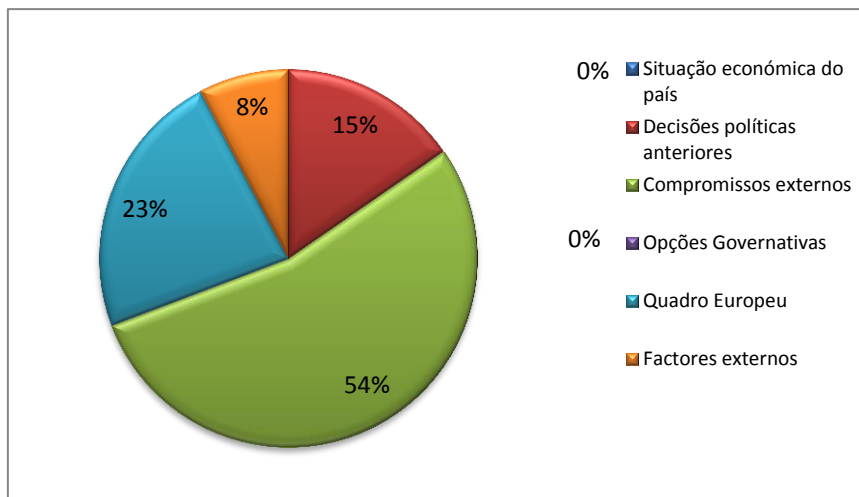
**Gráfico 43.** Percentagem de unidades de contexto por indicador face ao total de unidades referentes à categoria “Justificação das decisões políticas” na intervenção de 3 de Fevereiro de 2012.



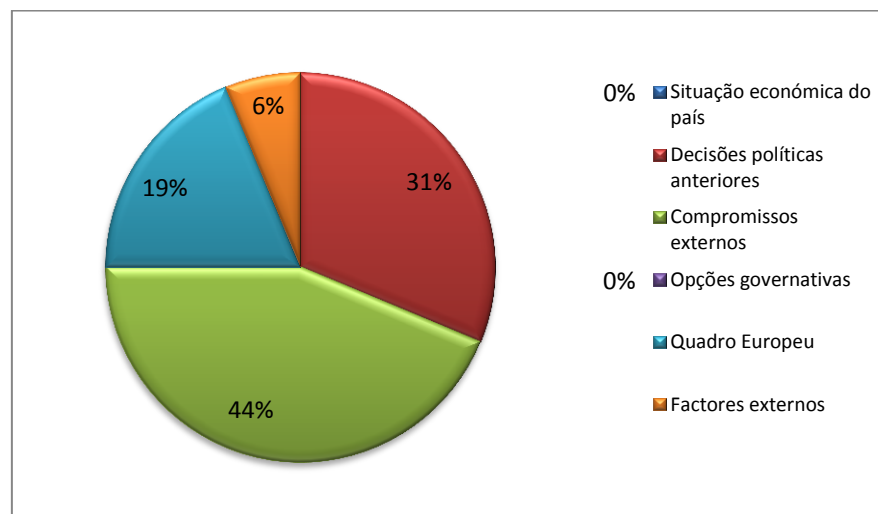
**Gráfico 44.** Percentagem de unidades de contexto por indicador face ao total de unidades referentes à categoria “Justificação das decisões políticas” na intervenção de 17 de Fevereiro de 2012.



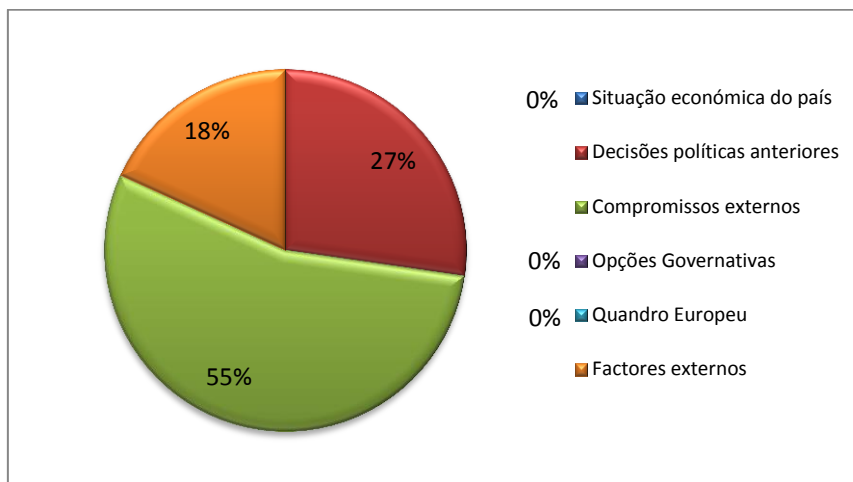
**Gráfico 45.** Percentagem de unidades de contexto por indicador face ao total de unidades referentes à categoria “Justificação das decisões políticas” na intervenção de 7 de Março de 2012.



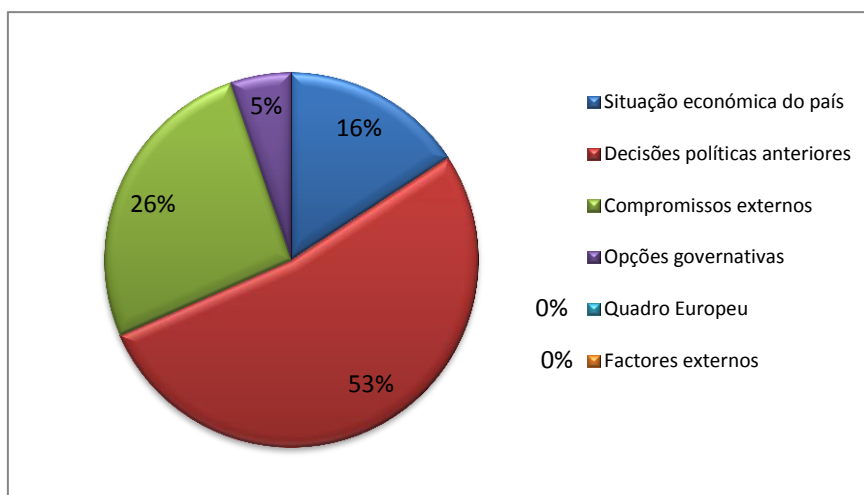
**Gráfico 46.** Percentagem de unidades de contexto por indicador face ao total de unidades referentes à categoria “Justificação das decisões políticas” na intervenção de 30 de Março de 2012.



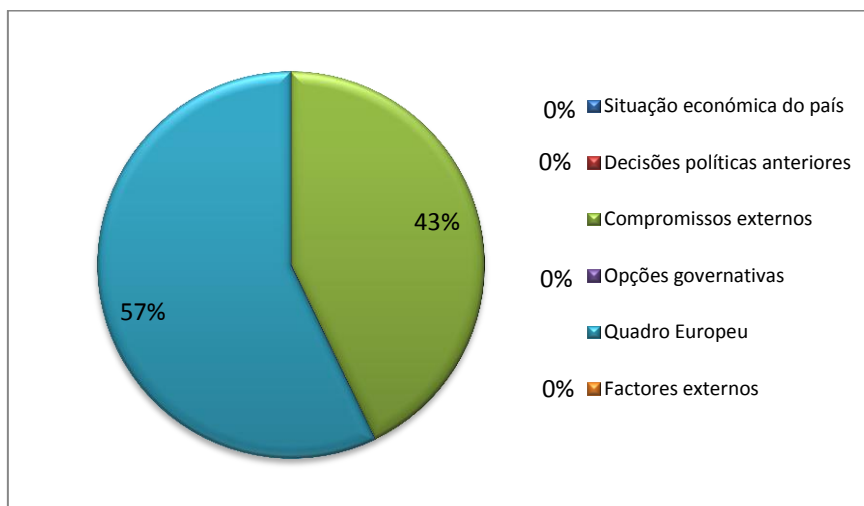
**Gráfico 47.** Percentagem de unidades de contexto por indicador face ao total de unidades referentes à categoria “Justificação das decisões políticas” na intervenção de 13 de Abril de 2012.



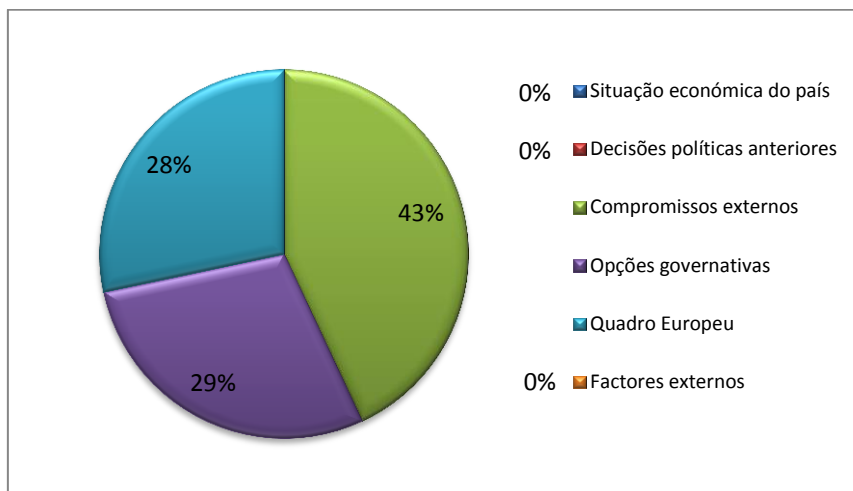
**Gráfico 48.** Percentagem de unidades de contexto por indicador face ao total de unidades referentes à categoria “Justificação das decisões políticas” na intervenção de 27 de Abril de 2012.



**Gráfico 49.** Percentagem de unidades de contexto por indicador face ao total de unidades referentes à categoria “Justificação das decisões políticas” na intervenção de 11 de Maio de 2012.



**Gráfico 50.** Percentagem de unidades de contexto por indicador face ao total de unidades referentes à categoria “Justificação das decisões políticas” na intervenção de 15 de Junho de 2012.



### 3.4. Síntese de resultados

Em razão da sua especial importância na construção do mito político, a primeira categoria a ser definida foi a “leitura das soluções políticas”. Esta categoria está muito presente nas intervenções analisadas, manifestando-se com grande intensidade na comunicação de Passos Coelho. A leitura das soluções políticas revela a forte determinação do governo em seguir um único caminho, o único que é opção, o único que o governo pode escolher. Esta inflexibilidade relativa ao caminho a seguir está muito presente nas intervenções políticas do Primeiro-Ministro. Esta categoria compõe-se igualmente de unidades de contexto que demonstram uma atitude de desvalorização das ideias da oposição, que resulta da admissão de apenas uma solução política, a solução do governo. A presença destes dois indicadores em todas as intervenções aqui analisadas confirma a sua relevância no discurso de Pedro Passos Coelho.

Existem, no entanto, indicadores que podem servir para mitigar esta visão determinista do futuro, esta postura circunscrita a um só caminho, onde se desvalorizam as demais opiniões, que, segundo o Primeiro-Ministro, não demonstram qualquer adequação à realidade. Esses indicadores, a abertura ao diálogo e a valorização da oposição, surgem também em algumas intervenções do Primeiro-Ministro. No entanto, ao empreender uma análise mais profunda, percebe-se que estes dois indicadores aparecem com um grau de incidência muito inferior aos anteriormente referidos. A abertura ao diálogo é uma postura mais adoptada por Passos Coelho nos primeiros meses da sua acção governativa, mas a sua utilização foi-se diluindo ao longo do primeiro ano de governo. Quanto à valorização da oposição, este é um indicador com uma presença muito reduzida na comunicação do Primeiro-Ministro, quando comparado com a desvalorização da oposição. Nas poucas



intervenções em que está presente, é reservada a este indicador uma percentagem de unidades bastante reduzida, face ao total de unidades de contexto referentes à categoria “leitura das soluções políticas”.

A visão do contexto político de Passos Coelho é ainda marcada pelo recurso à identificação dos resultados que advirão das suas políticas, bem como das consequências de políticas alternativas. Estes são indicadores que reflectem muito do que é o mito político, apontando-se o negativismo e catastrofismo de outras políticas enquanto se exaltam os resultados positivos das próprias políticas, revestidas de um carácter benéfico e coerente com as expectativas da generalidade das pessoas. As políticas alternativas convergem para o caos, para a catástrofe, enquanto as políticas do governo se revestem de inevitabilidade e efeitos positivos.

Outra das categorias previamente definidas que foi identificada na comunicação de Passos Coelho é o “entendimento do ambiente social”, que para efeito da análise da presença ou ausência do mito político é bastante esclarecedora, ajudando a perceber que tipo de interpretação da realidade é difundido nas mensagens políticas. O entendimento do ambiente social difundido na comunicação do Primeiro-Ministro consiste, antes de mais, na constatação da existência de um determinado estado de consciência. Isso é feito a partir da ideia de unanimidade. Pretende-se criar uma imagem de concordância geral com o caminho e objectivos seguidos pelo governo, sendo estes os unanimemente considerados adequados para responder às expectativas dos portugueses. Este indicador tem uma presença acentuada nas intervenções de Passos Coelho e é acompanhado pelo apelo ao consenso social e à responsabilidade política. É apontada a necessidade de consenso para o sucesso das políticas e exortada a responsabilidade dos agentes políticos de modo a criar condições de governabilidade que permitam alcançar esse sucesso, exercendo-se pressão sobre os partidos do círculo parlamentar, no sentido de ultrapassar as divergências pelo bem do país. Tendo estes indicadores em atenção, percebe-se que é totalmente afastado o cenário de instabilidade política, sendo talvez essa a razão da omissão, nas intervenções do Primeiro-Ministro, de quaisquer consequências da instabilidade política ou social. Mas no seguimento destes apelos surge também nas palavras de Passos Coelho o apelo ao espírito de sacrifício dos portugueses, ao esforço que terão de empreender em conjunto, desempenhando também eles um papel fulcral na solução dos problemas do país.

O mito político revela-se também pela criação de um enredo de justificação das práticas de poder e das decisões políticas. Por isso, a última categoria aqui definida é precisamente a “justificação das decisões políticas”. Nas suas intervenções, Passos Coelho justifica as decisões políticas através de referências à situação económica do

país, às decisões políticas anteriores e aos compromissos externos. Estes são os indicadores mais utilizados para lograr esse objectivo comunicativo, sendo as decisões políticas anteriores sempre apontadas como negativas e erradas para o país, tendo originado a situação económica difícil que o país hoje atravessa, determinando os compromissos externos que hoje influenciam a tomada de decisões. Num quadro mais abrangente, justifica-se também a tomada de decisões pela integração de Portugal na União Europeia e na União Económica e Monetária. Já os factores externos, menos referidos mas que estão presentes em algumas intervenções, reflectem a influência que determinados factores internacionais podem ter na tomada de decisões, como por exemplo as referências aos mercados internacionais ou às agências de rating.

Os indicadores anteriormente analisados, de carácter justificativo das políticas do Governo, deixam pouca margem para opções governativas próprias, de cariz ideológico. Deste modo se explica a presença pouco vincada de opções representativas da ideologia do governo, ou seja, que não resultem directamente de directrizes ou imposições de outros órgãos ou instituições.

## **Conclusão**

O actual quadro político e socioeconómico em Portugal reveste de particular interesse e acuidade a investigação aqui desenvolvida. Conforme foi sendo referido ao longo desta investigação, o mito revela-se em símbolos, imagens, assim como na própria linguagem daqueles que o difundem. Neste sentido, a linguagem política nos discursos e intervenções dos agentes políticos pode estabelecer-se como objecto de difusão do mito político. Conforme definido nos capítulos anteriores, o mito é uma fala e é por essa razão que qualquer tipo de comunicação se torna susceptível de ser transformada em mito.

O mito age sobre a realidade, alimenta-se dela e nela se funda e expande, e é precisamente em momentos como aqueles que hoje se vivem em Portugal que o estudo do mito político assume grande importância. O ambiente mais favorável ao aparecimento do mito é precisamente aquele em que se vivem mais tensões, em que as dúvidas e incertezas fazem recrudescer o sentimento de angústia nas populações. O mito emerge como resposta a essas dúvidas sobre a realidade, aportando explicações e interpretações sobre o real. Os momentos em que se torna mais flagrante o recurso ao mito político são os de maiores desequilíbrios ou convulsões sociais, de alteração dos factores económicos e sociais, redução da qualidade de vida ou ameaça à situação social estabelecida. Estes são factores que se podem sentir hoje em Portugal, fazendo da actualidade um terreno fértil para o desenvolvimento de mitos políticos. O mito revela-se como um poderoso instrumento para a explicação dos fenómenos sociais, preenchendo as lacunas resultantes da incerteza com recurso a construções ideológicas adequadas aos objectivos dos difusores do mito. É nestas situações particulares da história dos países que o mito contribui para a criação de novas crenças e aporta novas leituras da realidade.

Tomando como material de análise as intervenções proferidas pelo Primeiro-Ministro português na Assembleia da República durante o seu primeiro ano de governação, procurou-se nesta investigação verificar a existência (ou não) do mito político na sua comunicação. Procedeu-se aqui à análise da faceta menos imediata da comunicação do Primeiro-Ministro, dos sistemas semiológicos subjacentes à sua linguagem, das intenções que fundam o seu discurso, procurando descodificar o sentido das suas palavras. Foi neste sentido que se empreendeu uma detalhada análise de conteúdo, através da qual foi possível concluir que existe, efectivamente, uma linguagem de carácter mitológico na matriz comunicativa do Primeiro-Ministro do XIX Governo Constitucional de Portugal.

O mito político na comunicação de Passos Coelho revela-se na promoção de um caminho político único e inevitável, desvalorizando toda e qualquer alternativa, sendo esta uma característica indissociável da comunicação mitológica. Neste tipo de comunicação, a

solução política difundida pelo Governo reveste-se de um tal carácter de predestinação que leva a que se funde e seja aceite enquanto natureza. A classificação dos acontecimentos pelo seu carácter de inevitabilidade, como não susceptíveis de qualquer argumentação ou contraditório, tem como desiderato a justificação das acções governativas e a criação de uma crença generalizada da sua obrigatoriedade. Esta função de mobilização que caracteriza o mito político está bem patente nas intervenções do Primeiro-Ministro aqui analisadas. A criação de uma ideia de unanimidade e o apelo ao consenso social e à responsabilidade política enquanto factores dos quais depende o sucesso da acção governativa ocupam uma posição de relevo na comunicação do Primeiro-Ministro, numa tentativa permanente de sensibilizar a população relativamente à importância da adopção deste tipo de postura. Exalta-se o empreender de esforços, o fazer sacrifícios, o cumprir do papel que lhe está reservado. Esta tentativa de mobilização encerra em si a criação de uma nova realidade política e social, em que as divergências deverão passar para um plano subalterno, em favor de um consenso ditado pela emergência nacional.

O especial enfoque sobre as consequências negativas de linhas políticas dissonantes das do Governo explora os medos e angústias da população por meio de um tipo de comunicação catastrofista, que mostra o actual governo como a única hipótese de salvação nacional. Esta característica típica do mito incute o medo do caos e das alternativas, demonizando outros caminhos políticos. Impõe-se a aceitação das premissas que fundam as intenções governamentais, que a população irá entender como única forma de concretizar as suas expectativas de futuro do país.

A análise de conteúdo realizada nesta investigação permite concluir que existe uma utilização política do mito na comunicação do Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho. Assim, quanto à hipótese directriz da presente investigação – O mito político está presente na comunicação política do Primeiro-Ministro referente às intervenções na Assembleia da República durante o primeiro ano do seu governo – constata-se que esta hipótese se verifica.

No que concerne às sub-hipóteses formuladas, chegou-se às seguintes conclusões:

1. O discurso do Primeiro-Ministro sugere que só a linha política seguida pelo seu governo é viável, existindo apenas um caminho para governar, uma única alternativa para o destino do país.

Ficou aqui demonstrado que o Primeiro-Ministro sugere como única opção política viável a sua estratégia política, sendo esta a única forma possível de concretizar os objectivos políticos e económicos do país. A solução política

apresentada pelo governo assume-se como o caminho único predestinado a salvar o país.

2. Só uma atitude consensual e um clima de unanimidade em torno das decisões políticas do governo poderão ser considerados como responsáveis e aceitáveis.

Confirma-se que o Primeiro-Ministro faz depender do consenso social e da responsabilidade política o sucesso da prossecução das metas definidas. Difunde-se uma ideia de unanimismo em torno dos objectivos e do caminho a seguir, exortando as vozes dissonantes, quer no quadro político, quer da sociedade civil, a ultrapassar as divergências em nome do interesse nacional. O espírito de sacrifício dos portugueses e a paz social são apresentados como condições essenciais de sucesso neste processo político.

3. As práticas de poder são explicadas e justificadas com base numa única realidade determinante das decisões políticas.

Constata-se que as medidas políticas promovidas pelo governo são justificadas com base numa interpretação da realidade, em que se dá relevo ao contexto económico desfavorável, resultante de anos de más opções políticas, que conduziram o país à dependência da ajuda externa para honrar os seus compromissos. Esta realidade, em conjunto com a integração de Portugal no quadro europeu e no mundo globalizado, onde os factores externos exercem uma influência acrescida, contribui para que a comunicação do Primeiro-Ministro revele pouco cariz ideológico próprio.

Apesar de se ter concluído que existe uma comunicação de tipo mitológica nas intervenções políticas do Primeiro-Ministro, não é possível por meio desta investigação avaliar os reais efeitos desta comunicação sobre os destinatários da mensagem política de Passos Coelho. Essa seria, porventura, uma perspectiva investigativa muito interessante e complementar desta investigação, abordando este fenómeno pela perspectiva dos efeitos, e procedendo a uma medição de efeitos do mito político.

Essa abordagem não tem lugar nesta investigação, por extrapolar o seu âmbito, podendo no entanto ser suscitadas questões sobre as consequências da utilização deste tipo de instrumentos propagandísticos nas mensagens políticas. Se é verdade que a mensagem de carácter mitológico pode ser recebida e apreendida inconscientemente, modificando de facto as atitudes de determinada população sem que a mesma disso se aperceba, é também real o risco de que o mito político seja decodificado pelos receptores da mensagem política. Se o mito for decodificado, os decisores políticos podem deparar-se com uma população com uma consciência plena do móbil que alicerçou o mito e dos

objectivos subjacentes à comunicação política. Esta é uma situação que pode abalar a crença no sistema democrático tal como ele é entendido. A população, consciente da existência do mito, poderá desenvolver um sentimento de desilusão e desconfiança face à classe política, que poderá originar uma atitude de alienação e conformismo perante a vida política, como forma de protecção da manipulação perpetrada pelos agentes políticos. Numa situação de limite poderá ocorrer uma verdadeira revolta da população contra os agentes políticos, ameaçando as bases do funcionamento do sistema democrático. Isto porque uma putativa consequência deste contexto é o grande espaço deixado em aberto aos populismos conjunturais, ao surgimento de grupos ditos não políticos com interesses ocultos ou pouco evidentes, que se nutrem dos sentimentos de fracas expectativas e descrédito do sistema político, em total subversão do que se entende por sistema democrático.

Será esta uma situação cujos contornos se podem hoje vislumbrar nas democracias ocidentais que atravessam dificuldades? Serão os mitos políticos verdadeiras ferramentas de expansão de inversões ideológicas? Deixando estas questões para uma reflexão posterior está-se agora apenas em condições de afirmar que, tal como noutras épocas, o mito continua a ser profusamente utilizado e a comunicação política do actual Primeiro-Ministro não é excepção.

## Bibliografia

- Albouy, Serge, 1994. *Marketing et Communication Politique*. Paris: L'Harmattan.
- Almond, Gabriel A., Powell, G. Bingham, 1966. *Comparative Politics*. Boston: Little, Brown and Company, 1978.
- Bardin, Laurence, 1977. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barthes, Roland, 1957. *Mitologias*. Lisboa: Edições 70, 1984.
- Berelson, Bernard, 1952. *Content Analysis in Communication Research*. New York: The Free Press.
- Bongrand, Michel, 1986. *O Marketing Político*. Mem-Martins: Publicações Europa-América, Mem-Martins, 1987.
- Breton, Philippe, 1996. *A argumentação na comunicação*, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998
- Breton, Philippe, 1997. *A palavra manipulada*. Lisboa: Editorial Caminho, 2002.
- Brown, J. C. A., 1963. *Técnicas de Persuasão: da Propaganda à Lavagem Cerebral*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- Cassirer, Ernst, 1953. *Langage et mythe: à propos des noms de dieux*. Paris: Les Editions de Minuit, 1973.
- Cassirer, Ernst, 1961. *O Mito do Estado*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Chomsky, Noam, 1991. *A manipulação dos media: os efeitos da propaganda*. Mem-Martins: Editora Inquérito, 2003.
- Cotteret, Jean-Marie, 1973. *Gouvernants et gouvernés*. Paris: Presses Universitaires de France (PUF).
- Cotteret, Jean-Marie, 1991. *Gouverner c'est paraître*. Paris: Presses Universitaires de France (PUF), 2002.
- Dahl, Robert, 1976. *Análise Política Moderna*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.
- Deutsch, Karl, 1963. *The Nerves of Government*. New York: Free Press, 1966.
- Deutsch, Karl, 1970. *Política e Governo*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979.
- Domenach, Jean-Marie, 1950. *A Propaganda Política*. Paris: Presses Universitaires de France (PUF), 1973.
- Durand, Gilbert, 1982. *Mito, Símbolo e Metodologia*. Porto: Editorial Presença.
- Durkheim, Émile, 1864. *As Regras do Método Sociológico*. Lisboa: Editorial Presença, 1980.
- Easton, David, 1953. *The Political System*. USA: The University of Chicago Press, 1981.
- Easton, David, 1965. *A System Analysis of Political Life*. USA: The University of Chicago Press, 1979.

- Espírito Santo, Paula, 1997. *O Processo de Persuasão Política*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Espírito Santo, Paula, 2008. *Estudos de Comunicação Política*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Espírito Santo, Paula, 2010, *Introdução à Metodologia das Ciências Sociais: Génese, Fundamentos e Problemas*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Foucault, Michel, 1970. *A Ordem do Discurso*. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1997.
- Girardet, Raoul, 1986. *Mythes et Mythologies Politique*. France: Éditions du Seuil, 1990.
- Gonçalves, José Júlio, 1961. *Técnicas de Propaganda, Elites, Quadros e Outros Estudos*. Lisboa: Centro de Estudos Políticos e Sociais, Junta de Investigações do Ultramar.
- Jowett, Garth S., O'Donnel, Victoria, 1999. *Propaganda and Persuasion*. Califórnia: SAGE Publications, Inc.
- Krippendorff, Klaus, 1980. *Content Analysis – An introduction to Its Methodology*. London: SAGE Publications, 1986.
- Lampreia, J. Martins, s.d. *Técnicas de Persuasão: publicidade, propaganda e relações públicas*.
- Lenart, Silvo, 1994. *Shaping Political Attitudes*, Califórnia: SAGE Publications.
- Lasswell, Harold, 1936. *Politics: who gets what, when, how*. New York: Peter Smiths, 1950.
- Lasswell, Harold, 1936, *Política: quem ganha o quê, quando, como*. Brasília: Universidade de Brasília, 1984.
- Lasswell, Harold, 1949. *A linguagem da política*. Brasília: Universidade de Brasília, 1979.
- Lévi-Strauss, Claude, 1978. *Mito e Significado*. Lisboa: Edições 70, 2010.
- Maingueneau, Dominique, 1996. *Os Termos-Chave da Análise do Discurso*. Lisboa: Gradiva, 1997.
- Maltez, José Adelino, 1996. *Princípios de Ciência Política: Introdução à Ciência Política*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Centro de Estudo do pensamento político, 1998.
- Martins, Manuel Meirinho, 2006. «Comunicação Política: uma abordagem na perspectiva Sistémica». In *Comunicação de Marketing Político*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- McCombs, Maxwell, Shaw, Donald, Weaver, David, 1997. *Communication and Democracy*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Publishers.
- McNair, Brian, 1995. *An Introduction to Political Communication*. London: Routledge, 2000.
- Moreira, Adriano, 1984. *Ciência Política*. Coimbra: Almedina.
- Quintero, Alejandro Pizarroso, 1990. *História da Propaganda Política*. Lisboa: Planeta Editora, 2011.



- Ranney, Austin, 1990. *Governing: an Introduction to Political Science*. USA: Prantice Hall Inc., 1996.
- Reardon, Kathleen Kelley, 1981. *Persuasion: Theory and Context*. Califórnia: SAGE Publications Inc.
- Romero, Andrés, 1991. *Metodologia da Análise de Conteúdo*. Lisboa: Universidade Católica.
- Sena, Nilza de, 2006. «As regras e equívocos do discurso político». In *Comunicação de Marketing Político*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Tchakhotine, Serge, 1952. *Le viol des foules par la Propagande Politique*. France: Éditions Gallimard, 2009.

Outras fontes:

«Debates Parlamentares», *Diários da República*, in [www.debates.parlamento.pt/](http://www.debates.parlamento.pt/) (visitado entre Junho de 2012 e Dezembro de 2012)

## **ANEXOS**

**Quadro 1.** Análise da categoria “leitura das soluções políticas” na intervenção de 30 de Junho de 2011

	LEITURA DAS SOLUÇÕES POLÍTICAS	UN.
Só um caminho	<p>-“Temos objectivos a cumprir, o que não nos deixa alternativas exequíveis...”</p> <p>- “Existe apenas uma forma de fazer face a este desafio, sem precedentes na nossa história democrática: o Governo terá de demonstrar aos portugueses e aos seus parceiros internacionais que reconhece a gravidade do momento e terá de comprovar que não tem hesitações quanto à necessidade de corrigir os erros passados e de substituí-los pelas políticas que, neste momento delicado, permitam vencer as ameaças que conhecemos e aquelas para as quais nos devemos desde já preparar.”</p> <p>-“Sr. Deputada, por que é que isto tem de ser realizado? Sobre isso, infelizmente, não há disputa. Isto tem de ser realizado por uma constatação óbvia: é que o excesso de despesa conduz sempre ao mesmo tipo de respostas, o excesso de despesa corrige-se com poupança e com menos despesa, e não com mais despesa.”</p> <p>- “Concordo com a Sr.<sup>a</sup> Deputada quando diz que nos falta imaginação ao trazermos aqui sempre o mesmo tipo de respostas. Mas não há outras, Sr.<sup>a</sup> Deputada!”</p> <p>-“Mas, Sr. Deputado, não ouvirá da minha boca qualquer palavra que possa deixar dúvida quanto ao trabalho que vamos ter de fazer.”</p> <p>-“Aquilo que vamos fazer é garantir a execução do Programa que estava delineado, corrigido daquilo que, do nosso ponto de vista, é a trajectória adequada para garantir o resultado.”</p> <p>-“Do meu ponto de vista, não seremos bem-sucedidos no objectivo de alcançar o crescimento se, em primeiro lugar, não garantirmos a confiança dos mercados, interno e externo, na economia portuguesa, incluindo o sector financeiro, e se, em segundo lugar, não conseguirmos pôr fim à absorção de recursos, que são necessários do lado da economia e que estão, nesta altura, a ser dominados pelo Estado.”</p>	7
Abertura ao diálogo	<p>- “É certo que muitas escolhas estão abertas ao debate democrático, e devem ser discutidas por todos.”</p> <p>- “O Governo não deixará de colaborar com todas as Oposições (...)”</p> <p>- “E sempre que as entendermos assim [boas ideias], estaremos disponíveis ou para rever as nossas, ou para as adoptar, ou para as insuflar.”</p> <p>-“Quero assegurar quer ao CDS-PP quer ao Partido Social Democrata que não deixaremos de estar inteiramente disponíveis para cooperar com ambos, com o mesmo espírito intenso e aberto com que o faremos com todos os outros partidos deste Parlamento.”</p> <p>- “Todos contamos com uma colaboração activa deste Parlamento uma cooperação com o Governo que o ajude a encontrar as melhores soluções. E quero, aqui, por essa razão, reafirmar que não me interessa de onde vêm as boas ideias porquanto sejam boas.”</p> <p>-“Portanto, o Governo não faz as reformas, o Governo lidera as reformas.”</p> <p>-“Esta matéria será discutida no Parlamento e os Srs. Deputados não deixarão de ter oportunidade de apresentar também as suas propostas.”</p> <p>-“Se alguma, em particular, se revelar materialmente impossível durante esta fase de transição de governos, não deixaremos, com o Parlamento e com a própria tróica, de encontrar um equivalente satisfatório que não ponha em causa o objectivo que lhe está associado.”</p>	8
Desvalorização da oposição	<p>-“E nesse Programa não consta nem constará a renegociação ou a reestruturação da dívida portuguesa. Quero dizer-lhe, portanto, que o pressuposto deste Programa é que tudo faremos para evitar que, algum dia, o Governo tenha de ser confrontado com essa necessidade, pela simples razão de que entendemos que esta é a melhor maneira de defender os portugueses e o País.”</p> <p>- “Mas, Sr. Deputado, o caminho inverso está condenado ao fracasso. Acreditar que uma espiral de endividamento e de maior despesa podia trazer virtuosismo ao desempenho macroeconómico em Portugal seria tão erróneo quanto duvidar de que alguém, na Europa ou no mundo, acreditasse que esse caminho seria bem sucedido. E é por sabermos que ele não seria bem sucedido, porque foi esse que nos conduziu até aqui, que precisamos de o corrigir.”</p> <p>-“(...) depois de o ter ouvido, não percebo por que me endossa uma acusação de imobilismo, porque o que eu aqui ouvi é o que em todos estes anos tenho ouvido incessantemente, sem grande imaginação, da parte do Sr. Deputado.”</p>	3

<b>Valorização da oposição</b>		0
<b>Consequências da política do governo</b>	<p>-“Toda a acção governativa será marcada pela diligência no cumprimento dos nossos compromissos, para preservar a honra da nossa democracia, para poupar o País a um desastre que colocaria em causa a sua segurança e a dos seus cidadãos, e tornaria vãos todos os sacrifícios já feitos.”</p> <p>-“Em nome dessa responsabilidade aqui assumida e do dever de transparência que nunca declinarei, o Governo anuncia hoje aos portugueses medidas de antecipação e de prevenção capazes de inverter este ciclo e de contribuir para restaurar a confiança na nossa economia.”</p> <p>-“Com a resposta adequada e decidida, saberemos sair desta crise. E dela sairemos mais fortes, porque teremos aprendido com os erros do passado.”</p> <p>-“É de uma mudança política estrutural que virá a solidez financeira do País e, por conseguinte, o crescimento económico de que precisamos. As mudanças profundas que vamos realizar podem ter sido forçadas pelas circunstâncias, mas são, em si mesmas, uma grande oportunidade de viragem perene, se assim quisermos que aconteça.”</p> <p>-“Acreditamos, portanto, no crescimento económico como um valor político e social e acreditamos na capacidade das nossas políticas para promoverem esse crescimento.”</p> <p>-“Com este Programa, o Governo reafirma o seu propósito de contribuir para que a economia portuguesa desenvolva um sistema financeiro sólido e adaptado às exigências da globalização.”</p> <p>-“A minha intenção é clara, anunciei-a aqui há pouco e reafirmo-a: (...)é a de, logo no início, dizer que assegurarei que as metas que estão definidas serão verificadas e que, para esse efeito, o Governo tem de adoptar todas as medidas que possam tranquilizar o País quanto aos resultados que serão alcançados.”</p> <p>-“Não estamos a governar para nós próprios estamos, sim, a governar para o País, por isso tomamos hoje essa medida para que o País não seja sujeito, como foi em anos anteriores, à necessidade de chegar ao final do ano adoptando medidas extraordinárias, que sempre se afirmou não serem necessárias, para garantir que o objectivo fosse cumprido, e é isso que não acontecerá neste ano.”</p>	8
<b>Consequências de outras políticas</b>	<p>-“Seremos ambiciosos, não certamente em nome de ideologias simplistas, não apenas porque qualquer outro propósito seria manifestamente insuficiente para resolver os nossos problemas, mas também e sobretudo porque a falta de ambição nas actuais circunstâncias seria, ela mesma, um factor de perturbação e de agravamento da crise.”</p> <p>-“Sabemos por experiência própria que cada hesitação na política financeira do Governo, cada medida adiada para o próximo ciclo político, seria imediatamente reflectida numa situação financeira ainda mais adversa e em sucessivas e agravadas crises de confiança.”</p> <p>- “Não tomar esta decisão nesta altura era condenar o País à incerteza sobre o resultado ou à necessidade de, à última hora, se terem de encontrar medidas extraordinárias que garantissem o cumprimento do objectivo a que estamos comprometidos.”</p>	3
<b>Total</b>		29

**Quadro 2.** Análise da categoria “Entendimento do ambiente social” na intervenção de 30 de Junho de 2011

	ENTENDIMENTO DO AMBIENTE SOCIAL POR PARTE DO PM	UN.
<b>Ideia de unanimidade</b>	-“Os portugueses, espero, não estão resignados. Essa foi a razão por que o resultado das últimas eleições teve uma consequência política evidente. Se os portugueses estivessem resignados, tudo teria ficado como estava. Mas os portugueses mostraram que não estão resignados e atribuíram aos diferentes partidos diferentes responsabilidades na solução da situação em que nos encontramos.”	1
<b>Necessidade de consenso social</b>	- “Mas teremos de vencer a crise em conjunto. Venceremos estas dificuldades juntos, ou não as venceremos”. - “Para podermos cumprir, é indispensável alcançar um acordo social.” - “...exige um esforço de concertação social muito amplo na sociedade portuguesa.” -“A mudança será concretizada e estará ao nosso alcance se conseguirmos e tivermos o engenho para nela envolver as forças sociais. Essa é a razão por que o País estará tão atento ao desempenho deste Governo e dos partidos aqui representados, como ao desempenho daqueles que têm responsabilidades institucionais e sociais muito alargadas na sociedade portuguesa.”	4
<b>Necessidade de responsabilidade política</b>	- “...bem como a todos os serviços deste Parlamento, que trabalharão com certeza arduamente e com zelo, como todos esperamos, em grande cooperação com o Governo, para que esta Legislatura seja um marco à altura das expectativas do País.” - “...a diferença de opiniões, que, muito naturalmente, existirá entre o Governo e a Oposição não impedirá que aqueles que subescreveram ou se responsabilizaram pelo Memorando de Entendimento venham a encontrar um consenso suficientemente alargado para que a construção das políticas seja uma garantia do cumprimento dos objectivos que dele constam.” - “Espero, evidentemente, contar com todo o Parlamento, muito especialmente cm o Partido Socialista, para essa realização.” -“Portugal precisa que, entre Oposição e Governo, e no respeito pelas divergências políticas que não podem nem devem ser eliminadas do debate público livre, se gere uma relação de confiança, de responsabilidade e de abertura.” - “Mas esperamos genuinamente que a Oposição contribua para a solução dos grandes problemas nacionais. Também aqui tem de vigorar a regra da responsabilidade, o sentido da realidade e o compromisso nacional.” -“...o Partido Socialista esteja em plenas condições de poder ser um parceiro dentro deste Parlamento e na sociedade portuguesa, ao nível das exigências que o País tem pela frente — quando digo «um parceiro», refiro-me, como é evidente, a um parceiro do País.” -“Do mesmo modo que procuraremos, no Parlamento, um debate e um consenso o mais alargado possível relativamente a aspectos institucionais...”	6
<b>Consequências da instabilidade política e social</b>		0
<b>Necessidade de espírito de sacrifício</b>	-“O primeiro é sobre o sacrifício extraordinário que pedi aos portugueses.”	1
<b>Total</b>		12

**Quadro 3.** Análise da categoria “Justificação das decisões políticas” na intervenção de 30 de Junho de 2011

	<b>JUSTIFICAÇÃO DAS DECISÕES POLÍTICAS</b>	<b>UN.</b>
<b>Situação económica do país</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- “Os Portugueses sabem quão pesada a actual crise está a ser.”</li> <li>- “Não são dias fáceis aqueles que vivemos.”</li> <li>- “Há problemas profundos que reclamam urgentemente por uma solução.”</li> <li>- “Há bloqueios persistentes que precisamos de ultrapassar.”</li> <li>- “Nunca na história democrática defrontámos tamanhos desafios.”</li> <li>- “Deixámos de poder escolher entre a resolução dos problemas de curto prazo e a resolução dos problemas de longo prazo. Hoje é evidente que chegou o momento para se atacarem uns e os outros.”</li> <li>- “É neste contexto de grande incerteza e de angústia que o Governo inicia as suas funções.”</li> <li>- “Ficámos a saber que preparados para todos os cenários, é com o mais indesejável e o mais exigente que teremos de trabalhar.”</li> <li>- “O estado das contas públicas força-me a pedir mais sacrifícios aos Portugueses.”</li> <li>- “Dadas as terríveis consequências da crise económica, (...)”</li> <li>- “Vivemos tempos muito difíceis e, como referi logo no meu discurso de tomada de posse, mais tormentas nos esperam.”</li> <li>- “Ora, a situação existente implica um esforço adicional ou redução da despesa pública”</li> <li>- “...sabendo nesta altura que precisaremos de tomar medidas de correcção para os piores cenários que se desenharam...”</li> </ul>	13
<b>Decisões políticas anteriores</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- “Há impasses antigos que têm de ser superados.”</li> <li>- “A fuga à realidade complexa dará lugar ao estudo rigoroso das circunstâncias e à adopção atempada de medidas.”</li> <li>- “Os Portugueses têm de confiar neste Governo para quebrar o ciclo vicioso de hesitação e derrapagem em que vivemos nos últimos anos.”</li> <li>- “Habitados como estivemos durante tanto tempo a uma realidade diferente, o País não se ajustou adequadamente às mudanças estruturais que ocorreram quando aderimos ao euro.”</li> <li>- “E este Governo — já o disse e reafirmo-o — não andarà a desculpar-se com a herança recebida, mas não pode ignorar a situação existente.”</li> </ul>	5
<b>Compromissos externos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- “Mas nem por isso deixaremos de cumprir os objectivos e as metas propostas no Programa do Governo, e que estão em conformidade com o Memorando de Entendimento acordado com a União Europeia e o FMI.”</li> <li>- “Na verdade, o cumprimento dos objectivos do programa de ajustamento da economia portuguesa terá precedência sobre quaisquer outros objectivos.”</li> <li>- “Ao falar perante esta Assembleia não posso deixar de notar que uma amplíssima maioria dos representantes do povo português apoia partidos que subscreveram o Memorando de Entendimento firmado com a União Europeia e com o Fundo Monetário Internacional.”</li> <li>- “...como não pode deixar de ser, com atenção particular ao Partido Socialista, que, enquanto governo, subscreveu um Memorando de Entendimento com implicações importantes para todo o trabalho que vamos desenvolver nos próximos três anos.”</li> <li>- “Sr. Deputado, não é intenção do Governo deixar de fora o cumprimento do que consta do Memorando de Entendimento.”</li> <li>- “Até afirmamos com solenidade que todas as outras medidas estarão sujeitas, na sua avaliação e na sua implementação, se quiser, numa certa precedência política, à garantia de que as que constam do Memorando de Entendimento serão executadas.”</li> <li>- “Sr. Deputado, as medidas constantes do Memorando de Entendimento constam, evidentemente, da execução do Programa do Governo e serão cumpridas nos prazos que lá vêm incluídos.”</li> <li>- “O que está no compromisso do Memorando de Entendimento será cumprido por nós e, neste particular, resulta de um acordo de concertação social que foi alcançado pelo anterior governo em sede de concertação. Do que ele necessita é de ser efectivado, e o Governo fará tudo para o efectivar.”</li> <li>- “...sucesso na execução destes programas que hoje foram apresentados: o Programa de Governo e o programa de ajustamento macroeconómico que está subjacente ao programa de assistência financeira que foi assinado entre o Estado português, a União Europeia e o Fundo Monetário Internacional.”</li> </ul>	9

<b>Opções governativas</b>	-“Cada decisão difícil do meu Governo será acompanhada pelo cumprimento das nossas responsabilidades para com aqueles que mais sofrem nas actuais circunstâncias.” -“Mas estarei aqui a cumprir um Programa que foi sufragado e que, depois disso, foi ainda concertado entre dois partidos que obtiveram legitimidade democrática para governar.”	2
<b>Quadro Europeu</b>	-“Comprometidos como estamos com o projecto de integração europeia e com a moeda única, sabemos bem que este grande desígnio exige uma mudança das nossas práticas de governação e um ajustamento das nossas instituições.” - “Não nos podemos excluir esta exigência que todos os países europeus estão a sentir. Não nos podemos arredar do grande movimento reformista que a Europa vive no momento actual e que é absolutamente incontornável para garantir o futuro da União e dos nossos modos de vida”	2
<b>Factores externos</b>		0
<b>Total</b>		31

**Quadro 4.** Análise da categoria “Leitura das soluções políticas” na intervenção de 29 de Julho de 2011

	<b>LEITURA DAS SOLUÇÕES POLÍTICAS</b>	<b>UN.</b>
<b>Só um caminho</b>	- “(...) execução de austeridade que precisamos de fazer dentro do País.” -“Estamos, pois, a iniciar um processo que sabemos que não vai ser pacífico nem fácil, mas que é indispensável assegurar.” -“Ou seja, abertura da economia ao mundo, transformação social e económica no seio do País. Só assim teremos crescimento da economia, emprego e justiça social.” - “(...) o cumprimento do que está no Memorando de Entendimento é crucial para que Portugal evite uma ruptura social, uma fase de recessão prolongada com desemprego acentuado, como não há memória, e para que Portugal consiga, ao invés, retomar credibilidade externa e lançar as bases saudáveis do futuro crescimento da economia.” -“Tentaremos, a cada dia, concretizar o melhor possível os objectivos que lá vêm inscritos, não apenas porque não temos alternativa, ou seja, o oposto seria pior, mas também porque a sua execução nos dá oportunidades importantes de corrigir problemas estruturais profundos na sociedade portuguesa.” -“Seria extraordinariamente importante, nesta altura, poder dizer aos portugueses que aliviaríamos uma parte desses sacrifícios este ano. Mas isso não é possível.” -“Não é possível, reduzir as despesas e deixar tudo como está. Isso não é possível! O Governo não tem essa capacidade!”	6
<b>Abertura do diálogo</b>	-“(…)reatámos o diálogo social, na medida em que achamos indispensável produzir a transformação da sociedade portuguesa com base no diálogo (...)” -“(…)vontade da parte do Governo, de ver nesta Casa, com todos os restantes partidos da oposição mas também com o Partido Socialista, que é o maior partido da oposição, um diálogo construtivo para o futuro do País, porque é o que os portugueses exigem.” - “O Governo vai abrir, neste Parlamento, em muitos casos, em muitíssimos casos, espaço para esse diálogo e para a construção conjunta de soluções.”	3
<b>Desvalorização da oposição</b>	-“(…) há matéria sobre a qual não vale a pena inventar divergência, porque elas são factuais.”	1
<b>Valorização da oposição</b>		0
<b>Consequências da política do governo</b>		0

<b>Consequências de outras políticas</b>	-“Aliás, manter tudo como está era o mesmo que não reduzir a despesa e condenar o País ao desespero de ver prolongada uma recessão económica, que queremos inverter.”	1
<b>Total</b>		11

**Quadro 5.** Análise da categoria “Entendimento do ambiente social” na intervenção de 29 de Julho de 2011

	<b>ENTENDIMENTO DO AMBIENTE SOCIAL</b>	<b>UN.</b>
<b>Ideia de unanimidade</b>	-“ No entanto, os portugueses sabem e, portanto, não estão à espera de uma resposta demagógica do Governo.” - “Mas, Sr. <sup>a</sup> Deputada, o País inteiro sabe que só é possível corrigir os excessos dessa maneira.”	2
<b>Necessidade de consenso social</b>	-“No nosso entender, é importante que a sociedade portuguesa se sinta inteiramente mobilizada por esse facto. Sabemos que estamos a enfrentar uma das maiores transformações de que há memória na sociedade portuguesa, transformação que será liderada pelo Governo mas que terá de ser empreendida por todos os portugueses, por toda a sociedade.” - “A mobilização que pretendo realizar, em Portugal, é a necessária para enfrentar dificuldades de que não há memória no nosso País.”	2
<b>Necessidade de responsabilidade política</b>	-“Fico satisfeito com isso e o País fica tranquilo por saber que o Partido Socialista não renegará a responsabilidade pelo Memorando.” -“Evidentemente, esperamos que o Partido Socialista esteja disponível para nos acompanhar na definição de muitas dessas políticas.”	2
<b>Consequências da instabilidade política e social</b>		0
<b>Necessidade de espírito de sacrifício</b>	-“Os portugueses, que ouviram da boca do Primeiro-Ministro e do Governo este pedido de sacrifício adicional...” - “(...) o esforço que todos vamos ter de fazer é um esforço colossal.” -“Isso não acontecerá em Portugal, enquanto nós tivermos responsabilidades de garantir aos portugueses que os sacrifícios que vão ser feitos valerão a pena e que conseguiremos dobrar estas dificuldades.”	3
<b>Total</b>		9



**Quadro 6.** Análise da categoria “Justificação das decisões políticas” na intervenção de 29 de Julho de 2011

	<b>JUSTIFICAÇÃO DAS DECISÕES POLÍTICAS</b>	<b>UN.</b>
<b>Situação económica do país</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- “E o peso do nosso endividamento externo e do nosso endividamento interno compreende, hoje, um exercício de austeridade que não tem comparação, de há muitas décadas a esta parte.”</li> <li>- “...o País está muito mal! Não há dúvidas quanto a isso!”</li> <li>- “O momento que atravessamos é, de facto, histórico e Portugal não se compraz com as dificuldades...”</li> </ul>	3
<b>Decisões políticas anteriores</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- “(...) mas sempre dissemos que esse exacerbação decorre dos desequilíbrios que nós próprios criámos, ao longo de muitos anos, no nosso País.”</li> <li>- “(...) não posso deixar de lhe recordar que foram muitos anos de má política que nos conduziram a este Memorando de Entendimento.”</li> <li>- “Tomámos, assim, como linha de continuidade tudo aquilo que representava compromisso expresso do Estado português, tomado pelo anterior governo em nome do Estado português.</li> </ul>	3
<b>Compromissos externos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- “E esse Memorando de Entendimento, tal como o Programa do Governo, são claros quanto à estratégia para o crescimento económico e para o emprego.”</li> <li>- “(...) cumprir todas as metas que, num calendário extremamente rigoroso, estavam compreendidas no Memorando de Entendimento que assinámos com o Fundo Monetário Internacional e com a União Europeia era bastante exigente(...)”</li> <li>- “Optámos, portanto, em todas as linhas, por manter a validade daquilo que tinha sido assinado como compromisso do Estado português. Fizemo-lo no que respeita ao Memorando de Entendimento (...)”</li> <li>- “As nossas juras relativamente ao Memorando de Entendimento (...)”</li> <li>- “(...) como estava, de resto, previsto no Memorando”</li> <li>- “Estive, anteontem, com todos os parceiros sociais, a quem transmiti a seguinte posição: o Governo, apesar de não ter assinado o acordo tripartido realizado em Março passado, assume-o como seu.”</li> </ul>	5
<b>Opções governativas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- “(...) qualquer que seja o contexto externo que rodeie o processo de transformação da sociedade portuguesa, a verdade é que o trabalho que temos de realizar em Portugal tem mérito por si próprio.”</li> </ul>	1
<b>Quadro Europeu</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- “(...) fiquei satisfeito por saber que a União Europeia se está a vestir e a resguardar de instrumentos mais poderosos para poder evitar os efeitos de contágio que riscos sistémicos na área financeira poderiam ocasionar no seio da Europa.”</li> <li>- “Está baseado na ideia de que precisamos de nos aproximar da média europeia nessa matéria. É o que estamos a fazer.”</li> <li>- “Se o programa for bem executado e, por razões alheias à execução do programa, em razão de instabilidade externa, Portugal ou a Irlanda tiverem dificuldade em regressar mais cedo ao mercado, estes países manterão o apoio das instituições europeias e do Fundo Monetário Internacional, e é isso que responsabiliza, no essencial, o Governo português e o Governo irlandês pela execução dos seus programas.”</li> </ul>	3
<b>Factores externos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- “Sabemos que nem tudo depende da vontade do Governo ou do País. Todo o condicionamento externo é relevante, mas nunca o invocámos para a nossa acção.”</li> <li>- “Sabemos hoje que os juros da dívida, que estão a crescer, resultam também desse cenário de volatilidade externa”</li> <li>- “Sabemos, portanto, que existe, no contexto externo, um exacerbação das nossas dificuldades...”</li> </ul>	3
<b>Total</b>		18

**Quadro 7.** Análise da categoria “Leitura das soluções políticas” na intervenção de 14 de Setembro de 2011

	LEITURA DAS SOLUÇÕES POLÍTICAS POR PARTE DO PM	UN.
Só um caminho	-“Não escondemos o Programa porque estamos convencidos de que esse é o Programa que precisa de ser aplicado em Portugal.”	1
Abertura do diálogo	“Há, portanto, duas possibilidades que estamos a explorar e que iremos explorar com a tróica e com os parceiros sociais...”	1
Desvalorização da oposição	-“Sr. <sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado António José Seguro, espero que não pense que, por falar mais alto e nesse tom, consegue verdadeiramente mostrar que tem razão.” -“Sr. Deputado, não podemos estar em maior desacordo: o Governo não quer renegociar dívida nenhuma. O que o Governo quer fazer é pagar a dívida que temos.”	2
Valorização da oposição		0
Consequências da política do governo	-“Salvar o Estado social, hoje, em Portugal, significa cumprir basicamente o programa de ajustamento que temos e apostar — a Sr. <sup>a</sup> Deputada tem toda a razão nisso! — na capacidade de crescer para o futuro. Mas isso, Sr. <sup>a</sup> Deputada, é justamente o que o Governo está a fazer!”	1
Consequências de outras políticas	- “...a última coisa que este Governo poderia fazer era o que tem sido feito até hoje, ou seja, «fazer de conta», «empurrar com a barriga» e esperar que um novo défice conduzisse o País a uma situação de impunidade que traria custos reputacionais, mas, sobretudo, sacrifícios dramáticos para os portugueses que temos a obrigação de evitar.” - “...o que destrói riqueza é gastar mais do que aquilo que se tem e não pagar aquilo que se deve! É isso que destrói riqueza! O que destrói o Estado social e obrigou um governo, que era socialista, a diminuir as prestações sociais é assegurar um caminho de insustentabilidade para as finanças públicas. É isso que destrói o Estado social!” -“A razão pela qual estamos a cumprir um programa de ajustamento é, precisamente, porque sem esse ajustamento Portugal ficaria muito pior do que está, menos portugueses teriam acesso à educação, à saúde de qualidade; menos portugueses poderiam beneficiar de apoios sociais quando são indispensáveis, dadas as circunstâncias adversas em que as pessoas vivem.”	3
Total		8

**Quadro 8.** Análise da categoria “Entendimento do ambiente social” na intervenção de 14 de Setembro de 2011

	ENTENDIMENTO DO AMBIENTE SOCIAL POR PARTE DO PM	UN.
<b>Ideia de unanimidade</b>	<p>-“Não é isso que o País espera, não foi isso que o País escolheu, Sr. Deputado.”</p> <p>- “Felizmente, em Portugal, entre o eleitorado, há um grande consenso quanto ao caminho que quer seguir.”</p> <p>-“Foi a agenda que o País escolheu, Sr. Deputado.”</p> <p>- “Sr. Deputado, o que o Governo quer é pagar a dívida do País e foi esse o caminho que os portugueses escolheram!”</p> <p>-“ Mas as pessoas, que estão disponíveis para esses sacrifícios, querem ver uma «luz ao fundo do túnel» e estão convencidas de que esses sacrifícios que vão fazer resgatarão a dignidade do País e encontrarão um futuro para a economia portuguesa. É essa a expectativa que os portugueses têm e não os defraudaremos.”</p>	5
<b>Necessidade de consenso social</b>		0
<b>Necessidade de responsabilidade política</b>		0
<b>Consequências da instabilidade política e social</b>		0
<b>Necessidade de espírito de sacrifício</b>	-“...Sr. Deputado, pode ter a certeza de que estamos muito cientes dos sacrifícios que sabemos que as pessoas vão ter de fazer.”	1
<b>Total</b>		6

**Quadro 9.** Análise da categoria “Justificação das decisões políticas” na intervenção de 14 de Setembro de 2011

	JUSTIFICAÇÃO DAS DECISÕES POLÍTICAS	UN.
<b>Situação económica do país</b>		0
<b>Decisões políticas anteriores</b>	-“A razão por que o Governo precisou de antecipar receita deve-se ao facto de haver um desvio nos primeiros seis meses deste ano, de que o Governo não teve responsabilidade e que precisava de cobrir.”	1
<b>Compromissos externos</b>	<p>-“É essa a perspectiva que o Governo tem, evidentemente, e boa parte da sua acção, quer a que decorre dos compromissos externos, que tomámos como nossos porque também são nossos...”</p> <p>-“Finalmente, o Sr. Deputado perguntou pelos cortes que estamos a concretizar em linha com o Programa de Assistência Económica e Financeira...”</p> <p>-“Sr. Deputado, o IVA do gás e da electricidade deveria ser, nos termos do Memorando de Entendimento, actualizado para o próximo ano, fora da taxa reduzida do IVA, ou para a taxa intermédia ou para a taxa normal. Era isso que estava previsto no Memorando de Entendimento”.</p>	8

	<p>-“...o compromisso absoluto em garantir que a execução das nossas responsabilidades externas será levada a efeito por este Governo.”</p> <p>- “...os países que estão em dificuldades e que estão, portanto, na dependência de um programa de assistência económica e financeira, devem retribuir a solidariedade que receberam dos países da União Europeia e também do Fundo Monetário Internacional cumprindo com esses objectivos.”</p> <p>-“Estamos a preparar uma resposta que possa trazer, e não apenas naquilo que está previsto no programa de entendimento com a tróica...”</p> <p>-“Nessas cartas, os governos que estão sob assistência financeira declaram às instâncias internacionais a sua vontade inabalável de tomarem todas as medidas que forem necessárias para cumprir os objectivos.”</p> <p>- “...quem tem défice excessivo e aumentou a sua dívida para além daquilo que é razoável e sustentável, recebendo ajuda externa para poder, justamente, retornar a um caminho de sustentabilidade, o melhor que pode fazer para manter a confiança e a solidariedade entre os países que nos ajudam é cumprir com aquilo que está acordado.”</p>	
<b>Opções governativas</b>	<p>-“O Governo decidiu fazê-lo de uma vez. Foi uma opção política que...”</p> <p>-“Sr. Deputado, nós tomámos a decisão, que está inscrita no Documento de Estratégia Orçamental...”</p> <p>-“Foi uma opção do Governo e deixe-me dizer-lhe...”</p>	3
<b>Quadro Europeu</b>	<p>-“Essa matéria foi abordada pela primeira vez no ano passado, no âmbito de uma cimeira bilateral entre a França e a Alemanha.”</p> <p>-“o princípio da emissão conjunta de obrigações, na Europa, já está a funcionar, na medida em que são, hoje (através do Fundo Europeu de Estabilização Financeira, na Europa), os países que têm melhor rating que se endividam para que os países que têm mais dificuldades, como é o caso de Portugal, com programas de ajustamento adequados, possam receber esse apoio e essa solidariedade e corrigir essas situações.”</p> <p>-“A possibilidade de criarmos uma espécie de tesouro europeu, com emissão dedicada de obrigações do tesouro europeu, é um processo que podemos prosseguir, para futuro, no que respeita a um quadro de aprofundamento político da União Europeia, de que não devemos abdicar, mas não é uma resposta para os problemas que temos hoje.”</p>	3
<b>Factores externos</b>		0
<b>Total</b>		15

**Quadro 10.** Análise da categoria “Leitura das soluções políticas” na intervenção de 28 de Setembro de 2011

	<b>LEITURA DAS SOLUÇÕES POLÍTICAS POR PARTE DO PM</b>	<b>UN.</b>
<b>Só um caminho</b>	-“Não existe nenhuma estratégia de crescimento económico nem de desenvolvimento que possa partir de uma base que não seja a da consolidação das contas públicas, que não seja a da redução do défice público e da dívida pública.”	1
<b>Abertura do diálogo</b>		0
<b>Desvalorização da oposição</b>	- “Em primeiro lugar, todos os que, olhando para a situação actual do País, entendem que é possível um maior activismo público, contracíclico, evitando medidas que têm um impacto recessivo e promovendo medidas que tenham um impacto expansivo sobre a política orçamental, todos os que têm esta perspectiva chocam com a realidade.”	2

	- “Os que maldizem — muitas vezes, quando dá jeito, outras vezes a pretexto de nada — o memorando que vigora em Portugal esquecem-se que há uma componente estrutural desse documento que, se não estivesse nesse Memorando de Entendimento, Portugal deveria estar a executar em qualquer circunstância.”	
<b>Valorização da oposição</b>	- “Quero apenas dizer, Sr. Deputado, quanto à sua proposta final relativamente ao Orçamento do Estado, que cá estaremos para avaliá-la e considerá-la. Não nos parece que, do ponto de vista dos princípios, seja errada.” -“No entanto, Sr. Deputado, estamos de acordo, disse-lho há pouco e reafirmo, que, se for possível encontrar para financiamento às empresas portuguesas alternativas de linhas de crédito junto do BEI, não deixaremos de o fazer.”	2
<b>Consequências da política do governo</b>		0
<b>Consequências de outras políticas</b>	-“Quer dizer, se este conjunto de iniciativas não fosse aplicado seria o mutismo económico que dominaria as relações sociais nos próximos anos em Portugal.”	1
<b>Total</b>		6

**Quadro 11.** Análise da categoria “Entendimento do ambiente social” na intervenção de 28 de Setembro de 2011

	<b>ENTENDIMENTO DO AMBIENTE SOCIAL</b>	<b>UN.</b>
<b>Ideia de unanimidade</b>		0
<b>Necessidade de consenso social</b>		0
<b>Necessidade de responsabilidade política</b>		0
<b>Consequências da instabilidade política e social</b>		0
<b>Necessidade de espírito de sacrifício</b>	- “Sabemos o quanto nos vai custar essa recuperação, mas vai valer a pena...” -“E o facto de sabermos que vamos passar ainda um mau bocado terá como recompensa — não tenho dúvida — um caminho de crescimento, do emprego e da competitividade.” -“Mas vamos recuperá-la, vamos reconquistar a nossa soberania, vamos reconquistar a nossa dignidade externa, como é evidente, e vamos fazê-lo à custa do nosso esforço — sabemos que temos ajuda para isso.” -“...para que os portugueses percebam que os sacrifícios que o actual Governo lhes pediu, que o anterior governo lhes endossou, que a sociedade portuguesa, no seu conjunto, sabe serem indispensáveis para superar as dificuldades”	4
<b>Total</b>		4

**Quadro 12.** Análise da categoria “Justificação das decisões políticas” na intervenção de 28 de Setembro de 2011

	<b>JUSTIFICAÇÃO DAS DECISÕES POLÍTICAS</b>	<b>UN.</b>
<b>Situação económica do país</b>		0
<b>Decisões políticas anteriores</b>	<p>- “Evidentemente que o problema que temos na nossa economia é também um problema estrutural e o País vai começando a aperceber-se dessa circunstância todos os dias. Não estamos na situação de vulnerabilidade actual apenas mercê das vicissitudes financeiras externas e da crise global, que se vem acentuando, a razão porque estamos vulneráveis é estrutural.”</p> <p>- “...se tiver de estabelecer um nexo causal entre o que têm sido as políticas laborais em Portugal de há muitos anos a esta parte e o resultado que é hoje conhecido de desemprego estrutural acima de 10% e de níveis de desemprego, sobretudo de longa duração para os mais jovens, com a incidência que hoje tem, eu teria de dizer, Sr. Deputado, que não é preciso conhecer o futuro para perceber que este modelo tem de ser corrigido!”</p> <p>- “...enquanto o Estado pesar na economia o volume de crédito que tem pesado ao longo destes anos é, de facto, muito difícil esperar que as empresas, sejam pequenas e médias empresas, sejam grandes empresas, andem com todo o sector público às costas e consigam ainda assim crescer.”</p> <p>- “Não podemos evitar esse problema, porque não podemos apagar o passado, mas podemos aprender com ele e alterar as regras.”</p> <p>- “A Chanceler Merkel não prometeu nenhuma perda de soberania que já não se tivesse feito sentir em Portugal, não por culpa da Chanceler Merkel ou da Alemanha, mas por culpa das opções que foram tomadas em Portugal.”</p> <p>- “...um País com oito séculos de história, que precisou de pedir ajuda externa, perdeu a sua soberania não quando pediu ajuda externa, mas quando tomou muitas decisões que o obrigaram a pedir ajuda externa por não ter meios para se bastar.”</p> <p>- “E foi, como muito bem disse, esse mutismo que nos conduziu à presente situação.”</p>	7
<b>Compromissos externos</b>	<p>- “encontrando-se sob assistência financeira, encontra-se também num programa económico que está monitorizado no Memorando de Entendimento, acordado pelo anterior governo com o Fundo Monetário Internacional e a União Europeia, e que não há espaço para uma estratégia autónoma no País. Eu digo que não é assim e julgo ser importante que se possa fazer esse debate justamente aqui, no Parlamento.”</p> <p>- “Ora, uma parte dessas correcções está prevista no Memorando de Entendimento que foi estabelecido com a tróica.”</p> <p>- “Porém, nesta altura, não sei, sinceramente, se temos margem, de acordo com o que ficou estipulado no memorando de entendimento...”</p> <p>- “Segundo: o que estamos a discutir, em sede de concertação social, no que respeita à lei laboral, não está, nesta altura, além do que está no acordo de entendimento feito com a União Europeia e com o Fundo Monetário Internacional. É exactamente o que lá está!”</p> <p>- “Aliás, convém não esquecer que foram os países europeus e o Fundo Monetário Internacional que nos ajudaram a fazer este ajustamento.”</p> <p>- “...dar um contributo para que os compromissos externos sejam honrados...”</p>	4
<b>Opções governativas</b>		0
<b>Quadro Europeu</b>	- “Desse ponto de vista, a posição que a Comissão Europeia já adoptou, permitindo-nos substituir a alta velocidade por velocidade elevada, permitir-nos-á aplicar, sem perda de fundos comunitários, os investimentos que estavam previstos para a alta velocidade nas mercadorias, na ligação, em bitola europeia, dos portos portugueses ao centro da Europa.”	1
<b>Factores externos</b>		0
<b>Total</b>		12

**Quadro 13.** Análise da categoria “Leitura das soluções políticas” na intervenção de 10 de Novembro de 2011

	LEITURA DAS SOLUÇÕES POLÍTICAS POR PARTE DO PM	UN.
Só um caminho	<p>-“ Este Orçamento responde à exigência de curto prazo e às necessidades de médio prazo e a natureza dos problemas a que responde não admite hesitações nem desvios.”</p> <p>-“...a proposta de Orçamento, para responder às metas a que estamos obrigados e no momento turbulento em que vivemos, não podia ter margem para hesitações nem para cálculos políticos que não fosse o de garantir que as metas serão atingidas.”</p> <p>-“E sabemos que não é possível fazer esta recuperação sem passar por essa fase. Não conseguiremos voltar a crescer, em Portugal, sem, primeiro, reduzir o peso do défice.”</p> <p>-“Mas, Sr. Deputado, toda a gente sabe, embora alguns queiram fazer de conta, que, se essa imposição não resultasse do Memorando de Entendimento, teríamos de a cumprir na mesma — nenhum país pode viver eternamente acima das suas possibilidades!”</p> <p>-“ (...) vão fazer com a execução deste Orçamento, pois isso é essencial para sairmos da situação em que estamos.”</p> <p>-“Mas há uma coisa que sabem: é que, se esse empréstimo não tivesse sido realizado a Portugal, o Estado português não tinha dinheiro nem para pagar as pensões nem para pagar os salários da função pública nem para cumprir a sua despesa pública.”</p> <p>-“...estou a fazer aquilo que a minha consciência dita e aquilo que entendo ser indispensável para que Portugal não prossiga no caminho de afundamento de esperanças e de expectativas..”</p>	7
Abertura ao diálogo	<p>-“O Governo comprometeu-se, desde o início, com o diálogo construtivo entre todos, a começar pelos partidos da oposição. Está, portanto, aberto a todas as ideias e propostas que aperfeiçoem a lei do Orçamento, desde que respeitem os condicionalismos que o enquadram.”</p> <p>-“O Governo não pode pôr em causa os objectivos, as metas e algumas disposições estratégicas, como, por exemplo, a de a preponderância do esforço orçamental caber à despesa e não à receita, mas discutirá todas as propostas que tornem o Orçamento ainda mais eficaz, ainda mais ágil, ainda mais robusto, ainda mais credível.”</p> <p>-“Se há algo que, nas duas últimas semanas, se evidenciou é a importância dos mecanismos de discussão e decisão política...”</p> <p>-“Por muito fortes que sejam os ventos adversos, é na capacidade política de diálogo e decisão que encontraremos a solução dos nossos problemas, dos problemas nacionais e dos problemas europeus.”</p> <p>-“Tenho insistido em que o papel do Governo é também o de facilitar uma discussão sem preconceitos...”</p> <p>-“Na profundidade e na intensidade desta discussão, julgo que temos sido um exemplo para os nossos parceiros europeus.”</p> <p>-“Quero insistir na necessidade da política, no sentido mais nobre da palavra, ou seja, da nossa capacidade de diálogo e de discussão para enfrentarmos esta emergência.”</p> <p>-“Dentro dos limites que ficaram fixados, o Governo mostrou total abertura e diálogo construtivo para que pudéssemos atingir os mesmos objectivos...”</p>	8
Desvalorização da oposição	<p>-“Quem propõe que a conduta do Governo seja equivalente a uma declaração de impotência não pode esperar que, nas suas propostas, encontremos mais do que a desistência em que, de facto, elas consistem.”</p> <p>-“A Sr.ª Deputada gosta — e já algumas vezes o fez aqui em debate comigo — de dar a ideia de que nós podemos ter a escolha de gastar mais apesar de não termos dinheiro. Sr.ª Deputada, não é possível! Deixe-me dizer-lhe que não é possível!”</p>	2
Valorização da oposição		0

<b>Consequências da política do governo</b>		0
<b>Consequências de outras políticas</b>	<p>“A segunda coisa que quero acrescentar é que qualquer relaxamento das nossas contas públicas, qualquer exercício orçamental menos robusto ou menos credível ajudaria a pôr mais uma pedra em cima do que o Sr. Deputado diz já estar tão frágil e a ser esmagado pela indecisão e pela imprevisibilidade, que é a confiança.”</p> <p>“...por muito adversos que sejam os desenvolvimentos futuros, podemos estar certos de que seriam incomparavelmente mais pesados se não soubéssemos, ou não quiséssemos, adoptar uma resposta adequada e atempada às dificuldades presentes.”</p>	2
<b>Total</b>		19

**Quadro 14.** Análise da categoria “Entendimento do ambiente social” na intervenção de 10 de Novembro de 2011

	<b>ENTENDIMENTO DO AMBIENTE SOCIAL</b>	<b>UN.</b>
<b>Ideia de unanimidade</b>	<p>“ O País inteiro que o ouve sabe...”</p> <p>“De resto, os portugueses não escolheram um Governo de resignação.”</p> <p>“E quero que a Sr.<sup>a</sup> Deputada se tranquilize, porque o País também sabe que não é possível! Toda a gente sabe que não é possível!”</p>	3
<b>Necessidade de consenso social</b>	<p>“...nem por um momento desvalorizamos a importância da coesão social.”</p> <p>“Há alguns que discriminamos, porque entendemos que a coesão social exige essa discriminação positiva.”</p>	2
<b>Necessidade de responsabilidade política</b>	<p>“Os tempos exigem de todos um sentido apurado das responsabilidades e a abertura para representar e servir os interesses comuns dos portugueses.”</p> <p>“As dificuldades obrigam a que a discussão desta proposta de Orçamento seja marcada pela responsabilidade, pela transparência e pelo rigor.”</p> <p>“A política é um exercício de responsabilidade. A nossa obrigação não é agir e decidir nas condições que escolhemos ou que preferimos; o nosso compromisso é o de agir e decidir nas condições que existem e que, muitas vezes, não dependem das nossas escolhas.”</p> <p>“...é importante para o País saber que o maior partido da oposição assume uma atitude de responsabilidade que não está condicionada à maioria.”</p>	4
<b>Consequências da instabilidade política e social</b>		0
<b>Necessidade de espírito de sacrifício</b>	<p>“Nem por um momento perdemos de vista o peso dos sacrifícios que são pedidos a todos os portugueses; nem por um momento perdemos de vista o sofrimento que as nossas agruras colectivas estão, há já algum tempo, a provocar nas vidas de cada um...”</p> <p>“Mas é precisamente este Orçamento, por ser uma etapa inicial de uma estratégia de abertura e desenvolvimento da sociedade portuguesa, que dará uma razão e um sentido a esses sacrifícios.”</p> <p>“Além disso, os sacrifícios pedidos aos portugueses não se compadecem com outra conduta dos agentes políticos, e do Governo em particular, que não seja a prossecução do interesse comum.”</p> <p>“Sabemos que o País está numa situação de necessidade e de emergência para a qual todos têm de dar um contributo.”</p> <p>“Por isso é que temos um reconhecimento profundo pelo esforço que todos os portugueses</p> <p>“Sabemos os sacrifícios que todos vão ter de suportar...”</p>	6
<b>Total</b>		15



**Quadro 15.** Análise da categoria “Justificação das decisões políticas” na intervenção de 10 de Novembro de 2011

	JUSTIFICAÇÃO DAS DECISÕES POLÍTICAS	UN.
<b>Situação económica do país</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- “Todos reconhecem que, dada a profundidade dos nossos problemas, a recuperação económica será mais complexa do que no passado.”</li> <li>- “Nas actuais circunstâncias de emergência financeira em que o País se encontra, a gravidade do momento é ainda mais evidente.”</li> <li>- “Não é uma discussão que possamos abstrair do momento de emergência nacional, da crise europeia e da incerteza em que nos encontramos, há muito, mergulhados.”</li> <li>- “As dificuldades do País, neste momento decisivo da nossa História, não são apenas económicas e financeiras, são também dificuldades políticas.”</li> <li>- “Sabemos que o País está numa situação de necessidade e de emergência...”</li> </ul>	5
<b>Decisões políticas anteriores</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- “Com o País a sofrer os efeitos dos desequilíbrios financeiros e económicos que se foram acumulando ao longo de muitos anos...”</li> <li>- “Nunca mais a nossa democracia deverá deixar-se seduzir pelo encanto enganador da dívida, que acaba por se converter no grito de um tirano cruel.”</li> <li>- “...sobre os erros que nos conduziram a este momento de emergência nacional...”</li> <li>- “...a dívida pública do País não resultou se não de o Estado gastar mais em todas as funções do que aquilo que a economia e os contribuintes portugueses lhe deveriam ter consentido.”</li> <li>- “...foi por termos gasto mais do que tínhamos que hoje estamos com desemprego, com recessão e sem perspectivas para futuro.”</li> <li>- “...estivemos a agravar o nosso défice público, de contas públicas, ano após ano, sabendo que não tínhamos economia para o sustentar...”</li> </ul>	6
<b>Compromissos externos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- “...a meta do défice a que nos obrigámos internacionalmente...”</li> <li>- “Estamos comprometidos com isso, do ponto de vista do Memorando de Entendimento. Aqueles que nos emprestaram dinheiro para fazermos esse caminho esperam também, em troca, que possamos cumprir com esses resultados e reduzir o défice.”</li> <li>- “Portanto, o que temos pela frente não é apenas carregar com o peso da responsabilidade de termos assumido um compromisso escrito, formal com a União Europeia e com o Fundo Monetário Internacional...”</li> <li>- “Não foram por nós, mas cumpriremos as condições estruturantes, essenciais e marcantes do programa que Portugal assinou.”</li> <li>- “O que lhe quero dizer, e reafirmar, é que o Governo está comprometido como uma estratégia europeia e vai continuar a executar essa estratégia”</li> </ul>	5
<b>Opções governativas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- “O Governo pode não ter escolhido a situação de partida, mas escolheu as políticas que, a partir desta situação actual, nos poderão conduzir ao sucesso económico.”</li> </ul>	1
<b>Quadro Europeu</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- “Nós, Portugal e a Europa...”</li> <li>- “A construção europeia que temos é ainda imperfeita...”</li> <li>- “...na Europa, o receio histórico que vários países têm quanto à intervenção de bancos centrais na monetização de défices públicos não permite que exista um consenso suficientemente alargado para que possa ser encontrado um mandato do BCE substancialmente diferente.”</li> <li>- “E nós estamos a dar um exemplo de que podemos ser responsáveis e disciplinados, sem importar para os cidadãos e para o resto da Europa mais inflação e outros impostos escondidos, que não desejaríamos que regressassem a Portugal!”</li> <li>- “Ela passa por um aprofundamento da união económica na Europa, na zona euro, e por um aprofundamento político da União, sem a qual não encontraremos confiança nem coesão suficientes para regressar à estabilidade na Europa.”</li> <li>- “Sr. Deputado, partilho das suas apreensões quanto ao que se está a passar no espaço europeu.”</li> <li>- “...o que se está a passar na Europa é preocupante e o risco sistémico que se está a evidenciar a cada mês que passa de forma mais perigosa tem de nos dar muita humildade na maneira como nos expressamos publicamente.”</li> </ul>	7

<b>Factores externos</b>	-“ Por ser um Orçamento realista, equilibrado e robusto, é também o salvo-conduto da economia portuguesa durante estes tempos de intempérie internacional.” -“A situação europeia e internacional é muito delicada e adversa para nós, mas temos de nos concentrar em fazer bem, e a tempo, tudo o que depende do nosso esforço, da nossa competência e da nossa resolução.”	2
<b>Total</b>		26

**Quadro 16.** Análise da categoria “Leitura das soluções políticas” na intervenção de 16 de Dezembro de 2011

	<b>LEITURA DAS SOLUÇÕES POLÍTICAS POR PARTE DO PM</b>	<b>UN.</b>
<b>Só um caminho</b>	-“Mas, Sr. Deputado, não é um caminho de dificuldades que resulte de uma ideia de castigo ou de punição; é um caminho de grandes dificuldades porque sabemos que temos de o fazer para sair da situação em que estamos. É justamente para sair da situação em que estamos que vamos fazer esses sacrifícios!” -“A ideia de que os países devem honrar os seus compromissos, pagar as suas dívidas e não agravar as suas dívidas para responder aos desafios do crescimento, mais uma vez, com dívida, que se transforma em impostos insustentáveis para os cidadãos, exige um Governo económico e uma disciplina que não vacile. É isto que o Governo está também a fazer.” -“O caminho que Portugal está a fazer nesta matéria é conhecido, e a convicção que aqui exprimi é a da necessidade de, para futuro, termos nós próprios — não é a mando de ninguém, é nós próprios — regras claras para não voltarmos a cair na situação presente...” -“O caminho que aqui estamos a seguir não é imposto por ninguém; apesar de ter sido negociado e de ser obra, portanto, da necessidade, teria de ser percorrido em qualquer circunstância, quer Portugal tivesse chegado a uma espécie de rotura de pagamentos, ou não.” -“O que guia o meu Governo não é a piedade, é a necessidade de desonerar os portugueses da dívida, é a necessidade de dotar Portugal de um caminho de reconstrução, de honrar Portugal no pagamento das suas responsabilidades e de dar aos portugueses um papel activo na reconstrução nacional.” -“Para remover integralmente as causas estruturais, é preciso que estes países que têm divergido mudem o seu modelo económico e é isso que estamos a fazer em Portugal.”	6
<b>Abertura ao diálogo</b>	-“Enfim, estamos abertos a essa discussão, mas concordo inteiramente, Sr. Deputado, de que, assente o princípio, devemos mostrar abertura para encontrar a melhor solução.”	1
<b>Desvalorização da oposição</b>	-“Sr. Deputado, de facto, as suas propostas não são as minhas.” -“...devo dizer que não concordo nada com o que o Sr. Deputado acabou de referir.” -“...não queria, de modo nenhum, contribuir para estragar a sua repetida narrativa aqui, no Plenário. Ela é conhecida, já trocámos, por diversas vezes, perguntas e respostas sobre essa matéria, e não creio, sinceramente, que tenha nada de novo para lhe acrescentar, porque nada de novo a Sr.ª Deputada questionou.” -“Convidava-a a fazer essa leitura, em vez de aproveitar esta oportunidade para fazer aquilo a que se chama pergunta de pacotilha...” -“Sr.ª Deputada, não posso, pois, concordar consigo, apesar de não deixar de assinalar a ironia de a ver tão preocupada com soluções que nos trouxeram, essas sim, à destruição do aparelho produtivo, à degradação do poder de compra em Portugal, à dívida, à expectativa e à recessão económica. Espanta-me que a Sr.ª Deputada esteja na mesma senda.” -“...aqueles que pensam que é ao Estado que compete financiar a economia, aqueles que têm aversão à disciplina orçamental, aqueles que pensam que, basicamente, devemos desconfiar de toda a iniciativa dos cidadãos, da iniciativa privada, dos empresários e das empresas, esses considerarão sempre que a Europa não serve os seus interesses.”	6

Valorização da oposição		0
Consequências da política do governo		0
Consequências de outras políticas		0
Total		13

**Quadro 16.** Análise da categoria “Entendimento do ambiente social” na intervenção de 16 de Dezembro de 2011

	ENTENDIMENTO DO AMBIENTE SOCIAL	UN.
Ideia de unanimidade		0
Necessidade de consenso social		0
Necessidade de responsabilidade política		0
Consequências da instabilidade política e social		0
Necessidade de espírito de sacrifício	-"Neste Natal, tenciono dizer-lhes que sei bem qual é a situação que o País atravessa, qual é o grau de sacrifício que os portugueses estão a desempenhar, porque esse é um assunto muito sério. Sabemos que o caminho que temos pela nossa frente é de grandes dificuldades."	1
Total		1

**Quadro 17.** Análise da categoria “Justificação das decisões políticas” na intervenção de 16 de Dezembro de 2011

	JUSTIFICAÇÃO DAS DECISÕES POLÍTICAS	UN.
Situação económica do país		0
Decisões políticas anteriores	<p>“...que traduza um compromisso claro de médio e longo prazos quanto à disciplina que devemos seguir e à necessidade de não aplicar a velha «receita» do endividamento”</p> <p>“Mas, Sr. Deputado, o País seguiu, durante anos a fio, um caminho que, como o Sr. Deputado descreveu, conduziu à destruição do aparelho produtivo, à degradação dos salários, a políticas recessivas, porque entendeu, durante demasiados anos, que como o dinheiro era abundante e barato tudo deveria ser financiado, independentemente da rendibilidade dos projectos.”</p> <p>“Em tanto tempo, com pouca disciplina e sem domínio da dívida, o que nós conseguimos, Sr. Deputado, não foi crescimento, foi quase estagnação.”</p> <p>“Essa evidência resulta da observação do que se passou em Portugal nos últimos 12 anos. Ou seja, quanto mais o País se endividou, menos cresceu, quanto mais dívida, menos crescimento...”</p> <p>“O que queremos fazer, Sr.<sup>a</sup> Deputada, é resgatar o País desta situação da ditadura do défice e da dívida, para onde muitos anos de políticas erradas nos empurraram. Não sinto necessidade de voltar a falar desse período, mas não posso deixar de dizer que o caminho que prossigo para Portugal não é o mesmo que foi seguido nos últimos 12 anos. Tem de ser um caminho diferente.”</p> <p>“Nenhum desses países fez, ao mesmo tempo, um exercício de disciplina e de ganho de competitividade adicional que lhe permitisse viver de forma sustentável numa zona monetária única.”</p> <p>“Essa é a razão por que não é só a Europa que tem responsabilidade nesta situação mas também estes países, que durante muitos anos não se prepararam de forma a ganhar competitividade económica sem ser à custa da batota da desvalorização cambial e do imposto extraordinário da inflação.”</p>	7
Compromissos externos	<p>“...a receita que estamos a aplicar em Portugal não é a receita Merkel/Sarkozy, é a receita que o Partido Socialista negociou com o Fundo Monetário Internacional e com a União Europeia.”</p> <p>“É isso que é preciso fazer em Portugal, é isso que decorre do Memorando da tróica — é isso que lá está! — e é isso que estamos a fazer.”</p> <p>“...insere-se numa lógica complementar à que existia no próprio Memorando e que a tróica aceitou...”</p> <p>“E para a resgatar temos não apenas de cumprir um programa que foi assinado e compromissado...”</p> <p>“...esse é o princípio sagrado que está inerente ao Programa de Assistência Económica e Financeira português.”</p> <p>“Temos um envelope financeiro para dar alguma estabilidade de financiamento ao Estado, que não à economia, mas, em contrapartida, o Estado deve preparar as reformas necessárias que viabilizem o crescimento da economia, o que não será feito à custa do Estado mas, evidentemente, à custa do trabalho dos portugueses, das empresas em Portugal.”</p>	6
Opções governativas		0

<p><b>Quadro Europeu</b></p>	<p>-“É indiscutível que a União Europeia se defronta hoje com um desafio sem precedentes. Esse desafio interpela-nos a todos enquanto cidadãos europeus...”</p> <p>-“...uma crise de confiança na capacidade do projecto europeu, na nossa capacidade para honrar as decisões tomadas e os compromissos assumidos!”</p> <p>-“ E este projecto europeu que tem sido construído, de forma mais reforçada, nas últimas cinco décadas, vê-se agora a braços com uma dificuldade superior para responder, credível e atempadamente, à primeira crise sistémica da era global.”</p> <p>-“Mas esta crise expôs de forma muito particular e aguda as fragilidades e insuficiências da construção europeia, no que ela significa de fragilidades e insuficiências da União Económica e Monetária, mas evidentemente expõe, também, a fragilidade e a incompletude dos próprios Tratados de Maastricht e de Lisboa, que carecerem de novos e urgentes aprofundamentos.”</p> <p>-“A Europa foi, é e continuará a ser um projecto político, económico e social em permanente construção.”</p> <p>-“A Europa, — estou convencido — vai conseguir responder a esta crise com mais Europa e não com menos Europa.”</p> <p>-“Portugal esteve sempre na linha da frente do projecto europeu, desde o primeiro momento em que fez o seu pedido de adesão é verdade é que para nós — e quando falo para nós falo para Portugal — a questão europeia não é uma moda, nem sequer uma necessidade; é uma vocação e um desígnio nacional!”</p> <p>-“...a Europa é constituída por 27 Estados, por 27 democracias, que interagem, de forma institucional e regrada, seguindo uma lógica do consenso possível em torno do melhor bem comum. Os resultados da última Cimeira apontam precisamente neste sentido: do consenso possível em torno do aprofundamento da convergência económica, da edificação do pilar económico da União Monetária, de um governo económico.”</p> <p>-“Não escondo naturalmente que teria sido preferível um acordo a 27, mas na Europa do consenso possível e inclusivo, devemos agora trabalhar para um acordo tão abrangente quanto possível, desejavelmente a 26, se não for possível, ainda, a 27, mas que envolva as instituições, no pleno respeito do Direito Europeu.”</p> <p>-“Não basta termos a mesma moeda; precisamos de uma estreita coordenação económica, de uma estreita vigilância orçamental, de uma união orçamental de estabilidade; devemos agir com celeridade, mas de forma segura.”</p> <p>-“Vamos ser claros: a Europa da solidariedade e do crescimento passa pela Europa da responsabilidade e da disciplina.”</p> <p>-“Esta é a mensagem forte e clara para dentro e fora da Europa. A Europa faz-se também de lições aprendidas.”</p> <p>-“Vamos, pois, partir para negociações complexas e difíceis, mas em posições claras para se chegar a um bom consenso europeu.”</p> <p>-“E que não restem dúvidas: o sucesso da recuperação económica de Portugal passa pelo sucesso da resposta sistémica europeia à crise, mas evidentemente passa também pelo esforço nacional que todos nos comprometemos a realizar.”</p> <p>-“ É esta unicamente a nossa proposta, Sr. Deputado, a minha e a de mais 26 chefes de Estado e de governo da União Europeia.”</p> <p>-“Não há dúvida de que não é possível sair da actual situação europeia sem atacar as causas estruturais da actual situação.”</p> <p>-“...quando a União Monetária foi construída, incluiu um conjunto de países que, nos 30 anos que antecederam a constituição da moeda única, apresentaram problemas graves de competitividade face à média dos países que entraram no euro.”</p>	<p>17</p>
<p><b>Factores externos</b></p>	<p>-“Deixem-me dizer-vos que esta crise não respeita apenas à Europa: ela tem mostrado em toda a economia global um problema de confiança dos mercados financeiros, que não está, portanto, confinada à situação económica e financeira na zona euro, à moeda única ou até aos desafios por que atravessa a crise da dívida soberana nos países europeus.”</p>	<p>1</p>
<p><b>Total</b></p>		<p>31</p>

**Quadro 18.** Análise da categoria “Leitura das soluções políticas” na intervenção de 6 de Janeiro de 2012

	LEITURA DAS SOLUÇÕES POLÍTICAS	UN.
Só um caminho	<p>- “Vamos ter um ano de grandes exigências, mas que será também um ano de viragem económica para o País — é aquilo em que o Governo e eu próprio firmemente acreditamos. Será um ano de viragem, na medida em que mostraremos que cumprimos as nossas obrigações.”</p> <p>- “Isso, evidentemente, dependerá da forma como executarmos o nosso Orçamento este ano e como conseguirmos manter a vontade de levar até ao fim as reformas estruturais que são necessárias à democratização da nossa economia e à libertação de todas as pessoas, mas de todas as pessoas em Portugal, para o seu potencial criativo e empreendedor, inovador, sem o que não conseguiremos sustentadamente voltar a um ritmo de crescimento, portanto, de criação de emprego.”</p> <p>- “Parece-me, Sr. Deputado, que esta é uma diferença assinalável, porque é a única forma que temos de cumprir, para futuro, melhores condições de financiamento para a economia portuguesa.”</p> <p>- “O Governo está concentrado em cumprir as metas orçamentais, vai cumpri-las e não vai pedir mais tempo para atingir essas metas, Sr. Deputado.”</p> <p>- “Sabemos que é difícil manter todos os dias, todas as semanas, todos os meses a defesa de medidas que são difíceis. Há quem, ao cabo de um mês, três meses, cinco meses, seis meses, prefira invocar a alteração de circunstâncias para rediscutir medidas que negociou, mas nós, Sr. Deputado, mantemos a necessidade das medidas e a sua execução.”</p>	5
Abertura ao diálogo		0
Desvalorização da oposição	<p>- “Mas, Sr. Deputado, não há dúvida de que temos esta diferença: quando nós dizemos que cumprimos uma meta, cumpro-la! Já os senhores não a conseguiram cumprir.”</p> <p>- “Portanto, a ideia de que devemos endividar o País apenas porque isso faz circular dinheiro na economia ou que devemos ter políticas desenvolvimentistas, que hoje, piedosamente, o Partido Socialista não critica — prefere lamentar os efeitos da austeridade e não aquilo que nos conduziu a essa austeridade — , é um quadro a que não podemos voltar, Sr. Deputado.”</p> <p>- “Em segundo lugar, Sr. Deputado, creio que há fraqueza nos seus argumentos, porque protesta dizendo que cumprirá as suas obrigações — e congratulo-me muito com isso — mas, à primeira dificuldade, diz que há uma circunstância nova que nos deve levar a reanalisar a situação.”</p> <p>- “É muito fácil, em pouco tempo, lançar várias suspeições que não são corretas.”</p> <p>- “Sr.ª Presidente, Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, o senhor utiliza e tem vindo a utilizar, crescentemente, no nosso debate parlamentar, imagens que não posso acompanhar nem subscrever. Não me leve a mal, mas não creio que a utilização de expressões como «roubo», «mentira» sejam expressões dignas de um trabalho parlamentar.”</p> <p>- “Sr.ª Presidente, Sr.ª Deputada, realmente criticou mal, interpretou mal, porque não é lícito inferir daquilo que eu disse que dou conselhos ou que apoio as estratégias de qualquer grupo económico, em Portugal ou em qualquer outro lugar.”</p> <p>- “...para dizer à Sr.ª Deputada Heloísa Apolónia que é um direito constitucional que assiste a cada português viver a realidade virtual que entender. A Sr.ª Deputada vive a sua e gosta de nos fazer partilhar essa realidade virtual nestes debates, mas não a posso acompanhar nessa sua fantasia.”</p>	7
Valorização da oposição	<p>- “Sr.ª Presidente, Sr. Deputado António José Seguro, tivemos ocasião, os dois, de travar aqui um debate sobre essa sugestão do Partido Socialista. E o Sr. Deputado recorda-se, com certeza, que enalteci a sua proposta...”</p>	1
Consequências da política do governo		0

<b>Consequências de outras políticas</b>	-“Se cada vez que as circunstâncias externas envolvidas se deteriorarem viermos para a praça pública reclamar que precisamos de alterar o Memorando, que precisamos de mais tempo, que precisamos de menor grau de alavancagem, que talvez precisemos de mais financiamento, o que conseguiremos, Sr. Deputado — é a minha convicção — , é exatamente o oposto daquilo que pretende alcançar, ou seja, conseguiremos uma imagem de falta de credibilidade e de desatino face aos nossos compromissos.” -“Sabemos que temos um caminho para fazer, embora, Sr. Deputado, as opções que o Partido Comunista tem defendido nesta matéria só viessem a agravar o problema se algum dia fossem adotadas e, portanto, mais grupos sairiam, com certeza, de Portugal e menos grupos atrairíamos para o País.”	2
<b>Total</b>		15

**Quadro 19.** Análise da categoria “Entendimento do ambiente social ” na intervenção de 6 de Janeiro de 2012

	<b>ENTENDIMENTO DO AMBIENTE SOCIAL POR PARTE DO PM</b>	<b>UN.</b>
<b>Ideia de unanimidade</b>	- “Sr. Deputado, a verdade é que não temos nenhuma paixão por adotar medidas difíceis, mas o País sabe que não voltamos a cara a essas medidas.”	1
<b>Necessidade de consenso social</b>		0
<b>Necessidade de responsabilidade política</b>	- “Isso está também nas mãos desta Câmara, que vai acompanhar e, em alguma medida, aprovar igualmente algumas das reformas importantes que conduzirão a este objetivo.”	1
<b>Consequências da instabilidade política e social</b>		0
<b>Necessidade de espírito de sacrifício</b>	-“ Nessa medida, diremos aos portugueses que os seus sacrifícios não serão em vão, têm uma consequência, que é a de restaurar a credibilidade e a confiança externas do País e, ao mesmo tempo, lançar as condições saudáveis para o crescimento, no futuro.”	1
<b>Total</b>		3

**Quadro 20.** Análise da categoria “Justificação das decisões políticas” na intervenção de 6 de Janeiro de 2012

	JUSTIFICAÇÃO DAS DECISÕES POLÍTICAS	
<b>Situação económica do país</b>	- “Sabemos, em particular, que os tempos que se avizinham são adversos, não são fáceis, e é por isso que não estamos a transmitir aos portugueses um sinal de facilidade.” - “Justamente porque estamos a atravessar um período de dificuldades sérias...”	2
<b>Decisões políticas anteriores</b>		0
<b>Compromissos externos</b>	- “Aproveito para recordar, porque isso é importante para informação pública, que, relativamente aos países que têm programas, segundo a condicionalidade, quer da União Europeia quer do Fundo Monetário Internacional...” - “...nada de substancial evoluiu nas duas versões novas que foram publicadas sobre o Memorando de Entendimento.” - “Foram realizados pequenos ajustes e acertos, do meu ponto de vista favoráveis à situação portuguesa, que mostraram alguma capacidade de negociação, que tem vindo a ser crescente, da parte do Governo português relativamente à União Europeia e ao Fundo Monetário Internacional...” - “O Governo gostaria que o crescimento em Portugal se pudesse fazer com mais poupança e mais atração de capital externo, o que nos vai obrigar a ser mais competitivos fiscalmente também. Temos dificuldade em fazê-lo no âmbito do atual Memorando de Entendimento, e houve mesmo alguns benefícios já existentes que tiveram de ser eliminados, como o Sr. Deputado sabe. É uma contrariedade que já reconheci publicamente, mas não deixaremos de cumprir aquilo que ficou acordado.”	4
<b>Opções governativas</b>		0
<b>Quadro Europeu</b>	- “...o BEI distribui hoje os seus créditos de financiamento a essas economias, sensivelmente nestes termos: Portugal beneficia de cerca de 24 000 milhões de euros, na totalidade do financiamento destinado à economia portuguesa...”	1
<b>Factores externos</b>	- “Quer dizer, nós temos interesse em trazer investimento externo para Portugal, não podemos deixar de o fazer, precisamos de maior injeção de liquidez vinda do exterior para a nossa economia, para financiar a nossa própria economia — e essa é uma forma: trazer capital, trazer know-how, onde isso for possível —, mas também aproveitar as oportunidades para levar aquilo que é feito cá, mesmo que seja com o capital estrangeiro, para outros lados e levar empresas portuguesas para outros lugares.” - “Infelizmente, por razões que são conhecidas, sabemos que os custos de financiamento que as empresas portuguesas suportam em Portugal são muito diferentes e mais graves do que os de muitas outras empresas no resto da Europa, e isso só se resolverá de forma duradoura na medida em que consigamos recuperar credibilidade externa e em que, também, a nossa banca se consiga financiar externamente a custos mais favoráveis.” - “Se a Espanha entrar em recessão proximamente, sendo o nosso primeiro cliente, evidentemente que isso refletir-se-á em Portugal.”	3
<b>Total</b>		10



**Quadro 21.** Análise da categoria “Leitura das soluções políticas” na intervenção de 20 de Janeiro de 2012

	LEITURA DAS SOLUÇÕES POLÍTICAS	UN.
Só um caminho	<p>–“Ora, Portugal não recuperará em termos económicos se não libertar os agentes em presença quer do imobilismo do Estado, da sua Administração, quer de fatores de rigidez importantes que penalizam sobretudo o trabalho e os trabalhadores.”</p> <p>–“Mas, Sr. Deputado, o acordo foi celebrado para a mudança e para libertação de Portugal.”</p>	2
Abertura ao diálogo	<p>–“Noto que a questão é relevante não para o Governo, não porque se trate de uma ocasião propícia para mostrar que a forma como abordamos as questões pode ser bem sucedida dentro de um clima de diálogo...”</p> <p>–“O Governo afirmou, desde o início, a sua vontade de procurar esse diálogo social.”</p> <p>–“O diálogo é uma fase importante da tomada das decisões e é um pré-requisito relevante para o sucesso da execução das reformas.”</p> <p>–“O importante é que o diálogo seja um instrumento de mudança e não um compromisso que impeça a mudança.”</p> <p>–“O Governo sempre tomou o resultado desta negociação e deste diálogo social como importante para o País...”</p> <p>–“...quero dizer aos Srs. Deputados que mantenho toda a disponibilidade para, com frontalidade e total transparência, debater com o Parlamento todas as matérias que o Parlamento queira discutir, e todas têm sido discutidas com absoluta transparência.”</p>	6
Desvalorização da oposição	<p>–“Depois, o Sr. Deputado disse que o acordo foi desequilibrado ou pouco ambicioso. Não concordo, Sr. Deputado — nem eu, nem todos aqueles que o subscreveram.”</p> <p>–“Portanto, Sr. Deputado, tenho pena de que, nesta sua primeira oportunidade, o senhor, sobre um acordo que é importante para o País, tenha preferido colocar as suas reticências quanto ao seu desequilíbrio e à sua ausência de estratégia, em vez de o saudar como um resultado importante para os portugueses.”</p> <p>–“O Sr. Deputado pode pensar de outra maneira, mas a evidência tem mostrado...”</p> <p>–“Portanto, Sr. Deputado, temos realmente visões diferentes, mas, antes de este jogo negocial ter terminado, já sabíamos que havia forças políticas que esperavam que ele não fosse bem sucedido, que queriam que ela não fosse bem sucedido, porque discordam dele, porque se opõem à existência deste compromisso para a mudança.”</p> <p>–“É isso que tem estado a acontecer, Sr. Deputado. Peço desculpa, mas aquilo que o Sr. Deputado disse não corresponde à realidade.”</p> <p>–“Portanto, Sr. Deputado, não estou nada convencido de que o Sr. Deputado tenha razão — antes pelo contrário — quando vem dizer que estamos a seguir um caminho de destruição do Serviço Nacional de Saúde.”</p> <p>–“...podemos ter todas as divergências políticas que forem admissíveis e reais, mas, Sr. Deputado, escusa de querer tentar utilizar situações que não correspondem àquilo que acaba de dizer para criar uma suposta hipocrisia ou cinismo.”</p> <p>–“...os Srs. Deputados da oposição apressaram-se a criticar os aspetos negativos do que ocorreu em Portugal nos últimos tempos e em apresentar uma visão distorcida daquilo que foram os bons resultados dos acordos a que chegámos — como não eram os seus acordos, tinham de ser maus acordos — , mas aquele que foi alcançado com as instituições de solidariedade social não lhes mereceu qualquer reparo nem qualquer intervenção ou pergunta.”</p> <p>–“O que sucede é que, em Portugal, de há vários anos a esta parte, há pessoas que andam com os direitos dos trabalhadores na boca, mas, depois, preocupam-se muito pouco com as dificuldades sociais daqueles que sofrem no dia a dia.”</p> <p>–“Mas, Srs. Deputados, é preciso que, a partir destes debates, o País perceba também quem é que está a lutar para vencer estas dificuldades e quem é que parece que quer acrescentar dificuldades àquelas que já existem no País.”</p>	10
Valorização da oposição	<p>–“Sr. Deputado, muito obrigado pelo seu conselho e muito obrigado por ter ajudado também a que pudéssemos ter concluído este acordo.”</p> <p>–“Os tempos que estamos a viver não devem contribuir para esbater as diferenças. As diferenças são essenciais em democracia. Não pensamos todos da mesma maneira, nem queremos pensar todos da mesma maneira.”</p>	2

<b>Consequências da política do governo</b>	-“...mas o resultado a que vamos chegar no médio prazo não é à derrota do Governo, Sr. Deputado, mas, sim, à derrota das políticas que nos conduziram à atual situação de penúria.”	1
<b>Consequências de outras políticas</b>	-“...se não soubermos valorizar aquilo que é o nosso espaço de compromisso com a mudança que nos possa conduzir a um registo de crescimento e de criação de emprego, como desejamos, se não valorizarmos o melhor que temos de entre nós e a capacidade para encontrar compromissos em torno destes objetivos, ficaremos muito mais à mercê de tudo aquilo que é a adversidade externa do que desejaríamos.” -“Se deixássemos ficar o que existe, saberíamos sempre que o País haveria de ficar pior.”	2
<b>Total</b>		23

**Quadro 22.** Análise da categoria “Entendimento do ambiente social” na intervenção de 20 de Janeiro de 2012

	<b>ENTENDIMENTO DO AMBIENTE SOCIAL</b>	<b>UN.</b>
<b>Ideia de unanimidade</b>	-“As reformas vão-se fazendo na medida em que os portugueses acreditem que essas reformas são importantes para o seu futuro.” -“Por isso, tenho a certeza, todo o País aguardava com expectativa o resultado final deste diálogo.” -“...Sr.as e Srs. Deputados, que estou convencido de que a maioria dos portugueses quer lutar não para que Portugal caia em face da adversidade externa, mas para que possa vencer mesmo no seio da adversidade que hoje em dia nos vem exteriormente e com más notícias como aquelas com que temos sido brindados.”	3
<b>Necessidade de consenso social</b>	-“Era indispensável mobilizar os portugueses para os desafios que estamos a enfrentar.” -“Depende de nós a maneira como soubermos reerguer-nos no processo de reconstrução que estamos a fazer.” -“Dizer que temos um instrumento de mudança e que ele é partilhado por uma maioria social no País é o que de mais relevante podemos dizer a todo o País e ao estrangeiro.”	3
<b>Necessidade de responsabilidade política</b>	-“Quero, portanto, deixar uma nota de grande apreço e respeito pelo nível de responsabilidade com este compromisso que foi evidenciado por todos os parceiros sociais.” -“Mas, Sr. Deputado, no dia em que os portugueses perceberem que, independentemente das nossas diferenças, nos saberemos colocar alinhados relativamente a objetivos que são importantes para o País, e que o País já sufragou como sendo importantes, nesse dia, sim, faremos uma diferença assinalável. E isso também está nas mãos dos Srs. Deputados da oposição, que estão nesta Câmara.” -“Será nesse dia que veremos, Sr. Deputado, quem são aqueles que nunca estão abertos nem ao diálogo nem à mudança e aqueles que efetivamente, apesar das diferenças de opinião, estão disponíveis para salvar o País e para mostrar uma imagem de unidade nacional que precisamos de ter para vencer as dificuldades que enfrentamos hoje.” -“Sr.ª Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, o País ajuizará, todos os dias também, o nosso empenhamento em lutar por Portugal. Cada um responderá por si!”	4
<b>Consequências da instabilidade política e social</b>		0
<b>Necessidade de espírito de sacrifício</b>		0
<b>Total</b>		10

**Quadro 23.** Análise da categoria “Justificação das decisões políticas” na intervenção de 20 de Janeiro de 2012

	JUSTIFICAÇÃO DAS DECISÕES POLÍTICAS	UN.
<b>Situação económica do país</b>	<p>“...com o sucesso que o País precisa de obter para poder vingar neste tempo de adversidades.”</p> <p>“Em segundo lugar, quero dar nota de que estamos a atravessar, realmente, um momento crítico nesta altura.”</p> <p>“...num tempo de adversidade como o que estamos a enfrentar...”</p> <p>“Termino, Sr.as e Srs. Deputados, dizendo que o ano que vamos ter pela frente é, seguramente, o mais desafiante de todos.”</p>	4
<b>Decisões políticas anteriores</b>	<p>“...é consequência de medidas restritivas que constavam do Orçamento do Estado para 2011. Mas, Sr. Deputado, esse Orçamento do Estado foi viabilizado, na altura, pelo PSD, mas foi proposto pelo seu partido.”</p> <p>“...um tempo de viragem após muitos anos de agravamento do défice público, agravamento que só pode prejudicar a economia, agravar impostos e penalizar os portugueses.”</p>	2
<b>Compromissos externos</b>	<p>“Mas este acordo tem uma estratégia clara, que está vertida no próprio acordo e que, de resto, está, de alguma maneira, também interiorizada no Memorando de Entendimento e que consta do Programa deste Governo.”</p> <p>“Significa isso, portanto, que hoje podemos dizer que não foi apenas o Estado, vinculado pelo governo de então quando assinou o Memorando de Entendimento com a troica, que se comprometeu com um conjunto de mudanças que são essenciais para trazer de regresso, até com mais intensidade, um caminho de crescimento para o País.”</p> <p>“As medidas que estão contidas nesse Memorando foram objeto não apenas da negociação do governo de então, como referi, mas tiveram também, no arco deste Parlamento, uma representação muito forte de apoio, ou seja, hoje podemos dizer que não é apenas o Estado, representado e vinculado por essas forças políticas, é também o nível social que está comprometido com essas mudanças.”</p> <p>“Temos tido uma boa avaliação do nível de concretização do Memorando de Entendimento.”</p> <p>“Isso significa não só que estamos a cumprir o Memorando de Entendimento...”</p>	5
<b>Opções governativas</b>		0
<b>Quadro Europeu</b>		0
<b>Factores externos</b>	<p>“...o clima de instabilidade e de insegurança que se gerou na opinião pública internacional a propósito do destino da Europa e também do destino português.”</p> <p>“O Sr. Deputado sabe que as circunstâncias em que a agência Standard &amp; Poor’s, este ano, decidiu, pela primeira vez, de forma inédita, baixar o rating de um conjunto muito alargado de países europeus, não por nenhum outro critério que não por um critério político, aconteceu ao arrepio do que vinha sendo tradição naquela agência.”</p> <p>“É verdade que, na sequência da decisão da Standard &amp; Poor’s de baixar o rating da República...”</p>	3
<b>Total</b>		14

**Quadro 24.** Análise da categoria “Leitura das soluções políticas” na intervenção de 3 de Fevereiro de 2012

	LEITURA DAS SOLUÇÕES POLÍTICAS	UN.
Só um caminho	<p>-“E, Sr. Deputado, apesar de isto ter um custo, porque sabemos que tem um custo para o País — o País não realiza estas políticas de correção dos desequilíbrios sem essas consequências...”</p> <p>-“Aquilo que posso dizer-lhe é que o Governo que dirijo está a cumprir exatamente aquilo que é suposto um governo de um país honrado fazer.”</p> <p>-“Uma nação que tem amor-próprio não anda nem de mão estendida nem a lamentar-se; cumpre os seus compromissos e volta a erguer-se! É este o custo que o País sabe que tem de cumprir para sair da situação em que está...”</p> <p>-“Estamos a fazer o que é preciso para salvar Portugal.”</p> <p>-“E eu garanto-lhe, a si também, que, custe o que custar — e vai custar muito, não tenho dúvida, porque está a custar muito — , nós vamos lá chegar e vamos vencer esta crise.”</p>	5
Abertura ao diálogo		0
Desvalorização da oposição	<p>-“Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, realmente, a cada 15 dias, nestes debates, começa a faltar imaginação para pôr questões e, provavelmente, para mostrar pontos de vista.”</p> <p>-“O Sr. Deputado tem insistentemente apresentado uma visão sobre aquilo que é preciso fazer para o País que não é a nossa.”</p> <p>-“Depois, aproveita os casos, que são dolorosos, do custo que tem para os portugueses a situação em que o País mergulhou para ilustrar a suposta falência da solução que o Governo defende.”</p> <p>-“Disse por diversas vezes — não leve a mal que me canse um bocadinho e de não ter mais imaginação do que o Sr. Deputado para responder de outra maneira às mesmas questões que coloca, mas faço um esforço!”</p> <p>-“Portanto, Sr. Deputado, estou muito à vontade com o que se diz por aí sobre a questão da execução do programa.”</p> <p>-“...devo dizer que essa sua passagenzinha das questões constitucionais para as privatizações foi, realmente, um salto extraordinário — eu diria até um salto colossal, porque, Sr. Deputado, quando a conclusão do debate não lhe convém o Sr. Deputado muda, às vezes, muito rapidamente de tema!”</p> <p>-“Sr. Deputado, como não foi o que aconteceu, que mal que lhe ficou não reconhecer que estava errado quando fazia essas profecias!”</p>	7
Valorização da oposição		0
Consequências da política do governo	<p>-“ Mas, Sr. Deputado, respondendo à sua pergunta, a verdade é que estamos a apresentar resultados e estamos a defender os portugueses da crise que se está a abater.”</p> <p>-“Sr. Deputado, que a verdade é que, na medida em que atravessarmos o mais duro ano de que há memória em Portugal, teremos dado um passo importante para superar as dificuldades em o País mergulhou.”</p>	2
Consequências de outras políticas	-“Custe o que custar, Sr. <sup>a</sup> Deputada, nós não faremos isso. E deixe-me dizer-lhe porquê: porque isso custaria muito mais injustiças, muito mais austeridade e muitos mais sacrifícios aos portugueses por muitos mais anos.”	1
Total		15

**Quadro 25.** Análise da categoria “Entendimento do ambiente social” na intervenção de 3 de Fevereiro de 2012

	ENTENDIMENTO DO AMBIENTE SOCIAL	UN.
Ideia de unanimidade	<p>“...o País sabe que os desequilíbrios estão a ser corrigidos...”</p> <p>“Os portugueses sabem que estamos a resolver estes problemas e que não estamos a fazer demagogia com aqueles que sofrem.”</p> <p>“...e os portugueses, Sr. Deputado, terão muito orgulho em poder fazê-lo, porque não querem manter, como tiveram nos últimos 10 anos, uma economia que não cresce e um desemprego a crescer continuamente. É isso que os portugueses querem mudar, Sr. Deputado!”</p> <p>“E é porque sabem isso que os portugueses estão, com muito sacrifício, a fazer tudo o que podem para ajudarem a recuperar o seu País.”</p> <p>“Sei que o País está a atravessar uma situação de grande dificuldade e quando digo que cumpriremos as nossas obrigações custe o que custar não estou só a falar do Governo, estou a falar do País, porque eu sinto, como muitas vezes aqui tem sido sugerido, que o País não quer seguir um caminho de «deitar a toalha ao chão», de dizer que não pagamos e que vamos reestruturar a dívida.”</p> <p>“Sr.<sup>a</sup> Deputada, custe o que custar, em nome de todos os portugueses que hoje fazem sacrifícios importantes para que Portugal saia desta situação, este Governo não irá falhar nesse esforço. Não seria compreendido nem perdoado se o fizesse.”</p>	6
Necessidade de consenso social		0
Necessidade de responsabilidade política		0
Consequências da instabilidade política e social		0
Necessidade de espírito de sacrifício		0
Total		6

**Quadro 26.** Análise da categoria “Justificação das decisões políticas” na intervenção de 3 de Fevereiro de 2012

	JUSTIFICAÇÃO DAS DECISÕES POLÍTICAS	UN.
Situação económica do país	<p>“...apesar de vivermos um tempo de emergência nacional...”</p> <p>“O País está a viver com grandes dificuldades — todos os portugueses sabem isso. Nós estamos numa situação de emergência nacional — os portugueses sabem isso”</p>	2
Decisões políticas anteriores	<p>“Sabemos que o País está numa situação muito difícil, que acumulou, ao longo de mais 10 anos, desequilíbrio externo extremamente gravoso, que empobreceu o País, que viveu do que não tinha, e estamos a fazer essa correcção...”</p> <p>“E o mesmo acontece do ponto de vista interno, ou seja, o Estado gastou mais do que devia — o tal Estado, que devia estar ao serviço dos trabalhadores e das pessoas, foi justamente o Estado que consumiu mais recursos e impostos do que alguma vez no passado — e estamos a corrigir essa situação.”</p> <p>“Faça o favor de ter a honestidade de reconhecer aqui, no Parlamento, que a situação a que o País chegou não se deve, com certeza, a vários anos da minha governação.”</p>	4

	-“Quanto à questão dos sacrifícios, Sr. Deputado, deixe de, em cada vez que intervém no Parlamento, se queixar dos sacrifícios que o programa que o seu partido negociou impõe aos portugueses. Não lhe fica bem, Sr. Deputado.”	
<b>Compromissos externos</b>	-“ Esta é a realidade! Temos um acordo que vincula o País a reduzir a nossa dívida, o nosso défice, a realizar reformas estruturais que possam trazer novamente um padrão de crescimento e de criação de emprego para Portugal, e é isso que estamos a cumprir, Sr. Deputado.” -“...estiveram na origem das preocupações que levámos, por ocasião do segundo exame regular, a avaliação com os membros da troica em Portugal, que estiveram também na base do workshop realizado neste mês de janeiro com o Fundo Monetário Internacional, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu...” -“Disse que não existiam diferenças significativas entre aquilo que constava do Programa de Assistência Económica e Financeira para Portugal e aquilo que foi o programa eleitoral que o PSD apresentou. Disse mesmo que havia uma consonância importante em muitos dos aspetos.”	3
<b>Opções governativas</b>		0
<b>Quadro Europeu</b>	-“ ...é importante que o Parlamento se associe de forma mais regular aos acontecimentos com importância no espaço europeu.” -“...Chefes de Estado e de Governo decidiram que era importante completar o exercício que tinha ficado incompleto e imperfeito da União Económica e Monetária” -“...os restantes Chefes de Estado e de Governo entenderam que era importante comprometerem-se, pública e politicamente, com um tratado que completasse essa falha, essa imperfeição da União Económica e Monetária.” -“A única diferença é que em Portugal os problemas adquiriram uma importância exponencial maior ainda, mas o resto da Europa tem esses problemas, como é sabido.”	4
<b>Factores externos</b>		0
<b>Total</b>		13

**Quadro 27.** Análise da categoria “Leitura das soluções políticas” na intervenção de 17 de Fevereiro de 2012

	<b>LEITURA DAS SOLUÇÕES POLÍTICAS POR PARTE DO PM</b>	<b>UN.</b>
<b>Só um caminho</b>	-“Ora, são as reformas estruturais que permitirão a Portugal exibir um novo padrão de crescimento e que permitirão que, à medida que elas forem sendo executadas, os mercados, os agentes económicos, os investidores, portanto, mas também a sociedade, percecionem a nossa capacidade para regressar ao mercado e, numa base de confiança, garantam o financiamento da economia, e também da economia pública, de forma sustentável.” -“Perante as dificuldades que enfrentamos e de que estamos à espera, o melhor que podemos dizer ao povo português é que estamos a fazer o que é preciso para superar essas dificuldades.” -“Este Governo vai cumprir aquilo que está acordado e que foi iniciado há cerca de oito meses. E fará isto convencido de que, assim, defende os interesses dos portugueses e a credibilidade de Portugal e que conseguirá atingir o patamar necessário para poder vencer esta crise e retomar, para Portugal, um caminho de crescimento que seja mais sustentado do que aquele que tivemos nos últimos 10 anos.” -“...a preocupação deste Governo é cumprir o seu programa e, ao contrário do que o Sr. Deputado diz, é justamente poder resgatar a nossa independência, a nossa soberania, de modo a podermos fazer as nossas escolhas com mais liberdade.” -“...mas vou dizer-lhe que estou muito convencido de que o contributo que estamos a dar, nomeadamente com as propostas de leis laborais que decorrem do acordo de concertação social que foi realizado e que estão aqui, nesta Assembleia, daremos um contributo muito positivo para vencer estas dificuldades.”	5

<b>Abertura ao diálogo</b>	-“Portanto, Sr. <sup>a</sup> Deputada, não pode haver um compromisso mais eloquente da parte do Governo quanto à necessidade de encontrar um regime que não seja forçado, que não seja imposto unilateralmente mas, sim, negociado.”	1
<b>Desvalorização da oposição</b>	<p>-“Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado António José Seguro, a tentação de seguir a agenda mediática é realmente muito forte.”</p> <p>-“Claro, já nos vamos habituando a que o Partido Socialista, para cada asserção, para cada medida que está no Memorando de Entendimento, diga que concorda genericamente, porque assinou e negociou o Memorando com aquilo que lá está, mas que discorda das escolhas que o Governo vai fazendo para concretizar aqueles objetivos.”</p> <p>-“Sabemos que o Partido Socialista está de acordo com o Memorando; só não está de acordo com a maneira como nós o concretizamos. É assim a propósito de quase tudo. Por que havia de ser diferente relativamente à mobilidade?!”</p> <p>-“...pois não é por repetir mil vezes que a realidade será diferente.”</p> <p>-“E isto é, Sr. Deputado, do ponto de vista do Governo, tão claro que não se percebe como é que o Sr. Deputado ao mesmo tempo critica a resposta e a agenda de transformação estrutural que deve conduzir ao crescimento da economia.”</p> <p>-“Portanto, esse não é o caminho do partido a que eu presido, nem o caminho que os partidos que apoiam este Governo e a maioria do povo português ao longo de vários anos têm escolhido. Esse não é o modelo, Sr. Deputado!”</p> <p>-“...que arrazoado tão grande de coisas tão diferentes e tão desconexas que não têm realmente qualquer fundamento em qualquer das medidas que o Sr. Deputado aponta.”</p> <p>-“Em todo o caso, estaremos em condições de reduzir estruturalmente o desemprego, Sr. Deputado, quando a receita socialista deixar de toldar a mente dos governantes e quando enfrentarmos as dificuldades, em vez de nos lamentarmos, por não termos melhores condições para acudir à economia.”</p> <p>-“Os Srs. Deputados ignoram que aquilo que consideravam muito importante no passado foi agora concretizado, mas, como não foi concretizado pela sua mão, já não é relevante.”</p> <p>-“O que motivou esta ausência de posição do Partido Socialista, nesta matéria? Simplesmente o facto de, tanto quanto possível — julgo — , não se gostar de ficar associado a iniciativas que não sejam as nossas.”</p>	10
<b>Valorização da oposição</b>		0
<b>Consequências da política do governo</b>	-“Não vou discutir problemas, nem questões de fé, mas vou dizer-lhe que estou muito convencido de que o contributo que estamos a dar, nomeadamente com as propostas de leis laborais que decorrem do acordo de concertação social que foi realizado e que estão aqui, nesta Assembleia, daremos um contributo muito positivo para vencer estas dificuldades.”	1
<b>Consequências de outras políticas</b>	-“Mas, Sr. Deputado, qualquer modelo parecido com esse é gerador de pobreza sistémica insustentável.”	1
<b>Total</b>		18

**Quadro 28.** Análise da categoria “Entendimento do ambiente social” na intervenção de 17 de Fevereiro de 2012

	ENTENDIMENTO DO AMBIENTE SOCIAL	UN.
Ideia de unanimidade	-“É essa a postura deste Governo e, tenho a certeza, da grande maioria dos portugueses, que espera ver resultados positivos.” -“Ó Sr. Deputado, o que espero é que os portugueses saibam que a cada passo que atingimos os resultados a que nos propusemos temos razão para dizer aos portugueses que estamos a cumprir, e quem está a cumprir não tem de estar com falta de confiança no futuro, tem de ter esperança no futuro, como sei que a grande maioria dos portugueses tem.”	2
Necessidade de consenso social		0
Necessidade de responsabilidade política	-“É a isto que chamo honestidade política. Quando fazemos uma reforma que é importante e não somos da mesma área política, a seriedade deveria ditar que se dissesse: «Já defendemos isto várias vezes. Os senhores fizeram-no, fizeram bem!»”	1
Consequências da instabilidade política e social		0
Necessidade de espírito de sacrifício		0
Total		3

**Quadro 29.** Análise da categoria “Justificação das decisões políticas” na intervenção de 17 de Fevereiro de 2012

	JUSTIFICAÇÃO DAS DECISÕES POLÍTICAS	UN.
Situação económica do país		0
Decisões políticas anteriores	-“O que a economia mais teve ao longo dos últimos 12 anos foi crédito e liquidez e teve desemprego e não teve crescimento económico.” -“Foi por se «empurrar com a barriga» e por sermos demasiado facilitadores, ao longo dos anos, em Portugal, que conduzimos o País a esta situação.”	2
Compromissos externos	-“...é indispensável que, neste processo, o País compreenda o muito do que estamos a fazer, enquanto País, nesta fase tão difícil de execução do nosso Plano de Assistência Económica e Financeira.” -“É indispensável reafirmar esta disposição reformista numa altura em que está a decorrer, precisamente, o terceiro exame regular com o Fundo Monetário Internacional, com a Comissão Europeia e com o Banco Central Europeu.” -“Quanto à mobilidade da função pública, quero apenas recordar-lhe que a revisão e o reforço das regras de mobilidade dentro da Administração é matéria que está prevista no Memorando de Entendimento.” -“Este Governo vai cumprir aquilo que está acordado e que foi iniciado há cerca de oito meses.”	8



	<p>“Agora, na sequência de uma decisão que consta dos nossos compromissos externos procedeu-se à reprivatização do BPN.”</p> <p>“Foi uma coisa que não pudemos fazer dada a situação a que o País se viu conduzido, dada a necessidade de, à beira da bancarrota, ter de negociar empréstimos externos sob forte condicionalidade.”</p> <p>“...a operação de capitalização do BPN foi realizada de modo a incluir essa operação nas contas de 2011, tal como estava até previsto no Memorando de Entendimento.”</p> <p>“...e não podem, Sr. Deputado, até ao final do Programa de Assistência Financeira ter qualquer aumento dessa remuneração, caso, porventura, essa opção tornasse isso possível.”</p>	
<b>Opções governativas</b>		0
<b>Quadro Europeu</b>	<p>“...na Alemanha, como em muitos países parceiros europeus, há respeito e confiança no caminho que estamos a seguir. E isso é um bom incentivo para continuar.”</p>	1
<b>Factores externos</b>		0
<b>Total</b>		11

**Quadro 30.** Análise da categoria “Leitura das soluções políticas” na intervenção de 7 de Março de 2012

	<b>LEITURA DAS SOLUÇÕES POLÍTICAS</b>	<b>UN.</b>
<b>Só um caminho</b>	<p>“Quer dizer, quando tomamos por medida o nível de execução da reforma estrutural, que há de garantir um aumento potencial do Produto em Portugal...”</p> <p>“Portanto, temos boas razões para acreditar, por um lado, que estamos a ajustar a economia portuguesa a um ritmo muito superior àquele que estava estimado, sendo que mantivemos um ritmo extremamente intenso de reforma estrutural — e isso é decisivo para a forma como os mercados olharão para Portugal...”</p> <p>“O caminho que estamos a seguir, o caminho que estamos a trilhar, é o caminho correto! O caminho que estamos a trilhar é o caminho de reganhar independência fiscal e orçamental para Portugal.”</p> <p>“O Primeiro-Ministro português não vai vacilar relativamente ao cumprimento das metas que foram acordadas pelo Estado português.”</p> <p>“Sr. Deputado, não sou de me assustar com os primeiros resultados nem de vacilar com aquilo que é mais importante para o País, que é ter a certeza de que o Programa a que Portugal se comprometeu será bem-sucedido, porque isso representará, para Portugal, a possibilidade de regressar aos mercados, a uma trajetória de crescimento da economia e de criação de emprego.”</p> <p>“Mas, Sr. Deputado, os problemas dos portugueses não se resolvem com manifestações de amor e carinho, os problemas dos portugueses resolvem-se com determinação e exigência.”</p> <p>“Mas há uma coisa que quero aqui reafirmar: aos portugueses, hoje, quero dizer que vamos vencer estas dificuldades, vamos sair desta situação! E vamos fazê-lo, Sr. Deputado, porque o Governo será inabalável a cumprir o seu programa!”</p> <p>“...o que quer dizer que nós estamos no bom caminho.”</p> <p>“Mas, Sr. Deputado, é um caminho de correção e de ajustamento que era inevitável.”</p> <p>“...o Governo está empenhado, como se verificou na terceira avaliação regular do programa de assistência económica e financeira, em garantir que as metas de consolidação sejam atingidas. Não há crescimento em Portugal sem sucesso nessa consolidação.”</p>	10

<b>Abertura ao diálogo</b>	<p>- "...continuarei a ouvir o Partido Socialista com muito gosto, bem como todos os partidos e todos os portugueses."</p> <p>- "Sr. Deputado, é importante reconhecer que temos conseguido manter não apenas o diálogo mas também a estabilidade dentro da «revolução» tranquila que vimos fazendo em muitos setores."</p> <p>- "...porque eu estarei muitas vezes a falar com os portugueses, como, de resto, tem sido patente."</p>	3
<b>Desvalorização da oposição</b>	<p>- "Veja-se, Sr. Deputado, como uma situação, que é perfeitamente explicável, não é, afinal, a que implicitamente o Sr. Deputado sugeria."</p> <p>- "A sua falta de memória para a causalidade entre o que se passou e a situação que hoje estamos a viver deveria preocupar o próprio Partido Socialista, mas essa é uma matéria que, evidentemente, só lhe diz respeito."</p> <p>- "O Sr. Deputado está a iniciar um caminho de demagogia fácil que, sinceramente, não creio que seja aquele que o País espera do Partido Socialista."</p> <p>- "Portanto, não é preciso ter muita criatividade para saber que o Partido Socialista nunca estará de acordo com o caminho para lá chegar. Nunca estará de acordo! Não está, sequer, de acordo, às vezes, com alguns dos objetivos que lá estavam enunciados, como, de resto, ficou bem patente, ainda há pouco tempo, na discussão parlamentar a propósito da matéria do reordenamento administrativo em Portugal."</p> <p>- "Até em relação àquilo que levou para a negociação com a troica, o Partido Socialista, hoje, é incapaz de um pequenino laivo de coragem e determinação para dizer: «É verdade! Fomos nós que propusemos diminuir o número de autarquias em Portugal e, portanto, vamos associar-nos a esse esforço que o Governo está a fazer»."</p> <p>- "...apesar de o principal partido da oposição preferir não encarar os problemas de frente."</p> <p>- "Sr. Deputado, é a primeira vez que ouço uma afirmação desta natureza. Se a repetir, deixo aqui, desde já, de antemão, o meu firme repúdio por esse tipo de jogo político. É um jogo político que eu não faço, Sr. Deputado."</p> <p>- "Portanto, Sr. Deputado, se a sua sensibilidade social equivale à bancarrota em Portugal, ainda bem que não padeço do mesmo mal."</p>	8
<b>Valorização da oposição</b>		0
<b>Consequências da política do governo</b>		0
<b>Consequências de outras políticas</b>		0
<b>Total</b>		21

**Quadro 31.** Análise da categoria “Entendimento do ambiente social” na intervenção de 7 de Março de 2012

	ENTENDIMENTO DO AMBIENTE SOCIAL	UN.
Ideia de unanimidade	- “É isto que os portugueses esperam deste Governo!” - “...mostra como há hoje, em Portugal, alguns setores que querem conduzir, com artificialidade, a um clima de confrontação e de conflitualidade que não existe.” - “E os portugueses sabem que vão fazer esse caminho graças a um Governo determinado, que não hesita em atingir os objetivos que são relevantes para os portugueses e não para o Governo.”	3
Necessidade de consenso social		0
Necessidade de responsabilidade política		0
Consequências da instabilidade política e social		0
Necessidade de espírito de sacrifício	- “Sabemos que é um caminho difícil — não temos ilusões sobre isso — , sabemos que é um caminho de sacrifícios e de problemas sociais que não estamos a ignorar.” - “Todos terão recursos limitados, mas não deixaremos os portugueses pensarem, vez alguma, que esses sacrifícios terão sido feitos em vão.” - “Sr. <sup>a</sup> Deputada, todos os dias que soubermos que estamos a atingir os objetivos a que nos propusemos, vencendo estas dificuldades, estamos a dizer aos portugueses que esses sacrifícios têm um significado operativo: venceremos as dificuldades e poderemos, portanto, encarar o futuro com muito mais esperança e confiança do que nos últimos anos.”	3
Total		6

**Quadro 32.** Análise da categoria “Justificação das decisões políticas” na intervenção de 7 de Março de 2012

	JUSTIFICAÇÃO DAS DECISÕES POLÍTICAS	UN.
Situação económica do país		0
Decisões políticas anteriores	- “Se, porventura, estamos a viver um tempo em que as políticas de austeridade têm consequências sociais pesadas e severas não se deve ao facto, ao contrário do que o Sr. Deputado sugeriu, de eu ter qualquer preferência por austeridade, deve-se, sim, ao facto de Portugal ter acumulado desequilíbrios demasiado pesados, défices demasiado graves e dívida demasiado pesada que onera o futuro dos portugueses.” - “As políticas de austeridades são a consequência da irresponsabilidade política durante muitos anos em Portugal!”	2

<b>Compromissos externos</b>	<p>- “Trata-se de uma avaliação regular que coincidiu com praticamente oito meses de execução do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF).”</p> <p>- “Como é sabido, o Programa tem três componentes: duas, relativas à estabilização do sistema financeiro e à estabilização orçamental portuguesa, e a terceira, relativa a tudo o que é agenda de transformação estrutural.”</p> <p>- “...nestes anos em que estamos sob assistência financeira.”</p> <p>- “...previstas no Programa de Assistência Económica e Financeira...”</p> <p>- “...as previsões que existiam inicialmente, no Programa de Assistência Económica e Financeira, que foi negociado pelo Partido Socialista...”</p> <p>- “O Partido Socialista está, hoje, comprometido, como não podia deixar de ser, com o Programa de Assistência Económica e Financeira que, enquanto Governo, negociou...”</p> <p>- “Os portugueses, este ano, e durante o período de vigência do programa de assistência, terão recursos limitados.”</p>	7
<b>Opções governativas</b>		0
<b>Quadro Europeu</b>	<p>- “...correspondem, em primeiro lugar, a uma solicitação da própria Comissão Europeia...”</p> <p>- “Essa é a razão, Sr. Deputado, por que as perspetivas da Comissão Europeia para Portugal relativamente a 2012 não foram tão negativas quanto foram para outros países.”</p> <p>- “Mas a média do agravamento previsto para toda a zona euro foi muito superior...”</p>	3
<b>Factores externos</b>	- “Tal significa, Sr. Deputado, que a deterioração da previsão para Portugal esteve apenas em linha com aquela que é a deterioração externa e não com uma avaliação mais negativa sobre o quadro doméstico português....”	1
<b>Total</b>		13

**Quadro 33.** Análise da categoria “Leitura das soluções políticas” na intervenção de 30 de Março de 2012

	<b>LEITURA DAS SOLUÇÕES POLÍTICAS</b>	<b>UN.</b>
<b>Só um caminho</b>		0
<b>Abertura ao diálogo</b>	- “Finalmente, Sr. Deputado, digo-lhe que estou muito aberto e não posso deixar de mostrar satisfação pelo facto de o Sr. Deputado mostrar interesse para, em conjunto com o Governo, reequacionar todo o sistema de regulação em Portugal.”	1
<b>Desvalorização da oposição</b>	<p>- “A verdade, Sr. Deputado, é que o que acontece pela primeira vez na história é que o Partido Socialista está cada vez mais distante do consenso europeu do que alguma vez aconteceu até aqui.”</p> <p>- “Diz o Sr. Deputado, agora, a propósito desta matéria, que a lei dos compromissos é uma má lei. Discordo, Sr. Deputado, esta lei dos compromissos era uma lei indispensável.”</p> <p>- “Cada vez que fala sobre a Europa, o Sr. Deputado traz-nos uma visão demasiado ideológica sobre a mesma.”</p> <p>- “Quanto aos contratos plurianuais, que o Sr. Deputado diz ficarem inviabilizados pela lei dos compromissos, as propostas que o PS apresentou sobre esta lei iam justamente nesse sentido, e por isso não podem ser acolhidos...”</p> <p>- “O Partido Socialista não pode, por um lado, dizer que tem uma visão alternativa à lei dos compromissos e, por outro lado, apresentar propostas que, na prática, a sabotam.”</p> <p>- “Portanto, Sr. Deputado, o cenário que aqui traçou não é aquele com que estamos a trabalhar.”</p> <p>- “Não concordo, mas percebo. O Partido Comunista mostrou-se sempre contra a necessidade de Portugal recorrer a ajuda externa, mostrou-se contra a necessidade de respeitar esses compromissos, considerando-os mesmo, em certa parte, ilegítimos.”</p>	13

	<p>-"Sr. Deputado, pode fazer algum jeito à sua narrativa colocar a questão nesses termos, mas não é verdade."</p> <p>-"Não é assim, Sr. Deputado! É ao contrário, mesmo que isso não seja muito conveniente para a sua pergunta."</p> <p>-"Se ao Sr. Deputado não lhe convém reconhecer as medidas adotadas, está no seu direito, mas não devolva, se fizer favor, a acusação de que estamos a mentir quando estou, justamente, a citar os resultados incluídos no Orçamento do Estado."</p> <p>-"A pior coisa que uma sociedade pode fazer é criar uma visão utópica do que é a realidade e vender discursos de ficção aos seus cidadãos."</p> <p>-"A narrativa que a Sr.<sup>a</sup> Deputada tem feito, o Partido Comunista Português tem feito, o Bloco de Esquerda tem feito e, pasme-se, até o Partido Socialista tem feito, é esta: a recessão só atrai recessão e, portanto, as medidas de austeridade provocarão recessão, que provocará mais medidas de austeridade, e o País vai afundar-se na recessão. Mas não vai!"</p> <p>-"Nesse sentido, ao contrário nomeadamente do que diz do Partido Socialista, não devemos facilitar..."</p>	
<b>Valorização da oposição</b>	-"Iremos fazê-lo, seguramente, nos termos que, de um modo geral, a oposição corretamente propõe, que é no Parlamento."	1
<b>Consequências da política do governo</b>		0
<b>Consequências de outras políticas</b>	-"Se vacilarmos, se nos pusermos com uma conversa de facilidade, de flexibilizar, de atender às condições, então, nesse dia, tudo pode ter o comportamento de uma represa, que, com excesso de facilidade, acaba por desabar e por derramar toda a concentração de um capital de credibilidade e de esperança para os portugueses e para os agentes económicos que foi sendo continuamente adquirido."	1
<b>Total</b>		16

**Quadro 34.** Análise da categoria "Entendimento do ambiente social" na intervenção de 30 de Março de 2012

	<b>ENTENDIMENTO DO AMBIENTE SOCIAL</b>	<b>UN.</b>
<b>Ideia de unanimidade</b>	<p>-"Aquilo que se passa, e é conhecido de todo o País..."</p> <p>-"Sr. Deputado, o País sabe disso. O País, de resto, sempre soube disso, mesmo antes das últimas eleições e, portanto, a posição do Partido Comunista é muito coerente mas não é a nossa, Sr. Deputado, nem é a da esmagadora maioria do País, a qual quer ver este acordo cumprido e restaurada a credibilidade externa do País, a sua credibilidade orçamental e a sua autonomia fiscal. É isto que o País quer!"</p> <p>-"O País sabe que o Governo segue uma linha muito clara de reconhecimento da realidade."</p>	3
<b>Necessidade de consenso social</b>		0
<b>Necessidade de responsabilidade política</b>		0
<b>Consequências da instabilidade política e social</b>		0

<b>Necessidade de espírito de sacrifício</b>	<p>-“ ...isso não interessa a ninguém em Portugal, e muito menos ao País, que está a lutar, com muitos sacrifícios, para sair da crise em que nos encontramos. Não é o Governo que está a fazer este combate, são os portugueses.”</p> <p>-“Mas, Sr. Deputado, se é importante transmitir ao País uma mensagem de exigência, de que as coisas não estão adquiridas, de que precisamos todos de trabalhar mais e melhor...”</p> <p>-“E isso é um estímulo para dizer aos portugueses que os sacrifícios não só vão valer a pena no futuro como já estão a valer a pena no presente.”</p>	3
<b>Total</b>		6

**Quadro 35.** Análise da categoria “Justificação das decisões políticas” na intervenção de 30 de Março de 2012

	<b>JUSTIFICAÇÃO DAS DECISÕES POLÍTICAS</b>	<b>UN.</b>
<b>Situação económica do país</b>		
<b>Decisões políticas anteriores</b>	<p>-“O facto de o Sr. Deputado prestar mais atenção às queixas que ouve do que à importância de aplicar a lei deve-se ao facto de continuar a exibir uma característica que foi muito nociva no passado e que permitiu, justamente, que as dívidas se voltassem a acumular: é a forma como, com grande facilidade, se pretende encontrar sempre escapatórias para que tudo fique na mesma.”</p> <p>-“Sr. Deputado, o que este Governo não quer fazer é o que outros governos fizeram, ou seja, despende somas fabulosas para regularizar dívida do Estado, não acautelando que essa dívida não voltasse a acumular-se por parte das instituições públicas.”</p> <p>-“Não queremos, portanto, ser tão indisciplinados quanto o foram outros governos, no passado.”</p> <p>-“É que, Sr.<sup>a</sup> Deputada, o que destrói a economia não é a necessidade que temos de corrigir os desequilíbrios; o que destrói a nossa economia são os desequilíbrios que acumulámos.”</p> <p>-“Temos de mostrar não só para fora do País, mas para todos os portugueses, que não conviveremos com a tradição antiga de indisciplina do Estado, do Estado que não é pessoa de bem, que não cumpre as suas obrigações, que provoca custos adicionais na economia, porque não paga aos seus fornecedores a tempo.”</p>	5
<b>Compromissos externos</b>	<p>“O Governo afirmou reiteradamente a importância de todo o processo de consolidação orçamental para o sucesso do nosso Programa de Assistência Económica e Financeira e para a recuperação da economia nacional.”</p> <p>-“ ...é que o compromisso que fizemos com a troika no sentido de poder executar este programa...”</p> <p>-“Por essa razão, quando fizemos o terceiro reexame regular com a troika, tivemos oportunidade de atualizar essas previsões, e elas constarão justamente do Orçamento rectificativo que será apresentado a este Parlamento na próxima semana.”</p> <p>-“O código laboral não é a única peça relevante para a competitividade das empresas, mas é uma peça relevante, de resto, está inscrita enquanto tal no objetivo do Programa de Assistência Económica e Financeira que foi negociado pelo anterior governo e está a ser implementada nos termos do que ficou acordado com os parceiros sociais.”</p> <p>-“...nas novas regras a incluir no código laboral não há nenhuma que seja mais gravosa do que aquela que estava prevista no Programa de Assistência Económica e Financeira, no Memorando de Entendimento.”</p> <p>-“...percebo que não respeite nem veja interesse em que o Estado respeite os seus compromissos externos, nomeadamente no âmbito do acordo que obteve com a União Europeia e com o Fundo Monetário Internacional.”</p> <p>-“Era uma matéria que estava prevista no Programa de Assistência Económica e Financeira e que nós materializámos.”</p>	7

<b>Opções governativas</b>		0
<b>Quadro Europeu</b>	<p>-“Finalmente, não quero ignorar que foi muito importante a política que o Banco Central Europeu decidiu, desde final do ano passado, em matéria de oferta monetária.”</p> <p>-“Mas, Sr. Deputado, há uma coisa que sabemos, porque a Comissão Europeia já o afirmou...”</p> <p>-“E a Comissão Europeia decidiu que, neste caso, a forma que o Governo tinha encontrado para fazer a reprivatização era aquela que melhor defendia os interesses dos contribuintes.”</p>	3
<b>Factores externos</b>	-“ ...porque existe uma degradação das condições externas, envolventes á economia, que não permitirão que o comportamento das nossas exportações possa ser tão positivo quanto desejaríamos no ano passado.”	1
<b>Total</b>		16

**Quadro 36.** Análise da categoria “Leitura das soluções políticas” na intervenção de 13 de Abril de 2012

	<b>LEITURA DAS SOLUÇÕES POLÍTICAS</b>	<b>UN.</b>
<b>Só um caminho</b>	<p>-“As medidas que temos vindo a adotar são, no entanto, necessárias à recuperação da confiança de Portugal nos mercados externos — estou convencido disso, Sr.<sup>a</sup> Deputada — , bem como são condição de transformação da sociedade portuguesa, o que lhe permitirá resgatar a sua autonomia e poder evoluir, no futuro, de acordo com pressupostos de crescimento e de emprego mais consentâneos com as legítimas expectativas dos portugueses.”</p> <p>-“E o nosso ponto político, Sr.<sup>a</sup> Deputada, é o de que estamos no caminho certo para resgatar Portugal.”</p> <p>-“O que o País sabe da boca do seu Primeiro-Ministro, antes até de ter sabido pela voz de qualquer outro membro do Governo, é que esta medida era necessária e, portanto, tinha de ser adotada.”</p>	3
<b>Abertura ao diálogo</b>		0
<b>Desvalorização da oposição</b>	<p>-“Não retribuo no tom que os Srs. Deputados entendem utilizar nestes debates para fazer passar esse tipo de mensagem, mas digo-lhe, Sr.<sup>a</sup> Deputada, que não é preciso utilizar palavras tão fortes para fazer um ponto político.”</p> <p>-“Julgo que quem tem aqui necessidade de fazer, de uma forma que considero demagógica mas respeitável, a reincidência do seu discursos sobre o pacto de agressão e as dificuldades dos portugueses é o Sr. Deputado e, portanto, utilizará o seu tempo como entender.”</p> <p>-“Mas, porque o Sr. Deputado fez referência à questão dos combustíveis e porque essa questão ainda não foi suscitada directamente, já agora, deixe -me aproveitar este debate para «picar» uma outra questão, que os Srs. Deputados utilizam para colorir as intervenções, para tentar responder ao País.”</p> <p>-“Portanto, ao contrário do que às vezes outros Srs. Deputados têm suscitado, o Governo não vive num mundo irreal, vive no mundo da realidade.”</p> <p>-“Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, gostou, evidentemente, da citação que fez e, portanto, quis repeti-la, mesmo que ela não se adapte àquilo que imaginou que se poderia adaptar, Sr. Deputado.”</p> <p>-“E isto desfaz a sua crítica, Sr. Deputado...”</p> <p>-“A forma mais fácil de fazer demagogia é perguntar para obter respostas que têm de ser, necessariamente, incertas, na medida em que dependem de variáveis que não estão na nossa mão.”</p>	7

Valorização da oposição		0
Consequências da política do governo		0
Consequências de outras políticas	- “ Porque, se o Governo impusesse, como alguns partidos têm sugerido, um preço máximo que o mercado não reconhecesse, teriam de ser os impostos dos contribuintes a cobrir a diferença.”	1
Total		11

**Quadro 37.** Análise da categoria “Entendimento do ambiente social” na intervenção de 13 de Abril de 2012

	ENTENDIMENTO DO AMBIENTE SOCIAL	UN.
Ideia de unanimidade	-“As pessoas, de um modo geral, em Portugal, sabem bem qual é o peso e a severidade de muitas das medidas que adotámos — já o disse aqui, na Câmara, várias vezes, e o Governo também tem consciência disso.” -“Isso está de acordo com o que os portugueses esperam do Governo.” -“Isso significa (...) que os portugueses saberão que as medidas que o Governo está a implementar, sempre que evocamos a credibilidade externa e dos mercados, não são a pensar nos mercados, mas a pensar nos portugueses, que precisam dessa confiança para podermos voltar a crescer e a ter emprego.” -“Nós não só temos muita confiança no caminho que temos vindo a trilhar, como a cada dia que passa constato que a comunidade de confiança que se tem gerado em torno de Portugal, fora de Portugal, é, hoje, um ativo importante no mundo de incertezas em que o nosso País e a Europa se movem.” -“É uma nova teoria económica, Sr. Deputado, mas não creio que inspire grande confiança aos portugueses.”	5
Necessidade de consenso social		0
Necessidade de responsabilidade política		0
Consequências da instabilidade política e social		0
Necessidade de espírito de sacrifício		0
Total		5



**Quadro 38.** Análise da categoria “Justificação das decisões políticas” na intervenção de 13 de Abril de 2012

	<b>JUSTIFICAÇÃO DAS DECISÕES POLÍTICAS</b>	<b>UN.</b>
<b>Situação económica do país</b>		0
<b>Decisões políticas anteriores</b>	<p>“O Sr. Deputado deve estar a fazer confusão: não foi este Governo que congelou pensões! Houve um governo que congelou pensões, mas não foi este, Sr. Deputado! Nós descongelámos as pensões mínimas!”</p> <p>“...o que significa, Sr. Deputado, que boa parte daquilo que o governo de então pretendia resolver piorou! Quer dizer, o resultado foi contraditório! E sabe, Sr. Deputado, nós não aprendemos só com os nossos erros, aprendemos também com os erros dos outros!”</p> <p>“...como outros já fizeram no passado, para viverem num mundo artificial em que era a realidade que se tinha de moldar à sua visão.”</p>	3
<b>Compromissos externos</b>	<p>“...espero que um Governo que se mantém comprometido com todas as metas que constam do seu Programa e do Programa de Assistência Económica e Financeira seja, ao contrário do que a Sr.<sup>a</sup> Deputada sugere, um Governo que gere confiança.”</p> <p>“A reposição dos subsídios de Natal e de férias será feita após o período de vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira e de forma gradual, em condições que são nesta altura impossíveis de antecipar.”</p> <p>“...a uma preocupação de qualquer dos partidos que apoia este Governo na campanha eleitoral que foi travada há um ano, que está espelhado no programa do próprio Governo e que não corresponde apenas a uma medida que esteja no Programa de Ajustamento Económico e Social que está a ser implementado por este Governo, depois de ter sido negociado pelo Governo anterior.”</p> <p>“...a suspensão destes subsídios far-se-á pelo período em que vigora o Programa de Assistência Económica e Financeira e a sua reposição, que acontecerá por imperativo constitucional, será feita de forma gradual.”</p> <p>“...só que, agora, estamos sob assistência financeira e, antes, não estávamos sob assistência financeira.”</p> <p>“Há uma explicação para isso: setembro de 2013 corresponde à data de vencimento de maturidade de uma linha d obrigações do tesouro que ocorre pela primeira vez fora do período de garantia, ou seja, fora do período em que o Fundo Monetário Internacional e a União Europeia garantem transferências financeiras para Portugal.”</p>	6
<b>Opções governativas</b>		0
<b>Quadro Europeu</b>		0
<b>Factores externos</b>	<p>“... Não significa, portanto, uma data em absoluto para que Portugal regresse aos mercados. Significa que nessa data precisamos de ter previamente confiança dos mercados para, sem ajuda adicional, poder cumprir as nossas obrigações.”</p> <p>“o processo que estamos a desenvolver, que nos permitirá reconquistar confiança nos mercados e, portanto, garantir que o Estado pode fazer emissões bem sucedidas, a longo prazo, em mercado.”</p>	2
<b>Total</b>		11

**Quadro 39.** Análise da categoria “Leitura das soluções políticas” na intervenção de 27 de Abril de 2012

	LEITURA DAS SOLUÇÕES POLÍTICAS	UN.
Só um caminho	<p>-“Tenho enfatizado que, se não escolhermos a crise em que vivemos, podemos escolher os termos em que a venceremos e em que restauraremos a nossa economia, a nossa autonomia e a nossa liberdade. É disso que estamos a tratar quando implementamos um ambicioso programa de transformação estrutural na sociedade portuguesa.”</p> <p>-“Sr. Deputado, o que estamos a fazer é a recuperar o País!”</p> <p>-“Temos de viver com o dinheiro que pedimos emprestado e, se dentro desse período, conseguirmos viver com esse dinheiro, aqueles que, no exterior, canalizam as suas poupanças para Portugal, pensando que as poderão reaver no futuro, talvez acreditem mais em Portugal e nos ajudem a financiar mais a economia portuguesa, se acreditarem que a dívida que vamos gerar será paga com o crescimento que essa dívida ocasionar. Mas para isso é preciso ter verdadeiras reformas em Portugal.”</p> <p>-“Mas as medidas que estamos a adotar, de contenção financeira, são exatamente as necessárias para atingir as metas que ficaram acordadas.”</p> <p>-“Sr. Deputado António José Seguro, este Governo irá cumprir todos os objetivos com que o governo do seu partido se comprometeu. Nós iremos atingir todos esses objetivos.”</p> <p>-“Portanto, Sr.a Deputada, o Governo tem estado atento e, dentro do quadro das dificuldades em que vivemos, tem estado a responder positivamente a essa situação.”</p> <p>-“Por isso, quando o Governo insiste em que manterá as metas que estavam traçadas, sabe bem as políticas que deve prosseguir para que essas metas sejam atingidas.”</p>	7
Abertura ao diálogo		0
Desvalorização da oposição	<p>-“O Sr. Deputado não ganha, nem para si nem para o Partido Socialista, qualquer credibilidade na opinião pública, quando se dirige ao Governo nos termos em que acaba de o fazer.”</p> <p>-“É que, lamentavelmente, quando o Governo quer falar do futuro, não do passado mas do futuro, e do que está a fazer pela economia portuguesa, nomeadamente na justiça, o Partido Socialista nada tem a dizer. Isto é que é lamentável neste debate, Sr. Deputado.”</p> <p>-“Que não haja no Parlamento quem a queira discutir nestes termos importantes já é muito revelador do enviesamento que certas forças políticas têm do debate democrático em Portugal!”</p> <p>-“...todas essas superstições tiveram ontem, da parte do Governo, a resposta adequada. Superstições, Srs. Deputados! Superstições, sim, porque existe hoje, manifestamente, na sociedade portuguesa um conjunto variado de agentes políticos que se comprazem com as desgraças e estão a ver quando a desgraça pode ser um bocadinho maior para poder apontar um insucesso ao Governo.”</p> <p>-“Aproveito, portanto, a sua pergunta, Sr. Deputado — penso que não me leva a mal — , para dizer à Sr.<sup>a</sup> Deputada Heloísa Apolónia que o realismo em política faz muito falta. Muita falta, Sr.<sup>a</sup> Deputada! Fazer discursos inflamados a falar das necessidades e dos problemas e não atender à realidade em que vivemos, Sr.<sup>a</sup> Deputada, é muito fácil, mas não convence.”</p> <p>- “Já toda a gente percebeu, menos aqueles que gostam de por um disco riscado a tocar, para que os portugueses pudessem ouvir, que não instituiu este Governo metas mais austeras nem mais severas do que aquelas que constam do Memorando de Entendimento.”</p> <p>“Sr. Deputado, estas são notícias bem mais interessantes para o crescimento da economia do que aquelas que nos prometia.”</p> <p>- “Mas, Sr. Deputado, que, ao cabo de todo este tempo, o Partido Socialista e o Secretário-Geral do Partido Socialista nada tenham a dizer sobre a justiça é muito elucidativo da forma como o Partido Socialista olha para o futuro.”</p> <p>-“Ao contrário do que o Sr. Deputado Francisco Louça aqui «atirou» no debate, o Governo não vive de uma política de anúncios, antes tem vivido uma ação de realização.”</p>	10

	-“Ora, Sr. Deputado, no momento em que estamos, não vale a pena haver desculpas esfarrapadas de que o Governo está a matar a economia porque não a financia mais. É uma mentira, Sr. Deputado!”	
<b>Valorização da oposição</b>		0
<b>Consequências da política do governo</b>	-“O importante é ir ao fundo dos problemas e, dentro do tempo que nos destinámos para promover essa agenda de transformação que sustentará novamente o crescimento do emprego e da nossa economia, reformar profundamente as estruturas que mais têm contribuído para que esse crescimento não se efetive.” -“Estamos interessados em sublinhar esses bons resultados, eles são importantes porque permitem aos portugueses, e fora de Portugal, constatar que o caminho que foi traçado e está a ser seguido está a produzir os resultados que eram esperados.”	2
<b>Consequências de outras políticas</b>		0
<b>Total</b>		19

**Quadro 40.** Análise da categoria “Entendimento do ambiente social” na intervenção de 27 de Abril de 2012

	<b>ENTENDIMENTO DO AMBIENTE SOCIAL</b>	<b>UN.</b>
<b>Ideia de unanimidade</b>	-“E sabe o Sr. Deputado porquê, tal como o sabe o País inteiro...”	1
<b>Necessidade de consenso social</b>	-“E acredito, Sr. Deputado, que seremos capazes de fazer uma boa execução desse acordo, que não é importante apenas para a imagem externa do País mas também para que as reformas em Portugal se possam fazer em diálogo com os parceiros sociais — evidentemente, com aqueles que querem dialogar — e de forma a incorporar, fazendo concessões que são próprias de um processo negocial, várias das suas iniciativas e propostas naquelas que o Governo vier a apresentar.” -“...era essencial, para que houvesse um bom diálogo e articulação na execução do acordo entre o Governo e os parceiros sociais, que estes pudessem indicar prioritariamente não só os temas como os seus representantes mais diretos para interagirem com o Governo na preparação e na finalização das iniciativas que estão previstas no acordo.”	2
<b>Necessidade de responsabilidade política</b>		0
<b>Consequências da instabilidade política e social</b>		0
<b>Necessidade de espírito de sacrifício</b>	-“As soluções que, portanto, temos de encontrar para os nossos problemas não são soluções de facilidade.”	1
<b>Total</b>		4

**Quadro 41.** Análise da categoria “Justificação das decisões políticas” na intervenção de 27 de Abril de 2012

	<b>JUSTIFICAÇÃO DAS DECISÕES POLÍTICAS</b>	<b>UN.</b>
<b>Situação económica do país</b>	<p>–“Nós estamos hoje a viver uma das situações mais desafiantes de que a generalidade dos portugueses tem memória. Não existe, no nosso passado democrático, nenhuma situação que se lhe possa equivaler.”</p> <p>–“Já tivemos, no nosso passado democrático, por duas vezes, necessidade de recorrer à ajuda externa para evitar rotura de pagamentos e, portanto, para evitar o caos social e a quebra da coesão social. Dessas duas vezes, as intervenções feitas operaram-se num regime inteiramente diferente daquele que hoje vivemos, com instrumentos de política económica de que hoje não dispomos.”</p> <p>–“A situação que hoje vivemos não tem, portanto, paralelo, porque sabemos que para vencer esta situação não basta desvalorizar a moeda e esperar que no ano a seguir a economia artificialmente recupere a sua competitividade. Hoje sabemos que a recuperação da competitividade tem de ser levada a sério, o que demora tempo e custa a fazer, sobretudo porque tem de ser feito em tempo de restrição.”</p>	3
<b>Decisões políticas anteriores</b>	<p>–“Sr. Deputado, devemos exigir respostas, de resto ao nível das que o Governo tem vindo a encontrar. Porém, o esquecimento das situações que nos convidam, hoje, a fazer essa renegociação pode ser muito oportuno, mas não é desculpável.”</p> <p>–“Se este Governo está a cumprir um programa importante de transformação da sociedade portuguesa e também de correção das contas públicas, é porque muitos anos de políticas erradas nos conduziram até aqui.”</p> <p>–“O Sr. Deputado deve saber que, quando fala do passado sobre o Primeiro-Ministro, o Primeiro-Ministro tem mais do que legitimidade para lhe recordar a razão por que as coisas são feitas em Portugal.”</p> <p>–“Sr. Deputado, hoje, o que está a passar-se em Portugal é uma grande oportunidade de deitarmos para trás das costas, e enterrarmos, vícios e políticas erradas que nos conduziram a uma situação de quase bancarrota.”</p> <p>–“Portanto, Sr. Deputado, o quadro que se abriu é justamente para evitar as situações que, no passado, conduziram a que as empresas e os trabalhadores se vissem em maiores dificuldades, por exigência dos créditos de que aquelas eram devedoras.”</p> <p>–“Sabemos que a contração da economia e as políticas de austeridade são um preço elevado que estamos a pagar hoje pelos erros do passado.”</p> <p>–“A competitividade da economia portuguesa foi restaurada em relativamente pouco tempo, embora hoje saibamos bem quais os verdadeiros custos de restaurar a competitividade da economia desvalorizando a moeda, aumentando o valor das importações e, dessa maneira, não promovendo a competitividade verdadeira das nossas empresas.”</p> <p>–“Durante demasiados anos, ouvimos falar de reformas estruturais em Portugal, durante muitos anos houve quem dissesse, em Portugal, que se essas reformas estruturais não fossem de facto atendidas, um dia, iríamos bater na parede. Apesar dessa insistência, durante muitos anos, ignorámos estes alertas...”</p> <p>–“Nós estamos interessados em não repetir as más lições do passado. Uma má lição do passado muito importante: para fazer crescer a economia, temos de gastar mais dinheiro, custe o que custar. É uma receita errada.”</p> <p>–“. Nós, em Portugal, nos últimos anos, gastámos o que tínhamos e o que não tínhamos e a economia não cresceu e o desemprego aumentou. A solução para esta crise, portanto, não é gastar mais dinheiro de qualquer maneira.”</p>	10
<b>Compromissos externos</b>	<p>–“Sabemos que, dos três pilares do nosso processo de ajustamento, do plano de assistência económica e financeira, dois deles incidem sobre a estabilização financeira e sobre as contas públicas, mas, como é evidente, já o aqui referi mais do que uma vez, toda a estratégia de retorno ao crescimento da nossa economia e de criação de emprego em Portugal passa indiscutivelmente pelo sucesso da agenda de transformação estrutural da economia portuguesa e da sociedade portuguesa.”</p> <p>–“Era um compromisso do Governo, inscrito no seu Programa do Governo, e é também um compromisso resultante do Memorando de Entendimento”</p> <p>–“...a avaliação que está a decorrer, para quem está, com certeza, também muito esquecido, Sr. Deputado, consta das medidas do Memorando, e vai ser realizada.”</p> <p>–“Ninguém quer ir além da troica na austeridade. O que queremos é ir além da troica na transformação estrutural da economia portuguesa.”</p> <p>–“O Governo português, estando sob assistência financeira...”</p>	5

<b>Opções governativas</b>	-“E somos tão mais ambiciosos que até estamos a preparar, como já foi revelado, uma das maiores mudanças no âmbito do licenciamento — que já foi feita — , que é ambiciosa, portanto, e que não estava prevista no Memorando de Entendimento. Essa iniciativa importante, que está a ser preparada e que será debatida com os parceiros sociais, visará tornar o Estado mais ágil, de menos obstáculo ao crescimento e ao desenvolvimento.”	1
<b>Quadro Europeu</b>		0
<b>Factores externos</b>		0
<b>Total</b>		19

**Quadro 42.** Análise da categoria “Leitura das soluções políticas” na intervenção de 11 de Maio de 2012

	<b>LEITURA DAS SOLUÇÕES POLÍTICAS</b>	<b>UN.</b>
<b>Só um caminho</b>	<p>-“Sr. Deputado, o Governo não tem nem mais nem menos austeridade, que é como quem diz controlo das finanças públicas e assunção de medidas que garantam o equilíbrio do Orçamento nos termos que estão previstos, senão na medida em que isso é necessário para atingir as metas que estão fixadas no nosso Programa de Assistência Económica e Financeira.”</p> <p>-“E quero dizer-lhe que, no final deste ano, verificaremos que o Governo não defendeu mais austeridade do que a necessária para atingir esses objetivos, os quais, de resto, mereceram a concordância do Partido Socialista, do PSD e do CDS-PP.”</p> <p>-“O Sr. Deputado questionou-me sobre a agenda de transformação estrutural. Esse terceiro pilar do nosso Memorando de Entendimento é essencial para que Portugal consiga voltar a crescer.”</p> <p>-“Se não transformarmos a natureza e as estruturas da economia, estaremos condenados à pobreza, porque o Estado não terá outro remédio senão expandir a sua despesa até ao dia em que nem os contribuintes nem os seus credores externos o consintam mais.”</p> <p>-“E o princípio que rege este Governo em matéria de austeridade é este, Sr. Deputado: garantir que os objetivos que foram traçados na assistência internacional serão alcançados para permitir que o prestígio do País seja recuperado e que, para esse efeito, a consequência natural seja a de que os portugueses possam mais livremente decidir sobre o seu futuro.”</p> <p>-“Não estamos a impor aos portugueses mais sacrifícios do que seria necessário.”</p> <p>-“É verdade que Portugal atingiu um nível insuportável de carga fiscal e esta é a razão por que o Sr. Ministro das Finanças ainda há dois dias disse aqui, no Parlamento, que temos necessidade absoluta de cumprir estes nossos objetivos, sem os quais não conseguiremos garantir o alívio fiscal e o aumento das previsões do crescimento da economia portuguesa.”</p>	7
<b>Abertura ao diálogo</b>	-“O Governo tem mantido uma colaboração com esta Casa muito bem assinalada pela forma como os membros do Governo, o próprio Governo, têm estado associados a toda a comunicação de informação, debate e questionamento de todos os Srs. Deputados, como é de resto próprio de um sistema democrático.”	1
<b>Desvalorização da oposição</b>	<p>-“E quando aqui quisemos falar, precisamente há duas semanas, de uma das reformas importantes para garantir esse crescimento, que é a reforma da justiça, o Sr. Deputado nada disse, nada acrescentou.”</p> <p>-“Quero também dizer-lhe, Sr. Deputado, que essa sua fixação na ideia de que o Governo, em 2011 e 2012, está a levar longe demais a consolidação orçamental não tem razão de ser.”</p> <p>-“...o Sr. Deputado fala em mais um ano para atingir as metas, mas quero reafirmar ao Sr. Deputado que o Governo português não imporá esse sacrifício aos portugueses.”</p>	8

	<p>-“É isto que o líder do Partido Socialista acha que era o bom caminho que estava a ser seguido no ano passado. Mas não era!”</p> <p>-“A pergunta que fiz ao Secretário-Geral do Partido Socialista era muito precisa, e ele não respondeu, porque, evidentemente, é mais fácil insinuar a facilidade da solução do que sustentar a solução.”</p> <p>-“Evidentemente, precisamos de reequilibrar este balanceamento, mas, Sr. Deputado, recorrer à imagem da escravatura para fazer a exemplificação do processo que está a decorrer ou em Portugal ou na Europa é de tal forma despropositado que penso não precisar de acrescentar mais nada à evocação da sua própria imagem para que os portugueses percebam como não tem razão na sua crítica.”</p> <p>-“Ao contrário do que foi aqui suscitado pelo Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, nós não podemos garantir, daqui a dois ou três anos, o teto nominal da despesa, nem da receita que vai ser gerada.”</p> <p>-“Sr. Deputado, não sei por que insiste em dizer que as previsões do Governo não são o que são.”</p>	
<b>Valorização da oposição</b>	<p>-“...acompanho-o quando diz que o Banco Europeu de Investimento (BEI) tem um papel a desempenhar na agenda de crescimento europeu. Isso já foi de resto assinalado nas conclusões do último Conselho Europeu.”</p> <p>-“Sr. Deputado, há uma coisa em que estamos inteiramente de acordo, porque também é matéria de facto: estamos com a maior carga fiscal de que há memória em Portugal.”</p>	2
<b>Consequências da política do governo</b>		0
<b>Consequências de outras políticas</b>	<p>-“...Sr. Deputado, porque mais um ano para atingir metas significa mais um ano de financiamento. O Sr. Deputado está disponível para pedir mais dinheiro para Portugal durante esse ano, em que, fora dos mercados, o País não tem financiamento assegurado?”</p> <p>-“Se Portugal pedisse mais um ano, teria de pedir mais dinheiro, porque não tem acesso aos mercados.”</p> <p>-“O problema está em que não teríamos dinheiro para viver durante esse ano. A única maneira de viver mais um ano fora do mercado é pedir mais dinheiro, e mais dinheiro é mais dívida e mais juros por essa dívida.”</p>	2
<b>Total</b>		20

**Quadro 43.** Análise da categoria “Entendimento das soluções políticas” na intervenção de 11 de Maio de 2012

	<b>ENTENDIMENTO DO AMBIENTE SOCIAL</b>	<b>UN.</b>
<b>Ideia de unanimidade</b>	<p>-“O Sr. Deputado sabe que não é essa a opinião da esmagadora maioria dos portugueses, e não é assim.”</p> <p>-“Tenho a certeza de que isto será também um motivo de inspiração e de alento para os portugueses, ou seja, perceberem que os sacrifícios são mesmo distribuídos por todos.”</p> <p>-“Não há nenhum português que esteja à espera que o Primeiro-Ministro venha garantir qual o valor da receita e o valor da despesa daqui a dois ou três anos.”</p>	3
<b>Necessidade de consenso social</b>	<p>-“Este Governo, ao contrário do que é sugerido, tem tido até uma grande resiliência e demonstrado um grande afincamento na possibilidade de atingir acordos sociais, pelo que, da educação à saúde, passando pela própria segurança social, temos manifestado não apenas disponibilidade, mas também resultados, porque temos obtido acordos importantes e temos vindo a praticá-los.”</p> <p>-“Temos vindo a negociar essa flexibilidade, e de tal maneira negociámos essa flexibilidade, Sr. Deputado, que até temos um acordo social em torno desses objetivos.”</p>	2

<b>Necessidade de responsabilidade política</b>	-“Sr. Deputado, convidava-o a associar-se mais a este esforço, que todos estamos a realizar, de fazer uma reforma estrutural na sociedade portuguesa que garanta o crescimento e o emprego.” -“Era importante que o Partido Socialista acreditasse nessa agenda. Não é uma questão ideológica, é uma questão pragmática!”	2
<b>Consequências da instabilidade política e social</b>		0
<b>Necessidade de espírito de sacrifício</b>		0
<b>Total</b>		7

**Quadro 44.** Análise da categoria “Justificação das decisões políticas” na intervenção de 11 de Maio de 2012

	<b>JUSTIFICAÇÃO DAS DECISÕES POLÍTICAS</b>	<b>UN.</b>
<b>Situação económica do país</b>		0
<b>Decisões políticas anteriores</b>		0
<b>Compromissos externos</b>	- “...o Sr. Deputado teve ocasião de ouvir da própria troica, que a troica só autorizou essas medidas one-off, isto é, excecionais e que não se podem repetir, porque entendeu que o Governo tinha tomado, desde logo, todas as medidas que eram necessárias para controlar a situação de descontrolo orçamental que estava a correr naquele ano.” -“Sr. Deputado, a ideia de que precisamos de ter as nossas finanças em ordem para voltar a crescer é partilhada por praticamente toda a gente na Europa, no Fundo Monetário Internacional, na Comissão Europeia e no BCE.” -“Assim, se não vamos ter mais medidas do lado da carga fiscal, além daquelas que já estão previstas no Memorando de Entendimento...” -“Eu anunciei aqui que não haverá aumento da carga fiscal, além daquela que está prevista no nosso Memorando de Entendimento.”	3
<b>Opções governativas</b>		0
<b>Quadro Europeu</b>	- “...a Cimeira que foi realizada entre os governos de Portugal e de Espanha, no Porto, no final desta semana, foi importante porque retomou um contacto ao mais alto nível entre os governos dos dois países que não se realizava há três anos...” -“Quanto ao mais, julgo que é conhecido o conjunto dos protocolos e dos acordos que foram celebrados entre os dois países e que têm, evidentemente, relevância, na medida em que respeitam a matérias do nosso dia-a-dia.” -“Não encontro explicação para a forma como a Comissão Europeia e, em especial, a Direção-Geral da Concorrência têm demorado a dar «luz verde» àquilo que está mais do que consensualizado.” -“...a situação de previsível ingovernabilidade na Grécia, que hoje domina a maior parte dos analistas, não é vantajosa para os gregos, não é, evidentemente, uma boa notícia para os europeus e, dentro dos europeus, nos países que apresentam maiores vulnerabilidades, é uma péssima notícia.”	4

<b>Factores externos</b>		0
<b>Total</b>		7

**Quadro 45.** Análise da categoria “Leitura das soluções políticas” na intervenção de 31 de Maio de 2012

	<b>LEITURA DAS SOLUÇÕES POLÍTICAS</b>	<b>UN.</b>
<b>Só um caminho</b>		0
<b>Abertura ao diálogo</b>	<p>“...bem como a necessidade de explicitar bem o debate que deve ser feito em torno dos serviços de informação, é razão de Estado suficiente para que o Primeiro-Ministro, que tem a responsabilidade última de todo este edifício do Sistema de Informações, o traga a discussão aberta e de Estado, como disse, na Assembleia da República.”</p>	1
<b>Desvalorização da oposição</b>	<p>“Espero, Sr. Deputado, que isso não seja uma vaga interpretação sua do que anda pelos jornais, mas não junte, se fizer favor, as vagas suspeitas que andam por aí no «diz-se, diz-se», não as legitime, evocando-as aqui, em sede parlamentar, porque não há nebulosa nenhuma, Sr. Deputado.”</p> <p>“Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, discordo da sua afirmação de que é o poder económico que manda nos serviços de informação. Sr. Deputado, o senhor fala, julgo eu, com pouca propriedade nesta matéria. Gostaria que o Sr. Deputado pudesse apresentar alguma evidência daquilo que diz.”</p> <p>“...não se pode dizer, como o Sr. Deputado disse, que são os serviços de informação e o Sistema de Informações que põem em causa a segurança dos portugueses. Sr. Deputado, não é um bom serviço aquele que está a prestar aos serviços de informação nem ao Estado de direito!”</p> <p>“Mas, se bem me recorde, Sr.<sup>a</sup> Deputada, nunca nenhum partido, num dia de debate parlamentar com o Primeiro-Ministro, escolheu, na sua vez, esta matéria para discussão.”</p> <p>“Sr.<sup>a</sup> Deputada, mais uma vez, deixe-me dizer que, apesar de parecer apetitoso utilizar referências vagas, como fizeram aqui, de resto, o Sr. Deputado Francisco Louçã e o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, mas também o Sr. Deputado António José Seguro, quando referiram a «promiscuidade», a «nebulosa», enfim, um somatório de insinuações vagas — e ainda bem que ficam só assim, porque se tivessem de explicar bem o que é não conseguiriam — que dão o aspeto de que alguma coisa não está bem, não posso acompanhá-la nesses exercícios.”</p>	5
<b>Valorização da oposição</b>	<p>“Finalmente, Sr. Deputado, só posso concordar consigo no seguinte: é preciso melhorar o Sistema...”</p>	1
<b>Consequências da política do governo</b>		0
<b>Consequências de outras políticas</b>		0
<b>Total</b>		7



**Quadro 46.** Análise da categoria “Entendimento do ambiente social” na intervenção de 31 de Maio de 2012

	ENTENDIMENTO DO AMBIENTE SOCIAL	UN.
Ideia de unanimidade		0
Necessidade de consenso social		0
Necessidade de responsabilidade política	-“E espero que o Sr. Deputado ajude, por favor, a colocar a informação correta no local adequado.” -“Mas, Sr. Deputado, ajude-me, por favor, a explicar ao País que issonada tem a ver com os serviços de informação. Isso não foi feito nos serviços de informação do Estado.” -“Mas, Sr. Deputado, como sempre, aguardaremos que o Partido Socialista esteja preparado para fazer essa discussão e para dar esse salto qualitativo que muitos outros países democráticos também deram.”	3
Consequências da instabilidade política e social		0
Necessidade de espírito de sacrifício		0
Total		3

**Quadro 47.** Análise da categoria “Justificação das decisões políticas” na intervenção de 31 de Maio de 2012

	JUSTIFICAÇÃO DAS DECISÕES POLÍTICAS	UN.
Situação económica do país		0
Decisões políticas anteriores		0
Compromissos externos		0
Opções governativas		0
Quadro Europeu		0

<b>Factores externos</b>		0
<b>Total</b>		0

**Quadro 48.** Análise da categoria “Leitura das soluções políticas” na intervenção de 15 de Junho de 2012

	<b>LEITURA DAS SOLUÇÕES POLÍTICAS</b>	<b>UN.</b>
<b>Só um caminho</b>	<p>-“Sabemos que o crescimento se faz desta maneira. Julgamos que a evidência mostra que estamos no caminho certo.”</p> <p>-“Não tornaremos o caminho mais difícil para os contribuintes e, com isso, estaremos a provocar um crescimento sustentado da nossa economia e não um crescimento a prazo que, depois, os contribuintes demorem muitos anos, com crise económica, a pagar.”</p> <p>-“...um país que não tem crédito nos seus credores e que não cria riqueza suficiente para pagar a sua despesa só tem um caminho a fazer: viver ao nível daquilo que pode e não daquilo que alguns sonham que pode.”</p> <p>-“Com realismo, Sr. Deputado, o caminho que o País precisa de fazer é o de conter a sua despesa, conter o seu défice e não o contrário, que, aparentemente, é a receita que o Sr. Deputado defende.”</p> <p>-“...mas que quaisquer que fossem as circunstâncias externas e qualquer que fosse a ideologia do Governo que estivesse hoje em Portugal esse Governo teria de fazer uma coisa parecida com o que fazemos em matéria de combate ao défice.”</p> <p>-“Conheço a realidade portuguesa e é por isso, Sr.<sup>a</sup> Deputada, que sou muito determinado na execução do Programa do Governo e no cumprimento dos nossos compromissos. Essa é a única maneira de defender Portugal e os portugueses e de evitar que a situação que já se vive fora de Portugal possa chegar também a Portugal.”</p>	6
<b>Abertura ao diálogo</b>		0
<b>Desvalorização da oposição</b>	<p>-“Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado, quanto a matérias de saúde, creio que não vale a pena acrescentar mais nada, dado que o Sr. Deputado não faz mais do que juntar opiniões subjetivas sobre a matéria.”</p> <p>-“Quanto à questão que coloca relativamente às rendas, estranho que, tendo o seu partido tanta curiosidade e tantas dúvidas sobre essa matéria, nunca as tenha colocado ao Governo e, em particular, ao Sr. Ministro da Economia.”</p> <p>-“Nem nunca quererá surpreender a Câmara respondendo a perguntas de pacotilha dessa natureza, Sr. Deputado!”</p> <p>-“Já temos é mais dificuldade em perceber por que é que, quando essa boa execução coloca Portugal numa situação mais favorável e mais defendida relativamente ao futuro, estes mesmos partidos não se congratulam com esse facto, independentemente de discordarem do próprio Memorando. Mas, enfim, são as idiossincrasias específicas dos partidos.”</p> <p>-“Há uma outra visão do crescimento, que não ignoramos. Em democracia, há sempre alternativas, como o Sr. Deputado sabe! A alternativa é colocar o Estado como um elemento ativo do crescimento, e esse elemento ativo significa que o Estado se substitua aos privados no investimento. Está provado, ao longo de dezenas de anos de evidências, que quando o Estado assumiu posições mais ativas os resultados não foram melhores, foram piores, a dívida pública cresceu, os défices orçamentais agravaram-se e aquilo que aconteceu foi que os contribuintes tiveram de suportar uma carga fiscal muito maior e a ineficiência pontuou, ao máximo, no sistema económico. Esse não é o nosso caminho do crescimento.”</p> <p>-“Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado, o senhor deve vir ainda muito embalado pelo ambiente de campanha eleitoral que trouxe de Atenas, da Grécia! Sr. Deputado, não, não é verdade!”</p>	10

	<p>-"Não vale a pena querer «atirar areia para os olhos» dos portugueses à volta de uma matéria que não tem outro desenvolvimento que não este que aqui deixei."</p> <p>-"No entanto, percebo claramente que a oposição por vezes sinta dificuldade em elogiar matérias, mesmo que possam não coincidir com a sua visão de futuro, mas que inegavelmente têm uma consequência positiva para o dia-a-dia."</p> <p>-"Sr.<sup>a</sup> Deputada, limite para a demagogia, se fizer favor!"</p> <p>-"Se o Governo apresenta um programa importante que pode dar oportunidades aos jovens portugueses que têm uma incidência de desemprego tão acentuada, a Sr.<sup>a</sup> Deputada pode dizer que não chega, que precisamos de mais, mas, como muitos outros, sentiu a necessidade de dizer: é errado! Não façam isso! Os senhores criem é emprego!"</p>	
<b>Valorização da oposição</b>		0
<b>Consequências da política do governo</b>	-"...mas digo-lhe, Sr. Deputado, que o Governo está muito tranquilo com o caminho que tem seguido. É que, ao contrário do que o Sr. Deputado disse, esse caminho tem produzido efeitos que são úteis para Portugal, e eles reportam à realidade."	1
<b>Consequências de outras políticas</b>	-"Não combater o défice com medidas restritivas seria o mesmo que conduzir o País novamente à desgraça em que estava há um ano, quando não tinha meios suficientes para valer os seus compromissos."	1
<b>Total</b>		18

**Quadro 49.** Análise da categoria "Entendimento do ambiente social" na intervenção de 15 de Junho de 2012

	<b>ENTENDIMENTO DO AMBIENTE SOCIAL</b>	<b>UN.</b>
<b>Ideia de unanimidade</b>	<p>-"E isso, Sr. Deputado, estou certo, é a razão por que os portugueses percebem o caminho que está a ser seguido e não valorizam as alternativas que têm sido apresentadas."</p> <p>-"No entanto, Sr.<sup>a</sup> Deputada, os portugueses sabem que não é assim que se governa, nem é assim que a economia funciona."</p>	2
<b>Necessidade de consenso social</b>	-"O nosso objetivo, portanto, é demonstrar que é possível e desejável a um País corrigir os seus desequilíbrios, fazê-lo em clima de paz social e poder com isso garantir um futuro melhor a todos os portugueses."	1
<b>Necessidade de responsabilidade política</b>		0
<b>Consequências da instabilidade política e social</b>		0
<b>Necessidade de espírito de sacrifício</b>		0
<b>Total</b>		3

**Quadro 50.** Análise da categoria “Justificação das decisões políticas” na intervenção de 15 de Junho de 2012

	<b>JUSTIFICAÇÃO DAS DECISÕES POLÍTICAS</b>	<b>UN.</b>
<b>Situação económica do país</b>		0
<b>Decisões políticas anteriores</b>		0
<b>Compromissos externos</b>	<p>“...o Serviço Nacional de Saúde está hoje a fazer um esforço muito grande, com todos os seus profissionais, para poder acomodar não apenas as medidas que estavam previstas no Memorando de Entendimento...”</p> <p>“Sr. Deputado, os factos mostram que o Governo fez aquilo que era necessário e a que estava comprometido no quadro do Memorando.”</p> <p>“Em segundo lugar, diz o Sr. Deputado que considerou chocante que vários agentes da oposição tivessem considerado chocante o nível de cumprimento do nosso Memorando de Entendimento.”</p>	3
<b>Opções governativas</b>	<p>“ O Governo tem ido, em matéria que não respeita à austeridade mas à agenda de reforma estrutural, além daquilo que era o quadro do Memorando, e em alguns aspetos tem contribuído para que o próprio Memorando vá adotando novas posições em matéria estrutural. Uma delas foi no caso da justiça.”</p> <p>“Há muitas outras reformas em matérias que não estavam no Memorando mas que têm impacto económico significativo e que o Governo está a produzir.”</p>	2
<b>Quadro Europeu</b>	<p>“As respostas para esta matéria devem vir, evidentemente, de uma ação concertada entre as autoridades nacionais — seja o Governo ou o Banco de Portugal — mas também as europeias.”</p> <p>“A minha convicção é de que, no atual panorama europeu, um processo visando a criação de uma união bancária avançará em termos mais fortes do que aqueles que se supunha...”</p>	2
<b>Factores externos</b>		0
<b>Total</b>		7